

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADEMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira

**O CAMPO E A CULTURA ESCOLAR DE PILAR DO SUL E A
IMIGRAÇÃO JAPONESA (1934 – 1976)**

Sorocaba/SP

2012

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira

**O CAMPO E A CULTURA ESCOLAR DE PILAR DO SUL E A
IMIGRAÇÃO JAPONESA (1934 – 1976)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Dr. Wilson Sandano

Sorocaba/SP

2012

Ficha Catalográfica

Pereira, Adriana Aparecida Alves da Silva

P489c O campo e a cultura de Pilar do Sul e a imigração japonesa
(1934-1976) / Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira. -- Sorocaba,
SP, 2012.

202 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2012.

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira

**O CAMPO E A CULTURA ESCOLAR DE PILAR DO SUL E A
IMIGRAÇÃO JAPONESA (1934 – 1976)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass: _____

Pres. Dr. Wilson Sandano, UNISO

Ass: _____

1º Exam.: Dr. José Luis Sanfelice, UNICAMP

Ass: _____

2º Exam.: Dr^a. Rosa Fátima de Souza, UNESP

Ass: _____

3º Exam.: Dr^a. Jane Soares de Almeida, UNISO

Ass: _____

4º Exam.: Dr^a. Vania Regina Boschetti, UNISO

Ass: _____

Aos meus pais, Helena e Salvador ...

Ao meu querido esposo Júlio César...

pele apoio constante.

AGRADECIMENTOS

Muitos estiveram comigo ao longo desse percurso, me incentivando, me apoiando e acreditando no meu trabalho. A todos que me apóiam com o seu afeto nos diferentes momentos, meu reconhecimento e meu carinhoso muito obrigado. Agradeço em especial:

Ao Prof. Dr. Wilson Sandano, pela orientação, amizade, ensinamentos, sugestões, paciência e apoio, que foram fundamentais para realização deste trabalho.

Aos professores doutores Vania Regina Boschetti e José Luis Sanfelice, pelas preciosas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos professores doutores Rosa Fátima de Souza e Jane Soares de Almeida que gentilmente aceitaram o convite para compor essa banca da defesa da tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba pelas contribuições durante o curso e aos funcionários da biblioteca pelo apoio e orientação.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira, pelo apoio e pelas valiosas sugestões.

A todos os amigos de curso e do grupo de estudo pelo apoio e incentivo, em especial ao José Roberto Garcia e Vanderlei da Silva

A direção, professores e funcionários da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Padre Anchieta” por possibilitar a consulta dos documentos nos arquivos, em especial a coordenadora Madalena que sempre me apoiou com muito entusiasmo.

A direção, professores e funcionários da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vereador Odilon Batista Jordão, que me acolheram e permitiram a pesquisa nas dependências da escola.

Aos funcionários da secretária da E.E.EF.M. Vereador Odilon Batista Jordão, Eunice, Carlos, Sonia e Antonio que fizeram com que esta pesquisa ficasse muito mais fácil e divertida.

A direção, professores e funcionários da Escola de Língua Japonesa que permitiram a pesquisa na escola. Em especial ao Ernesto Naoki Abuno que me convidou para participar da formatura e solicitou a contribuição dos presentes para a pesquisa e a Mirian Ery Maruia, professora da Escola de Língua Japonesa.

À direção e todos os sócios do KAIKAN – Associação Cultural Desportiva de Pilar do Sul, que apoiaram e possibilitaram a consulta dos documentos.

Ao Sr. Luiz Antonio Brizola que autorizou a pesquisa nas dependências da Câmara Municipal de Pilar do Sul.

Ao funcionário Claudio responsável pelo patrimônio na Prefeitura Municipal de Pilar do Sul que autorizou a consulta nos arquivos municipais.

A todas as pessoas que foram fundamentais para essa pesquisa, pois me acolheram em suas casas e puseram à minha disposição o seu tempo e principalmente suas recordações: Haro Yamasaki, Yoshie Yonemura Sasaki, Isaura Mitie Maeda, Roque Takahashi, Rosa Takahashi, Hiromi Nagahama, Yasuda, Carlos Akira Morioka, Mineo Maruia, Massao Ito, Katshu Ito (in memória), Enzo Nagahama, João Lacerda, Vicente Iani, Cecília Aparecida Antunes Vieira Coelho, Margarida Aparecia Ferreira de Campos, Benedita Ferreira, Heloisa Cruz Proença, Alice Diniz de Carvalho (in memória), Cecília Pereira Carvalho Oliveira, Pedro Antonio de Carvalho, Helena Ferreira dos Santos Silva, Salvador Alves da Silva, Martina Paiotti, Anita Yokiko Iha, Silvia Diniz que contribuíram cedendo documentos e depoimentos. Francisco Rogério Pereira, Dalziza Bonatti, Maria Emília das Dores Dias, Sonia Antonia de Paula Nascimento, José Carlos Medeiros que contribuíram cedendo documentos.

À Sonia Maria de Sales Domingues, Secretária da Educação de Pilar do Sul, que autorizou adequar o meu horário de trabalho para freqüentar as disciplinas do doutorado.

As companheiras de trabalho Helenice, Maria Aparecida e Isaura que muitas vezes acolheram meus alunos em suas salas de aula para que eu pudesse freqüentar as disciplinas do doutorado.

Ao Roberto, motorista do ônibus escolar da Secretária da Educação de Pilar do Sul que freqüentemente atrasava a saída do ônibus para que eu pudesse pegar o ônibus.

Aos meus familiares em especial: ao meu marido Júlio César que foi presença marcante durante a investigação, me ouvindo, fazendo sugestões, me ensinando fazer análise estatística e sempre me incentivando, á minha mãe Helena que me ajudou a organizar as informações dos livros de matrícula e á meu pai Salvador pelo apoio e incentivo.

A minha querida tia Ana, minha primeira professora, que me acompanha até hoje sempre com uma palavra de incentivo.

RESUMO

Este trabalho aborda as transformações do campo escolar de Pilar do Sul e as mudanças na cultura escolar, inter-relacionando com o campo social, no período referente a 1934, ano da fundação do Grupo Escolar “Padre Anchieta, a 1976, ano que o campo escolar foi redefinido devido à implementação da lei nº 5692 de 1971. Sob a perspectiva da Nova História Cultural, procuramos responder quais transformações ocorreram no campo escolar após a chegada dos imigrantes japoneses? Quais as mudanças na cultura escolar após o ingresso dos japoneses e descendentes nas escolas? Para tanto utilizamos fontes secundárias e primárias que não ficaram restritas a documentos escritos, também fontes orais e iconográficas. A análise evidenciou que, as transformações no campo social e escolar de Pilar do Sul, foram frutos da introdução de novos agentes, os imigrantes japoneses, com uma bagagem de vida, *habitus*, que gerou conflitos e um processo de adaptação, modificando a produção e comercialização agrícola que repercutiu no fortalecimento da econômica, na ascensão social dos imigrantes, e nas práticas culturais. Nessa dinâmica de conflitos e interação, o campo escolar passou por transformações, com a criação de novas escolas para atender às demandas – o Ginásio Estadual de Pilar do Sul e a Escola de Língua Japonesa e Internato. Com o ingresso dos japoneses e descendentes nas escolas pudemos observar as redefinições das práticas escolares para atender as necessidades dessa nova clientela, mudanças na organização dos tempos escolares, na definição dos conteúdos, na organização dos rituais e festas escolares embebidos de civismo e patriotismo que tinham como objetivo a nacionalização do imigrante japonês e seus descendentes.

Palavras-chave: Cultura escolar. Pilar do Sul. Imigração japonesa.

ABSTRACT

The focus of this work was the transformations of the school field of Pilar do Sul and the changes in the school culture, interrelating with the social field, in the period from 1934, year of the foundation of the Grupo Escolar "Padre Anchieta", to 1976, year on which was implemented the Law 5692/1971 ("Lei de Diretrizes e Bases"), which redefined the school field. We led the research under the perspective of the New Cultural History, because that history research tendency made us possible to use new sources, besides the traditional ones and new objects and new questions. We used secondary and primary sources, so we were not restricted to written documents, we also used oral and iconography sources. The analysis of the sources evidenced that the transformations in the social and school field of Pilar do Sul, were resulted of the new agents' introduction: the Japanese immigrants. The life experience, habitus, of that new agents generated conflicts and an adaptation process in that space that is the field, modifying the production and commercialization agricultural that resulted in the economical improvement, in the immigrants' social ascension and modified the cultural practices, the politics and the school field. The school field went on transformations, with the creation of new schools to supply the demands of the social field - the Ginásio Estadual de Pilar do Sul and the Escola de Língua Japonesa e Internato. We could observe that after the Japanese and descendant arrived at the schools, the school practices was redefined to supply the needs of that new clientele. Changes occurred in the organization of the school times, in the definition of the contents, in the organization of the rituals and parties embedded of values civics and patriotism that had as objective the Japanese immigrant's nationalization and your descendants.

Key-words: School culture. Pilar do Sul. Japanese immigration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Cartaz incentivando a imigração japonesa para o Brasil	37
Figura 02 Cartaz da Companhia de Imigração Japonesa.....	38
Figura 03 Navio Kasato Maru	43
Figura 04 Jornal: “A Tribuna” de 19 de junho de 1908	44
Figura 05 Jornal - “A Tribuna” de 19 de junho de 1908.....	45
Figura 06 Mapa que revela a presença da <i>Shindo Renmei</i> no estado de São Paulo	55
Figura 07 Mapa do Estado de São Paulo, identificando as cidades de Pilar do Sul, Registro e Sorocaba.....	56
Figura 08 Praça Central de Pilar do Sul	63
Figura 09 Os colonos trabalhando sob fiscalização do capataz	65
Figura 10 Derrubada e queimada das terras compradas pelos japoneses em Pilar do Sul.....	66
Figura 11 Derrubada e queimada das terras compradas pelos japoneses em Pilar do Sul.....	66
Figura 12 Sr. Nagahama nas suas terras em Pilar do Sul	68
Figura 13 Família de imigrantes japoneses na colônia da Barra	68
Figura 14 Família japonesa na colônia da Barra	69
Figura 15 Noivos Rosa e Roque, descendentes japoneses e familiares	73
Figura 16 Amigos e amigas dos noivos que auxiliaram na festa de casamento.....	74
Figura 17 Festa de casamento dos noivos Roque e Rosa	74
Figura 18 Sessão de cinema organizada pelas colônias japonesas.....	75
Figura 19 Alunos e familiares da Escola de Língua Japonesa	83
Figura 20 Confraternização dos alunos no final de 1963	85
Figura 21 Confraternização dos alunos da Escola Japonesa e Internato	85
Figura 22 Alunas da Escola de Língua Japonesa e Internato participando do Undokay.....	88
Figura 23 Crianças durante o encerramento do Undokay.	88
Figura 24 Alunos e pais da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul.....	89
Figura 25 Professor Kobayashi Tadashi, professora Miyo Yoshiba e alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato	91
Figura 26 Professor Kobayashi Tadashi, professora Miyo Yoshiba e alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato	91
Figura 27 Alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato de 1968.....	92
Figura 28 Alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato de 1968.....	92
Figura 29 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.....	94
Figura 30 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.....	95
Figura 31 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.....	95
Figura 32 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e o professor Kobayashi.	96
Figura 33 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e o professor Kobayashi.	96
Figura 34 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.....	96
Figura 35 Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato.....	97

Figura 36 Alunas da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul e professor Kobayashi.....	97
Figura 37 Alunas da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul.....	98
Figura 38 Gráfico – Nacionalidade dos pais dos alunos matriculados na Escola Isolada Rural do Pinhalzinho	106
Figura 39 Prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta” na década de 50	110
Figura 40 Prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta” na década de 60.	111
Figura 41 Professoras, funcionárias, assistente de diretor e diretor do Grupo Escolar	112
Figura 42 Menina vestida com uniforme do Grupo Escolar “Padre Anchieta.....	114
Figura 43 Nacionalidade dos pais dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” (1934-1976).	115
Figura 44 Percentual de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, por local de residência (1934-1976).	116
Figura 45 Percentual das profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta	117
Figura 46 Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” juntamente com professor e diretor, década de 1950	118
Figura 47 Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” juntamente com professor e diretor, década de 1950.	119
Figura 48 Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, juntamente com a professora, final da década de 1960	119
Figura 49 Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, juntamente com a professora, final de década de 1960	120
Figura 50 Percentual de matrícula de alunos japoneses ou descendentes no Grupo Escolar “Padre Anchieta”.	120
Figura 51 Percentual de alunos descendentes de japoneses do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, por local de residência (1951-1976)	122
Figura 52 Percentual das profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” (1951- 1976).	123
Figura 53 Desfile cívico – Semana da Pátria.....	133
Figura 54 Aniversário de emancipação política de Pilar do Sul no final da década de 60....	134
Figura 55 Desfile de aniversário de emancipação política de Pilar do Sul, 1974	135
Figura 56 Formatura dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta	136
Figura 57 Lembrança dos formandos do Grupo Escolar “Padre Anchieta, 1950	137
Figura 58 Visita dos alunos, professores e direção à obra do prédio do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	146
Figura 59 Ao fundo, fachada do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, e em primeiro plano a primeira turma de formandos em 1962.....	147
Figura 60.1 Cópia da planta original do Ginásio Estadual de Pilar do Sul	149
Figura 60.2 Cópia da planta original do Ginásio Estadual de Pilar do Sul	150
Figura 60.3 Cópia da planta baixa do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	151
Figura 60 Cópia da planta original do Ginásio Estadual de Pilar do Sul	148
Figura 61 Alunas uniformizadas para aulas de ginástica	153
Figura 62 Percentual de alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, por idade declarada no ato da matrícula (1959 –1971	160

Figura 63 Percentual de alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, por local de residência (1959 – 1971).....	161
Figura 64 Nacionalidade dos pais dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul (1960 – 1971).	162
Figura 65 Nacionalidades das mães dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul (1960 – 1971).	163
Figura 66 Percentual das profissões dos pais dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul (1959-1971).	164
Figura 67 Desfile de aniversário de emancipação política de Pilar do Sul na década de 60.	168
Figura 68 Comemoração de 7 de Setembro na década de 60.....	169
Figura 69 Concurso de miss em 1962 em Pilar do Sul.....	169
Figura 70 Descendentes nipônicos na carroceria do trator.....	175
Figura 71 Caminhão da Cooperativa Agrícola Cotia no desfile de aniversário de Pilar do Sul.	176
Figura 72 Alunas da Escola de Língua Japonesa e Internato em cima de um caminhão se preparando para participar do desfile de aniversário de Pilar do Sul.	176
Figura 73 Caminhão da Cooperativa Sul Brasil no desfile de aniversário de Pilar do Sul. ...	177
Figura 74 Rainha e princesa de Pilar do Sul no desfile de aniversário da cidade	177
Figura 75 Alunas da Escola Japonesa e Internato no desfile de aniversário de Pilar do Sul.	178
Figura 76 Representantes da colônia japonesa em evento político	178
Figura 77 Dança tipicamente japonesa.....	179
Figura 78 Apresentação de artes marciais	179
Figura 79 Grupo de jovens do Kaikan, nos bastidores da apresentação que iria homenagear os Estados brasileiros	180

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	24
2.1 Noção de campo.....	24
2.2 Noção de cultura escolar.....	26
2.3 As noções na investigação.....	28
2.4 Considerações.....	30
3 O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.....	31
3.1 As necessidades de mão de obra e o processo de imigração japonesa.....	31
3.2 Períodos da imigração japonesa no Brasil.....	37
3.3 A chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil: expectativas e frustrações.....	41
3.4 Os costumes e estranhamentos dos imigrantes japoneses em terras brasileiras.....	45
3.5 A imigração japonesa deixa de ser solução para ser considerada um problema: política nacionalista e Segunda Guerra Mundial.....	48
3.6 Considerações.....	53
4 A CHEGADA E A PRESENÇA DOS IMIGRANTES JAPONESES NA CIDADE DE PILAR DO SUL.....	55
4.1 Nos confins do interior paulista – Pilar do Sul.....	55
4.2 A chegada dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul.....	60
4.3 A presença dos imigrantes japoneses no cotidiano de Pilar do Sul – mudanças, euforia e estranhamentos.....	65
4.4 Considerações.....	72
5 O CAMPO ESCOLAR DE PILAR DO SUL.....	74
5.1 A Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul.....	75
5.1.1 Rituais e festas.....	78
5.1.2 Organização Pedagógica.....	83
5.1.3 Os alunos.....	87
5.2 Escolas Isoladas Rurais de Pilar do Sul.....	91
5.2.1 Os professores.....	93
5.2.2 A organização pedagógica das escolas isoladas rurais de Pilar do Sul.....	95
5.2.3 Os alunos.....	96
5.2.4 A presença dos alunos japoneses e descendentes nas escolas rurais.....	97
5.3 O Grupo Escolar Padre Anchieta.....	100
5.3.1 Os professores.....	104
5.3.2 Os alunos.....	105
5.3.3 Os alunos japoneses e descendentes no Grupo Escolar “Padre Anchieta”.....	112
5.3.4 A Organização pedagógica do Grupo Escolar Padre Anchieta.....	114
5.3.5 Orientação disciplinar, moral e cívica no Grupo Escolar Padre Anchieta.....	123
5.4 Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	131
5.4.1 O funcionamento do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, no prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.....	134
5.4.2 O Ginásio Estadual de Pilar do Sul em suas novas instalações.....	136
5.4.3 Os professores do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	143
5.4.4 Reuniões de Pais e Mestres do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	146
5.4.5 Os alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	149

5.4.6	Disciplina escolar e as traquinagens de alunos.....	154
5.4.7	A - presença dos alunos japoneses e descendentes no Ginásio Estadual de Pilar do Sul...	157
5.4.8	Grêmio estudantil do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.....	158
5.5	Evidências das transformações no campo escolar e mudanças na cultura escolar interrelacionados com o campo social após a chegada e permanência dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul.....	160
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO

Esta tese aborda as transformações do campo escolar de Pilar do Sul e as mudanças na cultura escolar, relacionando-as com o campo social, no período de 1934 a 1976. Nela está exposto o percurso de pesquisa e ao mesmo tempo a descoberta da nossa própria história como pilarense, pois durante a pesquisa nos deparamos com nomes e indícios que se entrelaçam com as histórias de vida de muitos personagens que fazem parte da nossa vida e algumas facetas dessa pequena cidade, onde nasci e cresci.

Começamos a nos interessar por essa investigação no decorrer do mestrado, no qual um dos objetivos da pesquisa era discorrer sobre o campo escolar de Pilar do Sul, buscando conhecer e compreender as instituições escolares em que os alunos tinham iniciado sua caminhada estudantil antes de ingressarem no Ginásio Estadual dessa cidade. Aquela pesquisa contribuiu para começarmos a refletir sobre a constituição do campo escolar de Pilar do Sul.

Pilar do Sul é uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, com a economia baseada na produção e comercialização agrícola. Sua origem e o início do processo de urbanização foram marcados pelo transitar de tropeiros, mineiros e pela imigração japonesa.

Os tropeiros, que vinham do sul trazendo os muares, paravam na região onde hoje é Pilar do Sul para descansar, caçar e comercializar mulas, antes de chegar à cidade de Sorocaba. Desse transitar dos tropeiros, e também da doação de terras realizada pelo mosteiro de São Bento, localizado em Sorocaba, para algumas famílias mineiras, às margens do rio Sarapuí, inicia-se um povoamento. As famílias mineiras, vindas principalmente de Ouro Preto e São João Del Rei, chegaram trazendo a esperança de encontrar ouro na região mas, mesmo com a inexistência do metal precioso, estabeleceram-se na região, vivendo principalmente da agricultura de subsistência. No final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, Pilar do Sul era uma vila de Sarapuí, e por dois anos na década de 30 foi vila de Piedade, conquistando sua emancipação política em 1936.

Os imigrantes japoneses chegaram a Pilar do Sul em 1945, vindos de outras regiões do Estado, com interesse em comprar suas próprias terras, depois de anos de economia no orçamento doméstico. Compraram vastas extensões de terra, constituindo em Pilar do Sul as colônias “Sertão”, “Barra”, “Bandeirantes”, “Sul Brasil” e “Tozan”. Introduziram na região o cultivo de novos produtos agrícolas, como o tomate, a uva Itália e novas formas de produção e comercialização por meio das cooperativas agrícolas, o que contribuiu para o crescimento econômico da cidade.

Esse crescimento impulsionou o processo de urbanização de Pilar do Sul, com o estabelecimento de serviços como energia elétrica, água, esgoto, correio, criação de escolas e organizações civis.

A imigração japonesa em Pilar do Sul, além das mudanças mencionadas, trouxe novos modos de viver e pensar que foram recebidos ora com euforia, ora com estranhamento, resistência e até revolta. Esses conflitos modificaram o campo social, pois alteraram as relações, as práticas e o cotidiano da cidade como um todo.

Para analisar esses conflitos e mudanças é necessário compreender que os campos são espaços de lutas e conflitos, mantendo ou modificando interesses que lhes são constitutivos. Não são espaços rígidos, mas espaços que se relacionam e se sobrepõem, sem perderem sua autonomia. Segundo Bourdieu (2002, p.129), o campo é delimitado pelos valores e formas de capital que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Os campos são produto da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam.

A partir da constituição de um campo acontece uma interiorização dos indivíduos, uma disposição em aceitar determinadas práticas. Isso não acontece de forma individualizada, mas relacionada às condições sociais vividas. Essas disposições são denominadas por Bourdieu como *habitus*.

O habitus, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. (BOURDIEU, 1983 p.94)

O conceito de *habitus* e campo se relacionam e neste estudo auxiliam na análise da constituição do campo escolar em sua interrelação com o campo social.

Além desses conceitos também utilizamos o de cultura escolar, para compreender as mudanças no interior das escolas.

No interior de cada escola existe uma cultura que pode ser considerada peculiar a elas, mas não lhes é restrita, uma vez que essa cultura se relaciona com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa. Entendemos a noção de cultura escolar de acordo com Dominique Julia:

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação

desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA 2000 p.10).

Viñao Frago (1995, p.200) também contribui para o entendimento e análise da cultura escolar na medida em que assegura que essa cultura diz respeito às formas de organização, valores, saberes, estratégias e diferentes práticas estabelecidas e compartilhadas no interior das escolas por todos os sujeitos envolvidos nas atividades específicas de natureza escolar, sejam elas realizadas por alunos, professores, outros profissionais da escola ou até mesmo pela comunidade. O autor considera que as acepções para o termo são diversas, assim como são as instituições de ensino.

Dessa forma, utilizamos a cultura escolar como aporte para entender a organização e o funcionamento interno da escola, bem como as práticas escolares

Os japoneses e seus descendentes como novos agentes no campo social e escolar de Pilar do Sul introduziram novos *habitus*, relações de poder e conflitos nesses âmbitos.

No bojo dessas relações sociais, este trabalho procura analisar a constituição do campo escolar de Pilar do Sul (1934-1976) inter-relacionando, com o campo social e mergulha na cultura escolar, buscando compreender: Quais transformações ocorreram no campo escolar após a chegada dos imigrantes japoneses? Quais as mudanças na cultura escolar após o ingresso dos japoneses e descendentes nas escolas?

O recorte temporal proposto para este trabalho vai de 1934, ano de fundação do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, a 1976, ano em que o campo escolar foi redefinido devido à implementação da lei nº 5692 de 1971. Nesse período, o campo escolar de Pilar do Sul foi se constituindo na inter-relação com o campo social, que demandava diferentes configurações de escola.

Buscando entender as transformações do campo escolar e as mudanças na cultura escolar em sua relação com o campo social de Pilar do Sul, articulamos esta pesquisa de acordo com orientações teórico-metodológicas da Nova História Cultural.

Reconhecemos a importância e a contribuição do Materialismo Histórico para a historiografia da educação no Brasil, porém optamos por conduzir esse trabalho sob a perspectiva da Nova História Cultural. Para Lopes e Galvão (2001, p.40), historiadores da educação em nosso país passaram a focalizar a educação não apenas sob a lente da legislação e do ideário pedagógico, mas também sob o prisma da cultura e do cotidiano escolar.

A historiografia francesa dos Annales, principalmente pela contribuição de autores como Jacques Le Goff, Peter Burke e Roger Chartier, têm influenciado fortemente os estudos sobre a história da educação e contribuído na busca de novos objetos e problematizações,

posto que ampliam o leque de fontes para elaboração de pesquisas. Chartier nos oferece um modelo de história cultural que tem como alvo historiográfico principal “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER 1990, p.16-17). Esse modelo contribui para a compreensão das transformações no campo e na cultura escolares em sua relação com o campo social, pois oferece um leque de possibilidade de fontes e uma novo olhar de investigação.

De acordo com as considerações de Le Goff (1990) sobre a análise documental, o documento não apenas escrito, mas também ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou de qualquer outra maneira, dando um sentido mais amplo ao documento em uma perspectiva de análise que pensa em suas práticas como produção social, rompendo com a idéia de prova isolada. De acordo com Lê Goff:

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isso é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1900, p.52).

Na utilização das fontes é importante requerermos uma crítica rigorosa aos documentos, sabendo dialogar com cada um. Cotejar as informações entre as diferentes fontes e pensar o documento como expressão da experiência humana. Isso significa considerar, de acordo com Tompson (1981), que a história é real, construída por seres reais, vivendo relações de dominação e subordinação e que o conhecimento histórico é capaz de apreender e incorporar experiências vividas por homens e mulheres não como sujeitos passivos, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais.

A princípio, a educação escolar de Pilar do Sul caracterizava-se pelo modelo de escolas isoladas que funcionavam em precárias acomodações. Elas eram instaladas na casa do próprio professor, improvisadas em paróquias ou em salas alugadas em locais pouco apropriados, sem iluminação adequada, mobiliário e higiene, com um método individualizado. Essa configuração de escola foi substituída pelo Grupo Escolar Padre Anchieta em 1934 (Dec. de 16 de janeiro de 1934), única escola graduada na cidade até 1959, quando o Ginásio Estadual de Pilar do Sul foi fundado. A escola japonesa foi fundada em 1950, em um barracão na colônia Sertão, e funcionava na ilegalidade. Ela permaneceu na ilegalidade por doze anos, realizando suas atividades em casas de colonos, em barracões de armazenamento de uva, em garagens na cidade até receber do governo autorização para funcionar, o que aconteceu em 1962, data em que se instalou em um prédio próprio.

Na tentativa de encontrarmos respostas às nossas indagações, consideramos que são muitos os “lugares de memória” que testemunham a história, e esses lugares fornecem pistas,

indícios que possibilitam uma nova leitura dos objetos de investigação (NORA, 1993, p.13). De porões, no meio de poeira e quinquilharias, de arquivos mortos, armários de secretarias, salas de coordenação, de cantos das bibliotecas emergiram vários acervos. Privilegiamos o levantamento de fontes e dados nos arquivos escolares da Associação Desportiva Japonesa – KAIKAN, nos órgãos públicos como Câmara Municipal e Prefeitura Municipal e nos guardados pessoais da população.

Um dos problemas mais graves observados durante o período em que fizemos o levantamento das fontes foi a comprovação de que muitos documentos se perderam, foram levados ou eliminados de forma indiscriminada durante as várias reformas ocorridas nas escolas ou órgãos públicos e nas mudanças de direção, o que dificultou a escrita da história das escolas.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Padre Anchieta”, antigo Grupo Escolar “Padre Anchieta” e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Vereador Odilon Batista Jordão”, antigo Ginásio Estadual de Pilar do Sul, possuem um acervo histórico com diferentes tipos de documentos, porém muitos deles foram perdidos e até queimados durante as diferentes reformas pelas quais as escolas passaram. A Escola de Língua Japonesa possui um pequeno acervo de documentos, mas todos escritos em japonês, o que dificultou a pesquisa.

Nas visitas realizadas nas escolas e nos órgãos públicos para consultar a documentação, foi possível constatar a falta de organização na guarda dos documentos, sendo que alguns estão fadados a desaparecer devido a problemas de conservação. Atualmente, no acervo do E.E.E.F.M. “Vereador Odilon Batista Jordão”, organizado pelos funcionários da secretaria da escola, os documentos estão separados por categorias.

O acervo da E.E.E.F.M. “Padre Anchieta” foi por nós organizado e catalogado durante esta pesquisa. A organização e catalogação dos documentos consumiu alguns meses de trabalho e sofreu com mudanças repentinas de armário, o que às vezes fazia retroceder o trabalho.

Outro ponto que merece ser destacado tem a ver com a recepção que encontramos nesses espaços durante a pesquisa. As portas das escolas, órgãos públicos e as casas das pessoas, via de regra, foram abertas com muita cordialidade. Na E.E.E.F.M “Vereador Odilon Batista Jordão” e na E.E.E.F.M. “Padre Anchieta”, tornamos uma personagem corriqueira no cotidiano escolar. Muitas vezes, professores e funcionários faziam uma pausa nas atividades para dar uma “olhadinha” nos documentos e viver momentos de nostalgia. Na Escola de Língua Japonesa também fomos recebidos com muita gentileza, tendo inclusive a

oportunidade de participar da formatura dos alunos, ocasião na qual um dos diretores apresentou esta pesquisa e pediu a colaboração de todos. Esse momento foi um divisor de águas no trabalho, pois facilitou o acesso aos acervos particulares e o recolhimento de depoimentos.

Dos diferentes arquivos reunimos um conjunto diversificado de fontes, composto por documentos escritos e iconográficos.

No arquivo do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, encontramos documentos referentes ao grupo escolar e escolas isoladas: mapas de movimentação do Grupo Escolar “Padre Anchieta e das Escolas Isoladas Rurais; livros-ponto dos funcionários e professores do grupo escolar e escolas isoladas (1952-1973); Livros de Atribuição de Aulas; Livros de Matrículas dos alunos do grupo escolar (1934-1976); Livro de Matrículas da Escola Mista Isolada do Pinhalzinho (1953-1964); Livro de Matrícula da Escola Mista Isolada do Turvo (1946-1956); Livros de chamada do grupo escolar; Livro de Visitas do Inspetor escolar; Inventário de Móveis e Utensílios das Escolas Isoladas Rurais; Livros de Nomeação de professores do grupo escolar (1922-1960); Livros de Nomeação de professores das escolas isoladas rurais (1922-1959); Programa escolar; Livro de Visitas; Livros de Termos de Compromisso dos Professores; Livro de Correspondência; Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas e Administrativas do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e Escolas Isoladas. Os Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas e Administrativas do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e Escolas Isoladas, que abrangem todo o período investigado, constituem uma coleção de onze livros contemplando os seguintes anos - 1939-1942; 1943-1947; 1951-1953; 1952-1955; 1958-1963; 1959-1963; 1963-1966; 1966-1969; 1969-1971; 1969-1972; 1972-1979.

No arquivo do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, Livros de Atas das Reuniões de Pais e Mestres (1960-1970); Prontuários dos Alunos (1960- 1976); Contrato dos professores; Prontuários dos professores; Ofícios escolares (expedidos e recebidos); registros iconográficos, fotos escolares, fotos da cidade, mapas e planta do prédio escolar; Livros de Registro dos Resultados do Exame de Admissão; Livros Atas do Grêmio Estudantil.

No arquivo da Escola Japonesa e Internato, Atas de Reuniões da Associação Japonesa, Revista em Comemoração ao Cinquentenário de Imigração Japonesa em Pilar do Sul e fotos.

As fontes foram encontradas em quantidade e cronologia variadas nas diferentes escolas. Essa documentação representa vestígios do itinerário das escolas. A documentação, quase toda de natureza administrativa, revela

o sentido do que as instituições educativas têm privilegiado ou podido preservar em seus escassos espaços. É assim que os registros de aulas, os

semanários e diários de lições de professores, os cadernos, as provas e os trabalhos dos alunos, os livros didáticos, os cartazes, os materiais escolares perderam-se pelo tempo, dificultando, dessa forma, investigações sobre a ação dos atores e as práticas de ensino. (SOUZA, 2001, p.77)

Além dessas fontes, foram coletados jornais (A Tribuna; O Correio Paulistano), Ofícios, Atas, Decretos da Prefeitura e Câmara Municipal de Pilar do Sul e Sarapuú, Livros da Casa Paroquial, recenseamentos do IBGE, fontes iconográficas (fotos e cartazes encontrados no Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil) e fontes orais.

O conjunto de fontes iconográficas era composto por cartazes das Companhias de Imigração Japonesa, mapas diversos, planta do prédio do Ginásio Estadual de Pilar do Sul e, principalmente, fotografias. Foi possível reunir um acervo de 450 fotografias, divididas nas seguintes categorias: cidade, grupo escolar, ginásio estadual, escola de língua japonesa. A partir disso se deu uma subdivisão:

- Cidade - monumentos, cotidiano, chegada e cotidiano dos japoneses;
- Grupo Escolar - prédio, festas, atividades cívicas e rituais, personagens (professores e alunos);
- Ginásio Estadual - prédio, festas, atividades cívicas e rituais, personagens (professores e alunos);
- Escola de Língua Japonesa e Internato - festas e rituais, personagens (professores e alunos).

Consideramos que a imagem pode ser uma ferramenta analítica capaz de expressar valores, além de ser um material cultural de uma determinada sociedade. Essa característica faz com que seu mero aspecto ilustrativo seja ultrapassado, o que permite pensar em suas configurações históricas e sociais de produção. Segundo considerações de Barros,

[...]a imagem é sempre um monumento, produzida por subjetividade que lhe dá a veste de real e que, para ser trabalhada enquanto linguagem, com a especificidade de um discurso: de que a imagem é sempre produzida socialmente, articulando sua dimensão física-química (hoje também computadorizada) com a produção de idéias e valores, de uma estética e de uma ética [...] (BARROS, 1992, p.81).

Vários autores, como Kossoy (1995), Mauad (2009), Leite (1998) têm enfatizado o uso da fotografia nas pesquisas históricas. Para esses autores, é preciso atentar para a leitura das imagens fotográficas, submetendo-as a uma crítica que considere a interação entre fotógrafo, tecnologia, objeto registrado e as múltiplas faces e realidades da imagem fotográfica. A fotografia exprime histórias que falam das representações sociais, das ideias e dos significados de uma determinada época; ao mesmo tempo em que expõe zonas de luz, a fotografia também produz regiões de sombras.

O desafio na utilização da fotografia como objeto de estudo residiu na leitura das zonas de luz e sombras, isto é, na interpretação, pois a fotografia fixa um determinado momento que constitui uma interpretação do mundo; ela é testemunha de um fato acontecido e capturado de tal ou qual maneira pelas lentes do fotógrafo .

O entrelaçamento das diversas fontes orais com as imagens permitiu a interpretação das memórias e suas imagens. Segundo Mauad:

[...]as imagens não falam por si mesmas, interpretar seus significados, atribuir-lhe valor estético, compreender suas representações sociais, descrever seus espaços de sociabilidades comportamentos subjacentes, identificar seus personagens, tudo isso obriga ao estudiosos das imagens do passado o recurso a outras fontes de informação. Dentre estas, o relato oral, quando possível, é o que mais se acomoda às tramas da memória (MAUAD, 2009, p.03).

Tendo em vista o cotejamento de informações entre as fontes, utilizamos a fotografia entrelaçada, principalmente, com fontes orais, sem a exclusão das demais.

Os depoimentos foram recolhidos em forma de narrativa de vida e história social de diversas pessoas, dentre elas: moradores locais, professores, ex-alunos e funcionários das escolas. A escolha desses sujeitos está ligada ao fato de trazerem experiências profissionais e memórias vinculadas às escolas e ao contexto sócio-político-econômico e cultural de Pilar do Sul no período histórico selecionado para a pesquisa.

Procuramos um número grande de pessoas para recolher os depoimentos. Muitas, porém, não aceitaram e, dentre as que aceitaram, algumas não nos receberam, devido a outros compromissos ou à dificuldade de comunicação pela inabilidade em falar e compreender o português. Conseguimos, contudo, recolher vinte e nove depoimentos, sendo oito de moradores locais, quinze de ex-alunos das diferentes instituições, dois de funcionários do ginásio, um de auxiliar de direção do grupo escolar e três de professores.

Procuramos nortear os depoimentos construindo um roteiro para aqueles que eram japoneses ou descendentes e outro para os demais sujeitos. O roteiro para os japoneses e descendentes era dividido nas seguintes partes:

- História da família - trajetória do Japão para o Brasil, trajetória no Brasil até chegar a Pilar do Sul; Cotidiano em Pilar do Sul - dificuldades, vantagens, rotina, convívio com os antigos moradores;
- Escolas – práticas escolares, festas, atividades cívicas, professores, interação com os demais alunos, regras disciplinares, brincadeiras e rotina escolar, professores.

Para os sujeitos que não eram japoneses ou descendentes o roteiro era dividido em:

- História da família;
- Cotidiano de Pilar do Sul – rotina, festas, convívio com os japoneses e descendentes;
- Escolas - práticas escolares, festas, atividades cívicas, professores, interação com os demais alunos, regras disciplinares, brincadeiras e rotina escolar.

As fontes orais se tornaram imprescindíveis para esta pesquisa, principalmente pela falta de documentos escritos sobre os japoneses em Pilar do Sul (além dos poucos escritos em japonês). Le Goff (1990) adverte sobre a ampliação da noção do documento, tomando-o em um sentido mais amplo, “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra maneira”; ele destaca ainda que na falta do documento escrito cabe ao historiador “fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”, com palavras ou outros meios.

Segundo Pollak (1992), por meio dos depoimentos de história de vida recolhemos memórias, que são entendidas como fenômenos individuais, íntimos, pessoais, mas que também podem ser entendidas como um acontecimento coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações” (1992, p.2); mas Pollak também lembra que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (1992, p.2) e, assim como a fonte oral é socialmente construída, também o é a fonte escrita, cabendo ao historiador aplicar a qualquer tipo de fonte a crítica, já que “nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (1992, p.8).

Para Paul Thompson (1992, p.14), a fonte oral possibilita retratar o vivido conforme concebido por quem o viveu; é preciso, entretanto, ter clareza quanto ao fato de que a memória é seletiva, incompleta e sofre transformações por interferência de fatos que nem sempre expressam com fidelidade o que foi vivenciado. Ou seja, o ato de lembrar quase sempre implica em recriação do passado.

Sabemos que no trabalho de investigação científica precisamos estar alerta às obscuridades, seguindo os rastros empoeirados dos velhos e esquecidos papéis, sem deixar, contudo, de observar as possíveis armadilhas que as intempéries e o uso incorreto dos registros podem armar para a recuperação da história.

Chervel (1990) sustenta a ideia de que a análise de documentos específicos da escola pode ajudar a escrever uma história ainda não escrita, e que a utilização de procedimentos que partem do particular pode colaborar para a compreensão de uma realidade mais complexa e para análises mais amplas.

A variedade e quantidade de fontes encontradas representam um pouco dos vestígios que possibilitou compreender o campo social e o campo escolar, analisando o contexto social,

cultural, político, econômico, as diferentes instituições escolares de Pilar do Sul, sua atuação, finalidade, que público atendiam, seus personagens, sua organização, suas práticas, compondo algumas facetas da cultura escolar.

Seguindo as pistas da investigação e em diálogo com as fontes, organizamos o trabalho em quatro capítulos.

No capítulo denominado “Alguns conceitos fundamentais”, tecemos considerações sobre conceitos que fundamentam a pesquisa: a noção de campo, de Bourdieu, e a noção de cultura escolar.

No capítulo “O processo de imigração japonesa no Brasil”, discorremos sobre o processo de imigração japonesa, os motivos que impulsionaram a emigração para o Brasil e o contexto social do Japão. Recolhemos e interpretamos as experiências vivenciadas pelos imigrantes japoneses em terras brasileiras, as dificuldades, as repressões no período da Segunda Guerra Mundial e os conflitos entre os japoneses vitoristas e derrotistas no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial.

No capítulo “A chegada e a presença dos imigrantes japoneses na cidade de Pilar do Sul”, caracterizamos a cidade de Pilar do Sul, abordando algumas facetas da sua origem, o contexto social, econômico e cultural no período em que os imigrantes japoneses chegaram, os motivos que impulsionaram os imigrantes japoneses a comprar terras em Pilar do Sul, a formação das colônias japonesas e a convivência e estranhamento entre os antigos moradores de Pilar do Sul e esses novos moradores.

No último capítulo, “O Campo Escolar de Pilar do Sul”, descrevemos a cultura escolar das escolas que constituem o campo escolar de Pilar do Sul. Analisamos as transformações no campo escolar e as mudanças na cultura escolar após o ingresso dos japoneses e descendentes nas escolas.

Por fim, nas “Considerações Finais”, retomamos a caminhada da pesquisa e as questões iniciais desse trabalho com o intuito de fechamento.

2 ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Neste capítulo tecemos algumas considerações sobre conceitos que fundamentam a pesquisa: a noção de campo, de Bourdieu, e de cultura escolar.

2.1 Noção de campo

As ideias do sociólogo francês Pierre Bourdieu têm sido utilizadas em diferentes domínios do conhecimento, apresentando possibilidades interpretativas extremamente profícuas para a leitura da sociedade.

O eixo do trabalho de Bourdieu está situado na discussão das relações de forças e dos processos que regulam as sociedades modernas, ou seja, na mediação entre o agente social e a sociedade.

Sua problemática teórica é fundada no bojo de três aspectos centrais básicos: o conceito de prática ou conhecimento praxiológico, a noção de *habitus* e de campo.

A noção de *habitus* refere-se a um processo em que o agente social incorpora as estruturas objetivas, produzindo a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. Bourdieu apresenta o conceito de *habitus* como sendo as exterioridades interiorizadas pelo indivíduo de acordo com sua trajetória social. O *habitus* é formado durante a socialização do indivíduo, desde o seu relacionamento familiar, sua primeira educação, passando pela escola, religião, trabalho – todos os meios que, enfim, irão contribuir para a formação do indivíduo em determinado contexto social. O *habitus* tende a sua própria conservação, mas pode ser alterado na medida em que se alteram os contatos sociais do indivíduo.

A noção de campo para Bourdieu refere-se à situação social em que os agentes sociais realizarão sua prática de acordo com o *habitus* apreendido. Um campo é marcado por agentes dotados de um mesmo *habitus* que se movimentam como jogadores, e cujas posições no jogo dependerão do acúmulo de capital correspondente ao campo que cada indivíduo, ou agente, adquirir. Dessa forma, o *habitus* interage com o campo que se quer constituir: “Os conceitos de *habitus* e campo são relacionais, no sentido que só podem funcionar um em relação ao outro” (BOURDIEU, 2002, p. 68).

De forma genérica, pode-se dizer que Bourdieu substitui a ideia de sociedade pela de campos sociais, pois entende que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de

microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas (CATANI, 2011, p. 12).

Bourdieu afirma que:

Um campo [...] se define entre outras coisas através da definição de objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos.[...] Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc. (BOURDIEU, 1998, p.89)

Diferentes campos se relacionam e tanto dentro, quanto entre eles, aparecem conflitos constituindo um certo engendramento, sendo que nenhum campo perde a sua autonomia. No caso do presente trabalho, o campo social e o campo escolar possuem suas peculiaridades de constituição, ao mesmo tempo em que estão relacionados entre si. Cada campo tem uma certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social.

Bourdieu, ao descrever o campo como conceito, menciona:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura e da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 50)

Independentemente de sua especificidade, os campos possuem propriedades particulares que se expressam como funções variáveis secundárias. Com efeito, os conhecimentos adquiridos em um campo específico são úteis para se interrogar e interpretar outros campos.

Um campo se diferencia, em muitos aspectos, pela definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos do próprio campo. Esses objetos e interesses são percebidos apenas por pessoas com formação apropriada para adentrarem no campo.

A noção de campo desenvolvida por Bourdieu constitui-se em uma referência metodológica que visa orientar o modo de construção do objeto no processo de organização da pesquisa e indica a necessidade de pensar o mundo social de maneira relacional.

Dessa forma, abordamos a constituição do campo escolar de Pilar do Sul no período de 1934 a 1976, interrelacionando-o com o campo social e mergulhando no interior de cada escola que compõe o campo escolar, com o objetivo de apreender sua cultura escolar.

2.2 Noção de cultura escolar

A escola não é um conjunto de salas de aula, com professores responsáveis de maneira individual pelo que nelas acontece. Antes, é uma instituição sociocultural formada por grupos que vivenciam códigos e sistemas num processo, que é ao mesmo tempo produto e instrumento cultural. A escola se constitui como um organismo social e dinâmico. Além da estrutura burocrática que a compõe, possui uma constituição cultural e simbólica que lhe confere vida própria e lhe permite responder às demandas e limitações que lhe são impostas pelo meio (CÂNDIDO, 1977, p. 07).

Estudar a escola, mergulhando em seu interior, analisando sua organização interna, significa utilizar a noção de cultura escolar.

A noção de cultura escolar tem sido utilizada nos últimos anos, e segundo Faria Filho (2002, p.110) tem contribuído para “a produção de um novo olhar sobre a escola”. Um novo olhar que permite diferentes procedimentos, mais aberto para receber contribuições de outros campos do conhecimento.

Vários autores têm dado contribuições para discutir a cultura escolar, a saber, Jean-Claude Forquin, Antonio Viñao Frago, Dominique Julia, Antônio Nóvoa, Guy Vincent, Bernard Lahire, Daniel Thin, Jean Hérbrard, André Chervel, entre outros. No Brasil, têm se dedicado aos estudos da cultura escolar Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho, Irlen Antônio Gonçalves, Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemar, Eurize Caldas Pessanha, Marcus Vinícius da Cunha, entre outros. A cultura escolar é um campo em construção, em que documentos oficiais vêm sendo revisitados, mas também outras fontes têm sido buscadas, como livros de ocorrência, boletins de alunos, agendas escolares, fotografias e outros, que se constituem em pistas que podem permitir que sejam produzidos novos olhares da e sobre a escola.

Entendemos a noção de cultura escolar de acordo com a concepção de Dominique Julia (2001), que contempla três pontos para o estudo: o primeiro, as normas e finalidades que regem a instituição; o segundo, a profissionalização do trabalho docente; e o terceiro, os conteúdos ensinados e as práticas escolares. Nas palavras do autor,

poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA 200, p.10).

Viñao Frago (1995, 2000) também contribuiu para o entendimento e análise sobre a cultura escolar na medida em que assegura que a cultura escolar diz respeito às formas de

organização, valores, saberes, estratégias e diferentes práticas estabelecidas e compartilhadas no interior das escolas por todos os sujeitos envolvidos nas atividades específicas de natureza escolar, sejam elas realizadas por alunos, professores, outros profissionais da escola e também pela comunidade.

Para Viñao Frago a cultura escolar é compreendida por:

Práticas de conduta, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetivos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... e modos de pensar, bem como significados e ideias compartilhadas (VIÑAO FRAGO, 1998, s/p).

É interessante perceber que a cultura escolar envolve o conjunto do fazer escolar, aquele que determina o que ensinar, o que inculcar, os fins a atingir, mais especificamente, o que transmitir considerando o contexto sociocultural em que a escola se insere. Sabemos que a escola faz e transmite cultura, por meio de seus conteúdos culturais. Ao que tudo indica, o grande desafio para o pesquisador consiste em fugir daquilo que é tido como norma para buscar entender como os agentes se apropriam da cultura e como a representam.

Para Escolano (2005), falar de cultura escolar significa se referir a três âmbitos da memória e da educação ou três tipos de cultura escolar, pois há no conceito três lógicas distintas: a da razão prática no nível empírico; a do discurso acadêmico no âmbito científico e a do controle social no registro da escola como organização.

Mergulhar no interior da escola requer trazer para a análise questões ligadas a aspectos tais como a distribuição do tempo, dos espaços escolares e da organização dos programas. Inclui ainda compreender como são produzidas as maneiras de pensar e de agir de todos os agentes envolvidos com o processo educativo, as “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 13).

Um olhar para entender a organização, o funcionamento da escola, as práticas escolares, os agentes escolares, tempo e espaço escolar, significa analisar a cultura escolar. No interior de cada escola existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar à escola, mas não restrita a ela, pois essa cultura se relaciona com outras práticas da sociedade – o saber da sociedade perpassa a escola e a escola perpassa a sociedade.

Viñao Frago considera a cultura escolar como um “conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69). Assim, para este autor, a cultura escolar abrange toda a vida escolar. Segundo Dominique Julia, o conceito de cultura escolar busca dar conta de olhar para o interior da escola, para seu funcionamento interno.

De acordo com Souza, a posição de Viñao Frago “põe em relevo o conjunto de características do modo de ser e viver tipicamente escolares envolvendo a dimensão do cotidiano, a materialidade das práticas e os significados simbólicos do universo escolar” e a de Julia “dá ênfase aos processos de transmissão cultural da escola” (SOUZA, 2000, p.4).

Chervel, em estudo sobre a história das disciplinas escolares, faz a crítica àqueles que consideram a escola como agente de transmissão de saberes. Para Chervel (1990), a cultura escolar não forma somente os indivíduos frequentadores da escola, mas penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global. O mesmo autor diz, de forma incisiva, que a instituição educativa não é mera reprodutora de conhecimentos eleitos como relevantes para determinada sociedade, mas, por ser criativa, é produtora de uma cultura específica, singular e original, que se alarga por toda a sociedade.

Para o autor, as criações espontâneas e originárias do sistema escolar ainda não foram devidamente valorizadas. Ele critica os esquemas de explicação que posicionam o saber escolar como um saber inferior derivado de outros saberes tidos como superiores. Desse modo, defende a ideia de que a escola não apenas reproduz os conhecimentos considerados relevantes para uma determinada sociedade, mas também os produz.

Reconhecendo a especificidade dos vários autores aqui citados, percebemos que está em questão a construção de uma categoria analítica para pensarmos a escola. Isso quer dizer que, apesar de apresentarem características e interpretações distintas, os vários autores podem colaborar no diálogo, na interface dos diversos campos, possibilitando as distintas abordagens sobre a cultura escolar.

2.3 As noções na investigação

Feito o levantamento de algumas ideias e conceitos centrais, a discussão será direcionada para o objeto de pesquisa.

As Escolas Estaduais de Pilar do Sul constituem um campo, o campo escolar. São instituições com uma lógica própria, com agentes e ações voltados para a educação da população local.

Para Ortiz (1983), Bourdieu define campo como um espaço social que possui estrutura própria e relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais, com uma lógica própria de funcionamento e de estratificação e princípios que regulam as relações entre os agentes sociais.

O campo escolar de Pilar do Sul, no período estudado, era constituído por Escolas Estaduais de diferentes tipos: escolas isoladas, grupo escolar. Com a chegada da imigração japonesa e criação da escola japonesa e o ginásio estadual o campo escolar se modificou, pois assistiu à chegada de novos agentes e uma nova lógica que interferiram nesse campo.

Dois campos estão em evidência no trabalho, o escolar e o social. As mudanças no campo social se deram a partir da chegada da imigração japonesa e suas novas formas de viver, com costumes e hábitos diferentes e a introdução de novos produtos agrícolas, de formas de produção e de comercialização; tais mudanças tiveram reverberações não só no campo social de Pilar do Sul, mas também no campo escolar. Este último foi alterado, primeiro com a introdução de novos agentes no campo escolar e seus diferentes *habitus*, e, num segundo momento, com a criação da escola japonesa e o ginásio estadual, ou seja, novas instituições com uma cultura escolar peculiar. Mudanças no campo social e no campo escolar vivenciadas de maneira lenta e gradual, mas que foram se constituindo em motivo dos conflitos e embates que foram travados.

Esses novos agentes do campo escolar procuraram se ajustar à sua lógica específica. Essa lógica, Bourdieu chama de “sentido do jogo”, que é o conhecimento prático herdado da socialização familiar, para lidar com as situações associadas a determinada posição social. Não queremos dizer que tanto a constituição do campo quanto a aquisição do *habitus* surjam de mecanismos determinados e estabelecidos, mas dos conflitos e embates que possam ser engendrados.

Qualquer campo apresenta um espaço de lutas e conflitos, mantendo ou modificando interesses que lhe são constitutivos. A partir da constituição de um campo acontece uma interiorização dos indivíduo, uma disposição em aceitar determinadas práticas. Isso não acontece de forma individualizada, mas relacionada às condições sociais vividas.

Outro ponto que Bourdieu (1987, p. 56) destaca é que os campos se interpenetram, se inter-relacionam. Por exemplo, o campo escolar e o campo social são distintos, mas não independentes. Nesse sentido, os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu contribuem para refletir sobre o campo escolar de Pilar do Sul. O conceito de *habitus* favoreceu a compreensão da formação de condutas e modos que pudessem inculcar disposições interiorizadas nos agentes do campo social e escolar.

Para compreender a lógica do campo escolar de Pilar do Sul, mergulhamos no interior das escolas que compõem esse campo, buscando a cultura escolar. Essa organização interna se baseia num contexto social, político, cultural e econômico. Analisá-la significa refletir sobre

os tempos, espaços, práticas escolares e sujeitos sociais que têm seu *habitus* e que podem agir dentro do campo.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que refletimos sobre a cultura escolar das escolas que compõem o campo escolar de Pilar do Sul, buscamos compreender a constituição do campo escolar relacionando-a com o campo social.

2.4 Considerações

Apresentamos alguns noções fundamentais para essa pesquisa: campo e *habitus* de Bourdieu e cultura escolar, e entrelaçamos esses conceitos com a investigação, a fim de destacar a compreensão e a contribuição desses conceitos para a tese.

Em seguida, analisaremos o processo de imigração japonesa, os motivos que impulsionaram a emigração para o Brasil, o contexto social do Japão, as experiências vivenciadas pelos imigrantes japoneses em terras brasileiras, as dificuldades e as repressões no período da Segunda Guerra Mundial. Também nos deteremos sobre os conflitos entre os japoneses no Brasil depois da guerra e a chegada e presença desses imigrantes em Pilar do Sul, com o objetivo de compreender a bagagem de vida e o *habitus* dos japoneses e descendentes que chegaram a Pilar do Sul.

Os japoneses e descendentes são novos agentes no campo social e no campo escolar de Pilar do Sul. A compreensão de seu *habitus* contribui para análise das mudanças no campo social e no campo escolar de Pilar do Sul no período investigado. Segundo Nogueira e Nogueira, os indivíduos:

agiriam orientados por uma estrutura incorporada, um *habitus*, que refletiria as características da realidade social na qual eles foram anteriormente socializados. Instala-se, assim, uma importância à dimensão do aprendizado passado e afirma que este está no princípio do encadeamento das ações; portanto, a prática é resultado de um *habitus* incorporado a partir de uma trajetória social. (NOGUEIRA, C.; NOGUEIRA, M., 2002, p. 28)

À medida que as condições sociais e históricas são alteradas, o *habitus* também se modifica e incorpora outros esquemas de percepção e ação, que irão contribuir para a conservação ou a transformação no campo.

3 O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Neste capítulo analisaremos o processo de imigração japonesa para o Brasil, destacando os elementos que para ela contribuíram, os meios de convencimento da população japonesa para emigrar para o Brasil e as expectativas da elite brasileira em relação aos japoneses.

Procuramos também analisar a chegada dos primeiros imigrantes japoneses em 1908, o processo de imigração durante a primeira metade do século XX, as condições de vida dos imigrantes japoneses nas fazendas e após a saída das fazendas, bem como o período da Segunda Guerra Mundial e as restrições impostas aos imigrantes japoneses.

Em seguida, almejamos trazer elementos do período pós-guerra, quando as informações contraditórias que corriam na colônia sobre o resultado da guerra faziam com que os japoneses estabelecidos no Brasil entrassem em conflito entre si. Os derrotistas achavam que o Japão tinha perdido a guerra e os vitoristas que o Japão tinha ganhado a guerra.

Os conflitos entre os japoneses, que aconteciam em algumas regiões do interior de São Paulo, fizeram com que muitas famílias japonesas que tinham condições financeiras procurassem outras regiões para comprar terras, estabelecendo-se, assim, longe dos conflitos.

3.1 As necessidades de mão de obra e o processo de imigração japonesa

O século XIX foi um período de muitas transformações no Brasil, principalmente políticas e econômicas. A independência do Brasil, no começo do século, criou questões em torno da identidade dos brasileiros, que, até então, eram identificados apenas baianos, mineiros, pernambucanos, paulistas e várias outras denominações, de acordo com a divisão política. O brasileiro era um personagem recente e sua significação não dependia apenas de uma reflexão intelectual, mas também política.

A economia brasileira era baseada na produção e exportação de produtos primários para a Europa e América do Norte, regiões já em franco processo de industrialização. O café, um dos principais produtos de exportação brasileira no final do século XIX e começo do XX, tinha sua produção baseada no latifúndio, na mão de obra escrava e no mercado exterior. A produção do café cresceu no Vale do Paraíba e espalhou-se para o sul de Minas Gerais e para o oeste de São Paulo.

O crescimento da produção de café exigiu o aumento da mão de obra escrava, enquanto a Inglaterra¹ pressionava as autoridades brasileiras para extinguir o tráfico negreiro e a escravidão. Cresciam também no Brasil várias formas de resistência à escravidão, tais como o conflito direto entre escravos e proprietários, as fugas e a formação de quilombos.

Durante o reinado de Dom Pedro II (1840 a 1889) várias leis abolicionistas foram aplicadas, como o fim do tráfico negreiro, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, até que em 1888, sob pressão internacional e face ao grande número de revolta nas fazendas e à necessidade de mão de obra, a Lei Áurea pôs fim ao regime escravista no Brasil².

Segundo Cardoso (1995), o fim do trabalho escravo criou uma nova economia cafeeira, auxiliando na constituição de um mercado interno, uma vez que a mão de obra assalariada consumia, o que movimentava o comércio e agricultura de abastecimento. O imigrante, como mão de obra assalariada, isto é, consumidores assalariados ou como pequenos empresários, foi uma personagem importante para dinamizar o mercado interno brasileiro.

O imigrante foi introduzido no Brasil mesmo antes da abolição da escravatura. O governo brasileiro tentou suprir a falta de trabalhadores com imigrantes europeus, mas as péssimas condições de trabalho e de vida dadas pelos patrões cafeicultores, acostumados a tratar de forma sub-humana sua mão de obra, além de desmotivar a vinda de imigrantes fez com que alguns países, como a França e a Itália, até impedissem durante alguns anos que seus cidadãos emigrassem para o Brasil. Assim, o governo brasileiro passou a cogitar trazer imigrantes da Ásia.

Todavia, no Brasil havia uma discussão da elite em torno da identidade do brasileiro: almejava-se uma nação nos moldes dos padrões da elite europeia. Formas de pensar que estabeleciam a política de “branqueamento” do país adotavam a ideia racial para defender e proporcionar o desenvolvimento econômico e social do país. A elite branca da época apoiava a ideia de “branqueamento”, pois considerava como certo que o país não se desenvolvia em razão de a maioria da população ser composta por negros e mestiços. Prevalcia, para muitos, a noção de que a “raça” branca era superior às outras “raças”, considerando o negro e o índio como “sub-raças”. Esse período associava formulações sociológicas, de medicina social e políticas públicas na tentativa de explicar e resolver o atraso socioeconômico brasileiro. A

¹ A Inglaterra procurava ampliar seus mercados consumidores, tanto na América quanto na África

² Segundo Singer, “a abolição criou a possibilidade de generalização do trabalho assalariado, sobre o qual a acumulação de capital industrial tem de se apoiar tanto para dispor de mão-de-obra adequada como para construir um mercado interno que absorvesse sua produção.” (2001, p. 81)

fórmula combinava ideias de pensadores brasileiros como Nina Rodrigues, Paulo Prado, Manuel Bonfim, Oliveira Viana a influências estrangeiras advindas de Gobineau e Lombroso, entre outros (Schwarcz, 1993). A preocupação era com o "branqueamento" da população, que assim justificava a procura de europeus brancos, como alemães e italianos (inicialmente) para atender a essa lógica. Era um período em que havia a preocupação com a construção de uma nação, a partir de anseios eugênicos. A partir disso, a imigração asiática era vista como um transbordamento de flagelos, pois os asiáticos eram considerados os "negros-amarelos", que trariam vícios imorais e seriam um empecilho para o progresso agrícola e industrial.

Os imigrantes asiáticos não eram desejados no Brasil. Entre julho e agosto de 1892, o jornal *Correio Paulistano* publicou artigos de Francisco Cepeda que se referiam aos asiáticos com expressões como "se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão", e que "o chim é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora". (CEPEDA, 1892, s/p)

As atenções eram dadas para estimular a vinda dos imigrantes europeus, que além de suprir a falta de mão de obra, contribuíram com o progresso brasileiro, tendo em vista a ideia de "branqueamento" do país. Os emigrantes europeus sustentaram o crescimento da necessidade de mão de obra nos cafezais, por alguns anos. Com o crescimento da demanda internacional por café e conseqüentemente da produção, aumentou a necessidade de mão de obra e as exigências do governo e dos fazendeiros contratantes diminuíram e se passou a aceitar a possibilidade de receber os imigrantes asiáticos.

Desde 1890 se cogitava a vinda de imigrantes asiáticos para o Brasil, mas nenhuma ação concreta tinha sido realizada até o Decreto-Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, que permitiu a imigração japonesa e chinesa.

O Japão e o Brasil, em 1892, assinaram um tratado em que ambos os países passaram a manter relações diplomáticas e, mesmo contrariando a opinião pública brasileira, abriram negociações para a vinda de imigrantes japoneses.

Em 1894 o Japão enviou o deputado Tadashi Nemoto para uma visita ao Brasil, em cujo roteiro foram incluídos os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Satisfeito com o que viu, Nemoto mandou um relatório ao governo e às empresas de emigração japonesas, recomendando o Brasil como país apto a acolher os imigrantes orientais. A partida da primeira leva de japoneses, que deveria vir trabalhar nas lavouras de café em 1897, teve, no entanto, de ser cancelada justamente na véspera do embarque em razão da crise que o preço do café sofreu em todo o mundo, e que perdurou até 1906.

Em 1907, o governo brasileiro publicou a Lei da Imigração e Colonização, permitindo que cada Estado definisse a forma mais conveniente de receber e instalar os imigrantes. E, em novembro desse mesmo ano, Ryu Mizuno fechou acordo com o Secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Arruda Botelho, para a introdução de três mil imigrantes japoneses em um período de três anos.

Assim como o governo brasileiro tinha fortes motivos para a vinda dos imigrantes, o governo japonês tinha fortes razões socioeconômicas para incentivar a emigração em seu país. Nesse período, início da Era Meiji, o Japão atravessava uma grave crise, em que grassava o desemprego, resultado da política econômica implementada no Japão. A balança comercial japonesa era desfavorável em relação aos países industrializados, uma vez que, comparada à desses países, a indústria nipônica era incipiente.

Segundo Sakurai (2007, p.113) a Era Meiji (1868-1912) iniciou após uma crise sem precedentes, fruto da abertura dos portos japoneses às potências ocidentais, industrializadas. A crise gerou o enfraquecimento do governo Xogunal³ e revoltas que levaram a uma guerra civil, que culminou em 1868 com a vitória dos que queriam a restauração do poder do imperador, e que defendiam a modernização rápida do Japão em moldes ocidentais.

Em 20 anos, a modernização ocorrida com a Era Meiji revolucionou o país, propiciando oportunidades para a aristocracia que ocupou importantes cargos na nova estrutura político-governamental, e para uma emergente burguesia que enriqueceu com os métodos industriais e financeiros importados do ocidente. No entanto, os benefícios do enriquecimento do país ficaram nas mãos de poucos; mesmo com a industrialização e o fortalecimento bélico do país, as necessidades sociais da população não foram atendidas.

Grande parte da população japonesa morava no campo onde a crise era mais sentida. Para ajustar o orçamento familiar, a tendência das famílias camponesas era, em primeira instância, a de encaminhar os filhos mais jovens para os centros urbanos, de forma que pudessem aprender um novo ofício. Muitos se tornaram marceneiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates etc.

Nesses centros urbanos, o processo de migração interna resultou em grande aumento populacional e conseqüente desemprego. Para o governo japonês, não havia outra solução senão estimular a emigração.

³ O governo Xogunal, foi um período político do Japão em que o Imperador desempenhava apenas uma função simbólica de união entre as ilhas que compõem o Japão. O país era governado pelo ditador Saigo Takamori, que mantinha uma política de isolamento. Grupos da elite japonesa destituíram o ditador Saigo por meio da guerra cívica e reconstituíram os poderes políticos ao Imperador Meiji Matsu-Hito, iniciando, assim, a Era Meiji.

Entre as alternativas de locais em que os emigrantes poderiam se estabelecer, os países do continente americano eram uma das melhores opções, dado o forte processo de industrialização na América do Norte e o potencial agrícola dos vastos territórios sul-americanos, em particular o Brasil. Inicialmente, os emigrantes eram direcionados principalmente para os Estados Unidos e Argentina, mas, com a crise econômica nesses países, a melhor opção passou a ser o Brasil, pois, segundo (1995), muitos dos pretensos emigrantes eram originariamente agricultores, e esta era, na ocasião, a base da economia brasileira.

No Japão, disseminava-se a ilusão de que emigrar para o Brasil proporcionaria enriquecimento rápido e consequente possibilidade de retorno à terra natal. Sabia-se que o país era um território inóspito, com dimensões continentais, natureza exuberante e com muitas terras completamente inexploradas. Eram frequentes as fantasias de que, com certa facilidade, encontrar-se-ia ouro e pedras preciosas pelo chão.

Segundo depoimento do morador local Ito⁴, as famílias japonesas eram iludidas pela propaganda, pois “os cartazes falavam da facilidade de ficar rico, com figuras de japoneses descansando à sombra do pé de café”. Os japoneses decidiam vir para o Brasil “por que tinha a borracha, que não existia em outro lugar do mundo, era a terra da borracha, terra do ouro”.

Segundo Elza Yasuko Passini, a propaganda teria sido o meio que convenceu de fato as famílias japonesas a virem para o Brasil:

Muitos japoneses foram iludidos com as propagandas mentirosas a respeito de maravilhosas fazendas onde viveriam, como num paraíso tropical, com fartura de alimentos espalhados pelos campos, vieram para trabalharem nas fazendas de café, sem ao menos terem experiência com lavoura. As maiorias dos relatos são de sofrimentos e angústias. (PASSINI, 1996, p.73).

Os cartazes descreviam as maravilhas do Brasil e das fazendas, sempre incentivando e tentando mostrar a oportunidade de uma vida melhor, como podemos observar no cartaz de 1925:

⁴ Katsuo Ito – japonês, chegou em Pilar do Sul com 19 anos junto com seus pais que compraram terras na cidade. O depoimento foi recolhido em 2006.



Figura 01: Cartaz incentivando a imigração japonesa para o Brasil

Fonte: Arquivo do Memorial do Imigrante

O cartaz incentiva a emigração declarando em japonês os seguintes dizeres⁵: “Agora, vamos, levando a família, para a América do Sul”.

Segundo Passani (1996, p.77), foram utilizados diversos tipos de propaganda para atrair os imigrantes para o Brasil, como brochuras, cartazes, artigos em jornais, palestras, e outros meios que fortaleceram a idealização da imigração. Notemos que a figura a seguir evidencia uma grande força de indução, não somente nas palavras, mas na imagem que compara o Rio de Janeiro a partir de uma de suas belezas, o Pão de Açúcar, com uma das cidades do Japão, objetivando dizer ao japonês que o Brasil não era tão diferente de sua terra, o Japão.

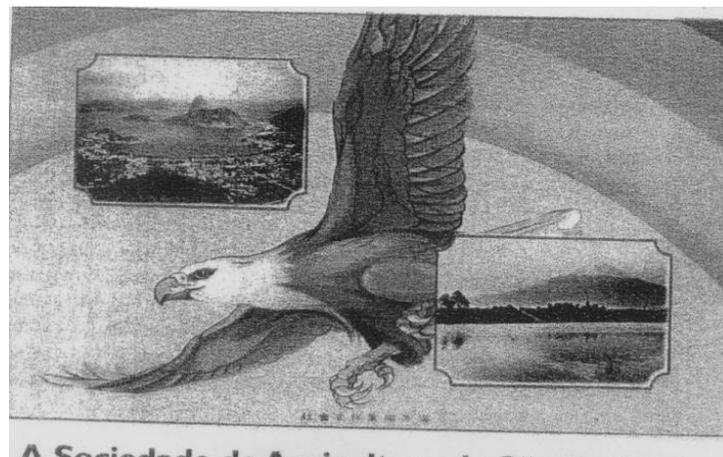


Figura 02: Cartaz da Companhia de Imigração Japonesa

Fonte: Arquivo do Memorial do Imigrante

Enquanto o Japão precisava escoar o excesso de mão de obra, o Brasil necessitava dessa força trabalhista, e a postura aberta à recepção desses trabalhadores japoneses se intensificou principalmente após 1902, quando a Itália, país de onde provinha o principal

⁵ Foi feita a tradução do texto do cartaz para facilitar a compreensão.

fluxo de imigrantes europeus, proibiu que seus cidadãos fossem recrutados e encaminhados para o Brasil. Para suprir a falta de mão de obra, os japoneses foram considerados uma das alternativas apesar de toda resistência da elite brasileira devido às políticas públicas baseadas nas ideias de “branqueamento”, como já registramos.

Os japoneses, embora tenham sido vistos com alternativa de mão de obra para atender a lavoura cafeeira, além de não condizerem com os ideais da construção da identidade nacional, levantavam uma preocupação em relação à sua adaptação às terras brasileiras. As relações sociais em terras brasileiras eram pautadas por um critério racial, negros em uma ponta e brancos em outra, e como os japoneses não eram nem brancos, nem negros, poderiam não achar facilmente seu lugar no contexto brasileiro.

3.2 Períodos da imigração japonesa no Brasil

O processo de imigração japonesa no Brasil pode ser dividido em três períodos distintos. O primeiro durou 14 anos, estendendo-se de 18 de junho de 1908, quando atracou em Santos o vapor Kasato Maru, até 1925. Nesse primeiro período, os japoneses vieram para suprir a mão de obra nos cafezais. Mas, com a crise do café e a dificuldade de trabalho nos cafezais, e conterrâneos nipônicos instalados em outras áreas da economia, começa a vinda dos imigrantes japoneses para trabalhar também nessas outras áreas.

Segundo Cardoso (1995), até 1914 os imigrantes japoneses tinham parte da passagem marítima subsidiada pelo governo estadual paulista e pelo fazendeiro empregador, que podia descontar essa despesa dos salários dos empregados (colonos). Em 1914, o contrato de concessão de imigração japonesa entre o governo estadual paulista e as empresas de emigração foi rescindido, sendo retomado apenas em 1916, com as mesmas condições anteriores, pois com a I Guerra Mundial o Brasil tinha dificuldade para atrair colonos europeus. No período de 1908 a 1914 chegaram ao Brasil catorze mil oitocentos e oitenta e seis imigrantes japoneses e entre 1917 e 1920 mais treze mil quinhentos e noventa sete.

Na época deste segundo contrato com o governo estadual paulista, ainda no primeiro período da imigração, o Japão tomava importantes decisões quanto a sua política emigratória, promovendo a fusão de duas companhias de emigração para formar a K.K.K. (Kaigai Kogyo Kaisha) que terá, daí por diante, o monopólio do encaminhamento de trabalhadores para o Brasil.

A partir de 1921, o governo do Estado de São Paulo não mais subsidiou a viagem dos imigrantes japoneses, tendo o governo japonês que subsidiar os custos da viagem para garantir a continuidade do movimento emigratório.

O segundo período de imigração, que abrange os anos de 1925 até 1941, no qual o Brasil recebeu mais de cento e quarenta e cinco mil japoneses (número que corresponde a cerca de 75% dos imigrantes japoneses antes do Brasil entrar na II Guerra Mundial), foi marcado pela vinda dos imigrantes japoneses para trabalhar nas mais diversas áreas, mas principalmente como colonos em pequenas propriedades

Nesse período, paralelamente ao encaminhamento de mão de obra assalariada, o governo japonês promoveu a imigração de colonização. Em 1927, criou-se no Japão a Federação das Associações Ultramarinas e, em São Paulo, o órgão representativo dessa associação, a Sociedade Colonizadora do Brasil (Bratac). A finalidade dessas empresas era recrutar e encaminhar imigrantes com algum recurso, que pudessem responsabilizar-se pela compra de um pequeno lote. A Bratac, a partir de 1928, adquiriu glebas de terra nos Estados de São Paulo e Paraná, para loteá-las e vendê-las aos colonos, formando núcleos agrícolas. Estes imigrantes, que contavam já com um capital inicial, são designados comumente como "imigrantes de colonização", em oposição aos demais que aqui chegaram como assalariados.

Entre 1930 e 1939, o Brasil recebeu o maior número de imigrantes japoneses, um período especial de expansão da agricultura paulista depois da crise de 1929. A agricultura cafeeira continuou avançando para o interior paulista, deixando um rastro de terras cansadas devido à monocultura, o que fez com que elas ficassem mais baratas e fossem loteadas em pequenas propriedades, muitas delas compradas por imigrantes japoneses, que formariam as colônias. Essas colônias exerciam um importante papel na agricultura de abastecimento e também no fornecimento de matéria prima à indústria.

O algodão foi um produto largamente cultivado com a crise do café. Era um produto com custo baixo de produção que possibilitava o cultivo por pequenos proprietários de terras. Os imigrantes japoneses tinham especial papel no cultivo do algodão. Vale ressaltar que eles recebiam apoio das empresas de imigração e colonização japonesa no que diz respeito a orientações, técnicas de plantio e comercialização, mesmo porque boa parte do algodão produzido era comercializada com as indústrias têxteis japonesas.

O que também contribuiu para formação das colônias foram os loteamentos organizados pelas empresas de imigração japonesa, proporcionando a imigração de colonização no interior paulista, como dito anteriormente.

A primeira colônia foi a Colônia Monção, fundada em 1911 na região da estação Cerqueira César da linha férrea Sorocabana, interior de São Paulo. Mas logo surgiram várias outras *shokuminchi* (colônia). Esse sistema deu origem a várias cidades no Brasil, como os municípios paulistas de Aliança, Bastos, Iguape, Registro, Suzano, e as cidades de Assaí, no Paraná e de Tomé-Açu, no Pará, que começaram como colônias de pequenos produtores rurais japoneses. Os produtos cultivados nas colônias passaram a variar da pimenta do reino em Tomé-Açu, ao chá em Registro, até a atividade granjeira em Bastos (Morais, 2001, p.31).

Os imigrantes nas colônias rapidamente organizaram a vida civil e comunitária nos moldes da distante terra natal. A primeira coisa que faziam ao constituir uma colônia era organizar uma *kyōkai* ("associação", entidade para tratar de assuntos comunitários) e construir um *kaikan* ("auditório", salão ou galpão que funcionava como sede da comunidade). A segunda providência era cuidar da educação dos filhos. Tamanha era a preocupação dos imigrantes com a educação dos filhos que, ao chegarem a uma fazenda ou colônia, alguém que estava em condições de dar aulas de linguagem e matemática às crianças era imediatamente encarregado da tarefa, e assim se organizavam turmas e horários, o que deu origem às *nihongakkōs*, escolas de ensino elementar em japonês.

Tendo a intenção de retornar ao Japão assim que conseguissem economias suficientes, os imigrantes das primeiras décadas do século XX queriam que seus filhos fossem educados como *dainipponjins* (súditos japoneses). Ensinar-lhes a língua nipônica e ministrar-lhes ensinamentos sobre a cultura japonesa e o *yamato damashii* (espírito japonês) era prioridade tal que os pais não hesitavam em sacrificar horas de sono e trabalhar mais para que seus filhos, que também trabalhavam na lavoura e nos afazeres domésticos, estudassem, a fim de que, quando regressassem ao Japão, não passassem vexame.

O sistema das colônias também propiciou a criação de uma imprensa em japonês para a comunidade no Brasil, os chamados "jornais da colônia". O primeiro desses jornais foi o *Nanbei* (América do Sul), lançado em janeiro de 1916. Em agosto do mesmo ano surgiu o *Nippak Shimbun* (Jornal Nipo-brasileiro), e em 1917 foi lançado o *Burajiru Jihō* (Notícias do Brasil), que tinha a característica de ser o informativo oficial da *Ijū Kumiai* ("cooperativa de emigração", nome pelo qual era conhecida a empresa que trazia os colonos japoneses ao Brasil). A existência desses jornais indicava não só que o número de imigrantes havia aumentado (até 1917 estima-se que 18.800 japoneses entraram no Brasil formalmente como imigrantes), como também que a comunidade estava progredindo financeiramente, pois havia se criado uma base econômica capaz de sustentar as edições. E sob o aspecto cultural, revela que os imigrantes em geral eram letrados em japonês.

O progresso financeiro tinha como principal base organizacional as cooperativas agrícolas. Na edição de 5 de setembro de 1919, o jornal *Burajiru Jihô*, conclamava imigrantes a participar do "Syndicato Agrícola Nipo-Brasileiro" em Uberaba, Minas Gerais. Considerado a primeira cooperativa organizada por imigrantes japoneses, o "Syndicato Agrícola" visava "apoiar lavradores na pesquisa de terras adequadas às determinadas culturas, elaboração de contratos, financiamento de capital, compra e venda coletivas, etc., todas as facilidades, com a finalidade de conseguir um desenvolvimento seguro de nossos compatriotas". Embora o pioneiro "Syndicato Agrícola" não tenha durado muito tempo, sua existência inspirou outras iniciativas similares.

As cooperativas agrícolas se desenvolveram, pois a partir de 1920 houve a ampliação do sistema de colonização de terras virgens no interior de São Paulo. O fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil se acelerou e percebeu-se, a partir daí, que a produção agrícola implementada pelos japoneses era essencial para abastecer os grandes centros como São Paulo. E a melhor forma de venda dos produtos era a que se dava pela associação das cooperativas, a qual, além de transportar as mercadorias, conseguia bons preços.

É o período de maior movimentação da imigração japonesa no Brasil, que começa a declinar com implementação do sistema de cotas, fruto da política nacionalista que controlava a imigração, até sua paralisação em 1941, ano em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial.

O terceiro período imigratório iniciou em 1951, quando os grupos de imigrantes passaram a receber ajuda dos conterrâneos para se estabelecer no Brasil. Nesse período, os imigrantes japoneses que já estavam instalados no Brasil e os novos que chegaram não tinham mais, em sua grande maioria, a ilusão de trabalhar para retornar ao Japão com melhores condições econômicas.

Os imigrantes japoneses vinham para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial como pequenos proprietários de terras. Era imigração de colonização ou como mão de obra assalariada. Eles trabalhavam principalmente para os japoneses que tinham emigrado para o Brasil antes da Segunda Guerra Mundial e que possuíam pequenas propriedades agrícolas ou casas de comércio (Gonçalves, 2008). Segundo Cardoso,

Só em 1951 será autorizada novamente a entrada de japoneses, porém esta imigração de após-guerra tem um caráter bastante distinto. Não só nunca alcançou a importância numérica do período anterior, mas também o tipo de imigrante é diferente. No período de após-guerra aumenta muito o número dos imigrantes de colonização, chegando a atingir 43,6% do total de entradas, e também dos imigrantes isolados. O recenseamento geral da Colônia Japonesa, realizado em 1958, aponta 5 927 imigrantes entrados

depois de 1952 (3% do total geral de imigrados), sendo que 40,2% deles imigraram individualmente e não como parte de uma família. (Cardoso, 1995, p. 37).

3.3 A chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil: expectativas e frustrações

A primeira leva de imigrantes japoneses chegou ao Brasil contratada pela Empresa de Imigração e Colonização Kokoku Shokumi Kaisha. Esses imigrantes tinham parte da passagem marítima subsidiada pelo governo estadual paulista e parte paga pelo fazendeiro empregador, que podia descontá-la dos salários dos novos colonos. Era o mesmo esquema desenvolvido para promover a imigração italiana. Diferentemente, porém, do processo de imigração europeu, a política migratória brasileira impôs que os emigrantes japoneses deveriam vir em grupos de famílias. Cardoso destaca que:

Este tipo de imigração familiar, não individual, trouxe para o Brasil não só uma proporção equilibrada de homens e de mulheres, mas também várias gerações simultaneamente. No início da imigração, as famílias japonesas apresentavam uma preponderância de indivíduos adultos em idade produtiva, como geralmente ocorre com populações imigrantes.... É sabido que os japoneses, para atender às exigências do Brasil e também para poder enfrentar as tarefas que, nas fazendas de café, eram distribuídas de acordo com o número de braços com que contava a família, usaram frequentemente o recurso legal da adoção ou casamentos fictícios para emigrar em grupos altamente produtivos. (CARDOSO, 1995, p. 19)

Em 18 de junho de 1908 chegou ao porto de Santos-SP o navio Kasato Maru, com 165 famílias a bordo, vindas de regiões pobres do Sul e do Norte do Japão.

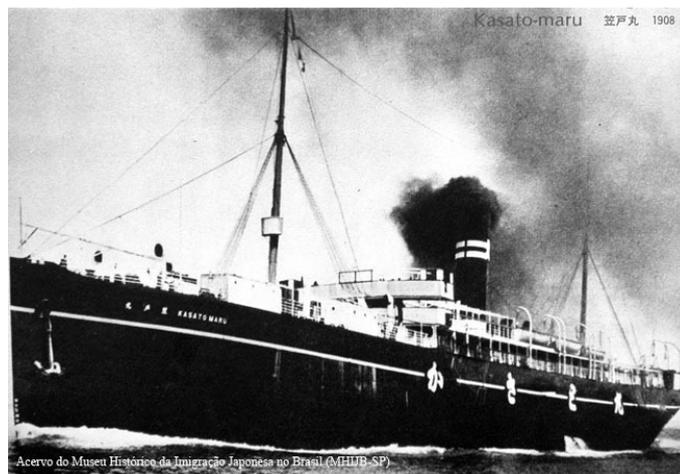


Figura 03: Navio Kasato Maru

Fonte: Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

A chegada dos imigrantes japoneses ao porto de Santos foi noticiada pela imprensa brasileira através de artigos e relatórios.

O jornal “A Tribuna”, de Santos, noticiou, em sua edição do dia 19 de junho de 1908, com informações sobre a tripulação e passageiros, a chegada do “Vapor Kasato Maru”. Em

outra reportagem da mesma edição relatou, em sua página policial, a ocorrência de uma morte a bordo do navio.

VAPOR JAPONEZ:
 A's 9 1/2 horas da manhã de hontem, entrou em nosso porto o vapor japonéz *Kasato Maru*, consignado á casa Wilson Sons & C., desta praça.
 E' esta a primeira viagem que esse vapor faz para portos do Brasil, tendo levado 51 dias de Kionbin a este porto, tocando em Singpara e Capetown.
 O *Kasato Maru* que tem 3.823 toneladas de registo e 81 homens de tripulação, e é commandado pelo capitão A. G. Stevens, trouxe 781 imigrantes japonezes para nosso Estado, que hoje devem seguir para a capital em trem especial, que partirá ás 9 horas da manhã.
 O *Kasato Maru* também traz a seu bordo vinte e poucos passageiros de classe, em viagem de recreio.
 A's 5 horas da tarde o *Kasato Maru* atracou no cães das Docas, em frente ao armazem n. 14.
 Durante a viagem desse vapor, e já em aguas brasileiras, deu-se no dia 15 do corrente, ás 11 horas da noite, um lamentavel fucto, que vai noticiado noutra parte desta folha.

Figura 04: Jornal: "A Tribuna" de 19 de junho de 1908
 Fonte: Acervo - Jornal "A Tribuna"

Com a chegada dos imigrantes japoneses, houve o contato de dois povos que não se conheciam. Os que chegavam tinham criado expectativas e ilusões sobre a nova terra e seu povo e, entre os habitantes da terra, havia expectativas sobre o novo povo que chegava de uma terra tão distante. Expectativas e ilusões que permeavam o imaginário, criando sentimentos de esperança, desconfiança, rejeição, alívio, preconceito, entre outros, pois, até o desembarque no porto de Santos, não havia um convívio de fato entre brasileiros e japoneses.

O jornal "A Tribuna" trouxe o seguinte comentário de Lorgnon sobre a vinda dos imigrantes asiáticos para o Brasil:

O nosso solo é tão vasto e está na maior parte deshabitado, que de qualquer modo precisa povoamento.
 A nossa lavoura, grita-se por toda a parte, está sem braços!
 Pois bem. Abi vão braços novos, de uma potencia formidavel.
 Parabens á lavoura paulista, apesar de que, a nosso vêr, não é caso par' isso.
 A experiencia tem demonstrado que essa colonização asiática tem dado mau resultado em toda a parte. Os japonezes não se adaptam aos paizes em que vivem, são refractarios aos usos e costumes alheios, constituem, fóra da patria, uma sociedade sua propria, como acontece na America do Norte.
 Antes q perigo germanico e o italo, que nos parecem imaginarios.

Figura 05: Jornal - "A Tribuna" de 19 de junho de 1908
 Fonte: Acervo - Jornal "A Tribuna"

O Jornal Correio Paulistano, de 26 de junho de 1908, publicou um artigo redigido pelo Inspetor de Imigrantes do Estado de São Paulo, J. Amândio Sobral, descrevendo suas impressões sobre os imigrantes nipônicos. Sob efeito desse primeiro impacto, Sobral expressa abertamente que os elogios que se faziam ao comportamento e à aparência dos japoneses não eram um exagero de sua parte, pois que o grau de limpeza de “gente de humilde camada social do Japão” era qualificado como “inexcedível”, e que “houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua terceira classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu de 1ª classe”. Ele observa que, ao deixarem o trem que os trouxe de Santos à hospedaria de imigrantes em São Paulo, “saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta”. Na hospedaria, os japoneses

têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos a fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto (...) surpreendeu a todos o estado de limpeza em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspidadeiras e pontas de cigarro esmagadas com os pés de outros imigrantes. (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 26 de junho de 1908)

Muitos chegaram com pequenas bandeiras do Brasil e do Japão feitas de seda, manualmente, “trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável”, observou Sobral. E todos se vestiam de modo simples, mas de forma ocidental - o que na época foi algo inesperado:

A vestimenta européia conquista terreno no império do Sol Nascente. Foram os próprios imigrantes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão agradável. (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 26 de junho de 1908)

No mesmo artigo publicado pelo Jornal Correio Paulistano em 1908, Sobral observou que a bagagem dos japoneses “não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os baús de folha e trouxas dos nossos operários”. Os japoneses eram imigrantes pobres, mas agiam com dignidade e educação. Trouxeram malas de vime, roupas e objetos simples, mas limpos ou novos. Pela descrição da bagagem no relatório, verifica-se que todos tinham poucas, mas as mesmas coisas: escova e pó dental, pente e navalha de barba, itens de higiene pessoal que na época muitos imigrantes europeus e até mesmo brasileiros não tinham, *futons*, *makuras* (travesseiros) de madeira e casacos (artigos têxteis caros para imigrantes); pequenas ferramentas, utensílios de cozinha e frasquinhos para *shoyu*. A maioria trouxe livros, tinta e papel (coisas que eram consideradas um “luxo” para trabalhadores braçais). Estes eram os objetos que os japoneses, mesmo sendo pobres, se esforçaram para comprar e trazer do Japão, e que consideravam indispensáveis para começar uma vida longe

da terra natal. De 781 pessoas, verificou-se que menos de 100, ou cerca de 13% delas, eram analfabetas - um baixo índice de analfabetismo na época.

Outra observação de Sobral foi a confiança que os japoneses tinham em suas mulheres, “a ponto de, para não interromperem uma lição adventícia de português, lhes confiarem a troca de seu dinheiro japonês em moeda portuguesa”. Na época, os homens no ocidente não confiavam em suas esposas para lidar com assuntos relacionados a dinheiro, mas as japonesas faziam câmbio para seus maridos. Sobral terminou seu longo relatório observando:

os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira. Se esta gente, que é todo trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito diferente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da ação do japonês no trabalho nacional”.(JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1908)

Para os imigrantes japoneses não foi fácil deixar o Kasato Maru, pois o navio, então, era a única ligação com sua terra natal.

Finalmente o Kasato-Maru atracará amanhã em Santos. Teremos que lhe dizer adeus. Os varonis imigrantes sentiam o peito oprimido pela tristeza diante da separação iminente do navio de sua pátria. Viam-se tripulantes a erguer filhos de imigrantes ao colo, achegando suas faces às deles em sinal de despedida. A melodia dedilhada nos jabissen⁶ dos imigrantes da ilha de Okinawa diluía-se sobre as ondas escuras. (ROKURO, s/d, 32).

Não foi possível escrever sobre as impressões que os primeiros japoneses tiveram do Brasil logo que desembarcaram, pois não encontramos registros sobre isso. É certo que a primeira leva de imigrantes japoneses tinha como destino as fazendas de café no interior do Estado de São Paulo. Esses imigrantes não tinham a intenção de se estabelecer em terras brasileiras, pois o ideal era ficar alguns anos, trabalhar muito para, então, regressar ao Japão com suas economias.

Após o desembarque no porto de Santos, os imigrantes japoneses foram encaminhados para São Paulo, onde foram alocados na hospedaria dos imigrantes. A hospedaria tinha a capacidade de abrigar duas mil pessoas.

Após dez horas de trem os imigrantes chegaram à Hospedaria dos Imigrantes e foram recebidos com o jantar. Segundo o jornal Correio Paulistano, o jantar das 17 horas foi servido em dois turnos, sendo o cardápio composto por pão, sopa de bacalhau e batatinhas, feito

⁶ Instrumento tradicional de corda, originário de Okinawa, de couro de cobra e três cordas.

especialmente para os imigrantes japoneses. Após o jantar foram encaminhados para seus quartos. A reportagem não deu notícias do comportamento dos imigrantes nos quartos, mas os autores do *Brasil nihon imin Kussawake*, contam a trajetória dos japoneses.

Pareceu-me que eram precárias as camas destinadas aos imigrantes, e que, aliás, se mostravam insuficientes. Somente os casais tinham direito às camas de ferro da cor de chumbo, onde dormiam sob cobertas algo espessas de algodão; os solteiros tinham que dormir em cima de estrados de tábuas estendidos sobre o soalho. Naturalmente, estes também podiam dormir em camas quando era pequeno o número de casados. (Brasil nihon imin no Kussawake, 1933, p.45).

O destino dos imigrantes japoneses foram as fazendas de café. Uma parte deles era composta de agricultores no Japão, enquanto os demais eram, por exemplo, carpinteiros, policiais, comerciantes, mineiros, empregados de ferrovias, prostitutas, professores, pescadores e estudantes.

Segundo Koyama (1949, p.45), foi no Brasil, mais exatamente na Hospedaria dos Imigrantes, que o japonês teve contato, pela primeira vez, com um vaso sanitário e as "invenções modernas" como o trem e o automóvel.

3.4 Os costumes e estranhamentos dos imigrantes japoneses em terras brasileiras

Os setecentos e oitenta e um imigrantes japoneses, que aqui chegaram em 1908, foram destinados a seis fazendas de café no interior de São Paulo. Foi onde todas as suas expectativas positivas foram frustradas pela realidade cotidiana com que se depararam.

Segundo Handa (1987), o idioma, a alimentação, a moradia e o trabalho árduo eram aspectos que desmantelavam as expectativas positivas dos imigrantes japoneses. O idioma era muito diferente, os poucos intérpretes designados não compreendiam as gírias da língua falada, e havia ainda os brasileiros que faziam brincadeiras ensinando palavrões às moças, colocando-as em situações constrangedoras.

Dificuldades de entendimento entre os imigrantes e fazendeiros devido a total diferença de cultura, idioma, usos e costumes geravam constantes atritos. "Capitães-do-mato" e "capangas" armados para levar os imigrantes aos cafezais e fiscalizar seu trabalho passavam aos japoneses a sensação de que seus contratadores não lhes tinham confiança e queriam mantê-los prisioneiros, como uma espécie de mão de obra escrava. Obrigados a comprar comida e itens de primeira necessidade apenas no armazém da fazenda, os imigrantes logo perceberam que ao invés de receber um salário no fim do mês, passaram a ter dívidas com os fazendeiros, dado os preços exorbitantes cobrados nesses armazéns (HANDA, 1987, p.55-60).

A alimentação era muito diferente da habitual no Japão, composta por muitas verduras e legumes, enquanto no Brasil a comida era regada por muita gordura. Os imigrantes tinham dificuldade até mesmo com o feijão, por ser usado salgado e não doce, como no Japão. Nas fazendas a situação ficava ainda mais difícil quando procuravam preparar seus próprios alimentos, fazendo o arroz à sua maneira e sendo forçados a engolir pedaços cozidos de bacalhau, ou procurar no mato ingredientes substitutivos, como picão, caruru, maxixe e mamão verde.

Cabia ao contratador brasileiro dar moradia aos imigrantes, mas no contrato não havia especificações sobre as condições das moradias. As moradias que os fazendeiros ofereciam eram as antigas senzalas de barro ou madeira construídas para os escravos e que haviam sido abandonadas, ou pequenas casas construídas por antigos colonos que tinham deixado a fazenda. Não havia piso nem móveis. A situação se agravava com a saúde debilitada de muitos trabalhadores.

O trabalho nos cafezais não era aquele que havia sido descrito nas propagandas japonesas. Nelas, o café era descrito como “a árvore que dá ouro”, e a produção da planta seria tão grande que os galhos envergavam com o peso dos frutos, de maneira que bastava colhê-los com as mãos. Todavia, o trabalho não era tão fácil, pois a produtividade do café dependia do cuidado constante e das condições do clima que nem sempre ajudavam no grande rendimento do fruto. O clima, além de influenciar na produção do café, também dificultava o trabalho dos imigrantes, que estranhavam as diferenças climáticas existentes entre o Brasil e o Japão.

A propaganda das agências de emigração anunciava bons salários, o que alimentava a esperança dos japoneses em vir para o Brasil e retornar com melhores condições econômicas. A propaganda destacava que se tudo corresse como as agências anunciavam, em um mês, uma família com três membros, trabalhando no cafezal, receberia o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes). Os valores dos salários utilizados na propaganda eram calculados sobre uma média superestimada de 9 sacos de 50 quilos de café colhidos por dia, por família. Entretanto, ao chegar nas fazendas, os japoneses foram colocados para trabalhar com cafeeiros velhos, com baixa produtividade, o que resultava em uma colheita escassa, que não chegava nem na metade da produção divulgada na propaganda. Do dia para a noite, passando a ser explorados como mão de obra escrava, empurrados para a miséria e correndo risco de vida pela situação de abandono, os imigrantes não tiveram alternativa a não ser fugir das

fazendas e buscar outras profissões. Até o fim de 1908, apenas 359 das 781 pessoas que haviam chegado em junho no *Kasato Maru* ainda se encontravam nas fazendas contratantes. Na Fazenda Dumont, que recebeu o maior grupo de imigrantes japoneses (210 pessoas), ninguém ficou (HANDA, 1987, p. 39).

Os imigrantes japoneses, apesar de serem homens livres assalariados e não escravos como os negros, tiveram que fugir das fazendas. Eram explorados, viviam endividados com os fazendeiros, pois tinham que comprar comida e artigos de primeira necessidade apenas do armazém da fazenda a preços altos, e se viam, assim, em um círculo vicioso, tendo que trabalhar cada vez mais para tentar pagar as dívidas com o fazendeiro.

Os imigrantes japoneses que fugiram das fazendas procuraram se estabelecer de acordo com a profissão que tinham no Japão ou com a oportunidade que surgisse. Alguns dos primeiros imigrantes tinham estudado, outros eram comerciantes, carpinteiros, ferreiros e passaram a exercer essas funções no Brasil. Outros se empregavam na construção civil, no porto, como empregados domésticos, entre outras funções. Na década de 1910, instalou-se em Santos um pequeno grupo de profissionais autônomos e pequenos comerciantes imigrantes, e na década de 1920 japoneses passaram a morar e abrir negócios na rua Conde de Sarzedas, na região central da Sé, em São Paulo.

O segundo período da imigração japonesa, entre 1925 e 1941, como já apresentei anteriormente, é o período em que o Brasil recebeu o maior número de imigrantes japoneses. Uma pequena parcela continuava sendo direcionada para os cafezais, mas a maioria emigrava como assalariado no comércio ou como proprietário de terras, os chamados imigrantes de colonização. Segundo Cardoso (1995), a partir de 1928 a Bratac adquiriu léguas de terras que foram loteadas e vendidas para os chamados imigrantes de colonização que formavam os núcleos agrícolas. Para promover e apoiar a comercialização da produção destes núcleos agrícolas foi criada a Cia. Nichinan Sangyo.

A década de 30 foi marcada pelas visitas de várias missões japonesas ao Brasil, para promover a exportação, para o Japão, de matérias primas brasileiras, principalmente o algodão. A partir de 1936, algumas indústrias têxteis japonesas passaram a operar no Brasil para beneficiar e exportar o algodão. Foi um período em que o capital japonês que vem para o Brasil se dirige ao comércio e à indústria e em que o movimento de imigração atingiu seu auge.

3.5 A imigração japonesa deixa de ser solução para ser considerada um problema: política nacionalista e Segunda Guerra Mundial

O ritmo de chegada de imigrantes japoneses no Brasil começou a desacelerar com a legislação excludente, associada a um processo xenofóbico, que não reconhecia os diplomas dos estrangeiros, o que privava os imigrantes de exercer profissões liberais.

Como lembrou Angela de Castro Gomes (1999, p.6), a imigração era considerada um problema político. Considerava-se que a imigração japonesa traria prejuízo aos trabalhadores nacionais e à segurança nacional.

A política nacionalista imposta pelo governo brasileiro a partir de 1938 encarou os estrangeiros, incluindo os japoneses, como um problema para a nação. A expansão nipônica era vista com desconfiança pelo governo brasileiro, que assumia uma postura ideológica nacionalista, ao mesmo tempo em que se opunha ao comunismo, aos grupos exóticos (estrangeiros), aos “parasitas” (judeus) e às raças ditas inferiores (negros).

Getúlio Vargas baixou em 20 de agosto de 1938 um decreto proibindo publicações regulares em línguas estrangeiras sem permissão do Ministério da Justiça. Para os imigrantes japoneses essa proibição foi recebida como um golpe, pois a maioria deles tinha dificuldade ou não sabia ler em português. A proibição das publicações em japonês significava deixar a comunidade nipônica sem informações, além de dificultar o ensino da língua escrita japonesa para as crianças. Para suprir essa carência no ensino infantil, apelou-se à utilização de livros em edições antigas. (MORAIS, 2001, p.34).

A vida dos imigrantes no Brasil foi ficando cada vez mais complicada e, em setembro de 1939, foi declarada a guerra na Europa; o Brasil, porém, proclamou sua neutralidade em relação a ela. Apenas em 1942, por causa dos afundamentos dos navios brasileiros, o Brasil rompeu relações diplomáticas e declarou guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Já a partir de 1939, as medidas de repressão foram intensificadas, sendo estabelecida a censura oficial à correspondência internacional, mantida a proibição à publicação de jornais em japonês, bem como o uso da língua do país natal e o fechamento das escolas dos imigrantes. A imigração de japoneses ao Brasil foi proibida, e o navio *Buenos Aires Maru*, que chegou ao país em 1941, foi o último de um ciclo iniciado pelo *Kasato Maru*.

Com o rompimento das relações entre Brasil e Japão, a vida da colônia se tornou extremamente difícil, os imigrantes japoneses passaram a ser alvo de suspeita, perseguição e preconceito. A Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo publicou em 29

de janeiro de 1942 a portaria que iria “regulamentar a atividade dos estrangeiros naturais dos países do Eixo”. Nela, lemos:

Em face da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, Itália e Japão, faço público que ficam os súditos destes últimos países, residentes neste estado, proibidos:

- Da disseminação de quaisquer escritos nos idiomas de suas respectivas nações;
- De cantarem ou tocarem hinos das potências referidas;
- Das saudações peculiares a essas potências;
- Do uso do idioma das mesmas potências, em concentrações, em lugares públicos (cafés, etc.);
- De exhibir em lugar acessível, ou exposto ao público, retrato de membro do governo daquelas potências,
- De viajarem de uma para outra localidade sem salvo conduto fornecido por esta Superintendência;
- De se reunirem, ainda que em casas particulares, a título de comemoração de caráter provado;
- De usarem armas, mesmo que hajam anteriormente obtido o alvará competente, bem como negociarem com armas munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos;
- De mudarem de residência sem comunicação prévia a esta Superintendência;
- De utilizarem de aviões que lhe pertençam;
- De viajarem por via aérea sem licença especial concedida por essa Superintendência;

Os salvos-condutos serão fornecidos todos os dias úteis, das 9 às 11 horas – das 14 às 18 horas e das 21 às 23 horas. Aos domingos das 14 às 17 horas.

Olindo de França Almeida e Sá, major do Exército, superintendência da Segurança Política e Social (MORAIS, 2001, p. 46)

Segundo Takeuchi (2002), havia um processo de repressão à etnicidade, com a proibição da expressão em público em língua japonesa, fechamento das escolas estrangeiras, proibição das transmissões radiofônicas, da posse de livros em língua estrangeira, além da proibição de uso de automóveis e a instalação do sistema de salvo conduto.

O sistema de salvo conduto controlava o direito de ir e vir dos estrangeiros. Segundo Takeushi:

O salvo conduto foi introduzido no Brasil pela polícia do Distrito Federal, com base nas Portarias nº 7576, de 26 de janeiro, e nº 8604, de 30 de outubro de 1942, legalizando o controle aos chamados “súditos do Eixo”. Assim, para se locomover de uma localidade para outra, esses estrangeiros eram obrigados a portar um documento temporário que controlava o ato de “ir e vir” de todos os cidadãos alemães, japoneses ou italianos, implicando numa verdadeira “geopolítica do controle”. Esse documento deveria ser requerido através do Superintendente de Segurança Política e Social ou, no caso do interessado residir no interior através da Delegacia local. (TAKEUSHI, 2002, p. 32)

O salvo conduto, assim como as outras restrições, tinham o objetivo de fiscalizar e controlar os estrangeiros devido à guerra, mas gerava e estimulava o preconceito e a perseguição aos estrangeiros.

Por serem orientais, portanto facilmente distinguíveis no meio da população brasileira, os imigrantes japoneses foram os que mais sofreram ataques e prejuízos com o preconceito popular e com a perseguição governamental. Contudo, apesar da postura antinipônica, o governo brasileiro não apenas tolerava, mas também estimulava imigrantes japoneses a cultivarem o algodão, o bicho da seda e a hortelã (menta). Isso se explica porque, atuando como intermediário na exportação desses produtos para os Estados Unidos, onde o algodão era usado na fabricação de uniformes, a seda na fabricação de paraquedas e a menta na fabricação de explosivos e em sistemas de refrigeração de motores de alta velocidade, o governo brasileiro também lucrava com o conflito.

Apesar do contexto de conveniência que estimulava a produção de produtos de interesse do governo, o controle das comunidades estrangeiras, e em especial a japonesa, era severo, com uso da violência policial, permitindo aplicações de punições, nem sempre decorrentes de sentenças judiciais.

Entre todas as medidas restritivas, nenhuma causou mais sofrimentos aos japoneses do que o fechamento das escolas de seus filhos, tanto que essa foi a única das proibições impostas que os japoneses que viviam no Brasil resolveram burlar. Eles estavam "...decididos a não entregar os pontos, a cada escola fechada os japoneses abriam outra, clandestina. As aulas eram dadas à noite nos fundos das casas..." (MORAIS, 2001, p.49). Essa era a forma encontrada para que seus filhos não fossem privados do Yamatodamashii: a doutrina do "espírito nipônico" e do "modo de vida japonês".

As restrições, o sentimento antiestrangeiro e as perseguições aumentavam na medida em que a guerra se agravava. Quando Getúlio Vargas declarou guerra aos países do Eixo, a decisão foi acompanhada de medidas de restrição. A primeira foi a de autorizar o rompimento de contrato de trabalho sem o pagamento de direitos; a segunda, a necessidade de obter licença policial para a aquisição de alguns produtos; e a terceira veio pouco tempo depois e foi a mais severa, pois retirou comunidades inteiras de imigrantes que viviam nas cidades, em especial em Santos e São Paulo. Os imigrantes receberam ordem de evacuação - em menos de 6 horas famílias foram retiradas de suas casas e enviadas a fazendas de isolamento no interior. Imóveis, dinheiro e quaisquer bens de valor dos imigrantes foram tomados para posterior inclusão no fundo de indenização de guerra. (MORAIS, 2001, p.47-57).

"A Tribuna" publicou que em vários pontos da cidade de Santos se formavam feiras livres, no meio da rua, nas quais os japoneses tentavam vender suas chácaras, porcos, galinhas, carroças, todos os seus bens a preço baixos devido à ordem de evacuação. Em

menos de 48 horas do anúncio de Getúlio, a imprensa, satisfeita, elogiou a rapidez com que foi feita a evacuação, não sobrando nenhum japonês ou alemão na cidade de Santos.

O Banco América do Sul e o Hospital Santa Cruz, fundados pelos imigrantes japoneses, tiveram suas diretorias afastadas e passaram a ser administrados por interventores nomeados pelo governo. Reuniões com mais de cinco pessoas estrangeiras passaram a ser proibidas - até festas de aniversário e de casamento foram prejudicadas.

Essas medidas faziam com que os imigrantes, na maioria com conhecimento limitado de português, fossem privados de informações corretas sobre o que ocorria tanto no Brasil como o exterior, em especial sobre o desenrolar dos acontecimentos da guerra. Vivendo quase à margem da sociedade, a comunidade nipo-brasileira tinha esperança de que sua situação melhorasse se o Japão vencesse a guerra. Havia imigrantes que diziam "quando" – e não "se" – o Japão vencer a guerra.

Em 1944, o conflito na Europa já dava sinais de arrefecimento, mas no Pacífico batalhas sangrentas ainda eram travadas entre tropas americanas e japonesas. A desinformação propiciou o surgimento de dois grupos ideológicos distintos dentro da comunidade de imigrantes: os *kachigumi* ("vitoristas", que acreditavam que o Japão venceu a guerra) e os *makegumi* ("derrotistas", que acreditavam na derrota de seu país).

Segundo Morais (2001) os *kachigumi* eram um grupo que reunia imigrantes com formação militar, extremistas paranoicos, que chegavam ao ponto de considerar patrícios que acreditassem que o Japão pudesse perder a guerra como traidores. Eram capazes de realizar atentados para intimidar aqueles que acreditassem ser colaboradores dos inimigos, bem como de agir sem qualquer escrúpulo, falsificando desde notícias até papel-moeda. Os primeiros sinais de ação dos *kachigumi* surgiram quando várias plantações de menta e casas de processamento de bichos da seda de imigrantes japoneses foram destruídas. As autoridades policiais descobriram que outros imigrantes japoneses haviam sido os autores das depredações, mas menosprezaram o ocorrido (para os *kachigumi*, os agricultores e sericultores atacados eram considerados traidores por produzirem em benefício dos inimigos do Japão).

Em 1945, quando o Japão se rendeu após os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, circulou na comunidade nipo-brasileira uma notícia falsa, com fotos dos representantes japoneses no encouraçado americano Missouri, afirmando serem cenas da rendição americana ao Japão publicadas no jornal "A Tribuna" de Santos, datado de 16 de setembro de 1945.

Confusa e mal informada devido aos anos de "apagão jornalístico" imposto pelo governo brasileiro, boa parte da comunidade de imigrantes passou a acreditar na propaganda

vitorista, e os *kachigumi* se transformaram num grande movimento organizado, autodenominado *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos), que em poucos meses conseguiu congrega mais de cem mil pessoas.

Em outubro de 1945, iniciou-se um movimento através da Cruz Vermelha Brasileira, com a participação de lideranças esclarecidas da comunidade nipo-brasileira, para conscientizar os imigrantes da derrota do Japão na guerra. A confrontação ideológica causou uma onda de atentados terroristas da *Shindo Renmei*. De março de 1946 a janeiro de 1947 ocorreu uma série de assassinatos e tentativas de homicídio, tendo como alvo os imigrantes que apoiaram o movimento derrotista - foram mais de 100 ocorrências e 23 mortes no Estado de São Paulo. Imigrantes estelionatários se aproveitaram da desinformação e do caos e aplicaram golpes em seus patrícios, como o "conto da passagem" (venda de passagens marítimas falsas de volta ao Japão) e o "conto do iene" (venda da moeda japonesa a preços altos quando, na verdade, o iene se encontrava totalmente desvalorizado com a derrota do país na guerra). O medo e a desconfiança se instalaram na comunidade.

A *Shindo Renmei* concentrava suas ações em Santos, São Paulo e em regiões do interior do Estado, como podemos observar no mapa encontrado pela polícia na sede da *Shindo Renmei*:



Figura 06: Mapa que revela a presença da *Shindo Renmei* no estado de São Paulo
Fonte: adaptado de Morais, 2001, p.52

Muitos imigrantes japoneses nesse período pós-guerra mudaram de cidades e ou de região, devido aos conflitos entre derrotistas e vitoristas ou por que viviam como trabalhadores nos cafezais e almejavam comprar suas próprias terras.

Pilar do Sul assim como outras cidades do interior paulista foi um dos locais preferidos dessas famílias, pois as terras eram abundantes, tinham um bom preço, ficavam distantes das regiões de conflitos entre derrotistas e vitoristas e próxima a região de Registro já conhecida pelos imigrantes japoneses como podemos observar na figura 07.

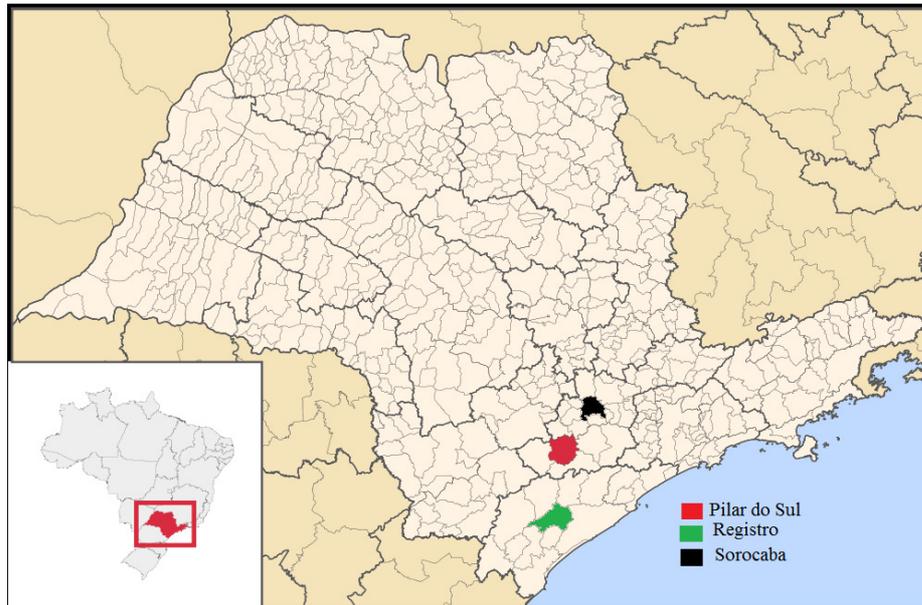


Figura 07: Mapa do Estado de São Paulo, identificando as cidades de Pilar do Sul, Registro e Sorocaba

Fonte: Adaptada do Wikipédia

A mudança de cidade ou região para lugares onde os conflitos eram amenos, apenas minimizava as dificuldades dos imigrantes japoneses, pois mesmo com o fim da guerra, as restrições impostas aos imigrantes por meio da portaria 29 de janeiro de 1942 foram mantidas, além do preconceito que permeava as relações dos brasileiros e estrangeiros oriundos da Itália, Alemanha e Japão, inimigos de guerra.

3.5 Considerações

Para a elite brasileira, os imigrantes japoneses nunca foram um povo que se encaixasse nos padrões considerados adequados, tendo em vista a política de branqueamento do país. A imigração nipônica só foi recebida em terras brasileiras devido à necessidade de mão de obra. No entanto, em terras brasileiras os imigrantes japoneses sofreram com os costumes e hábitos diferentes, preconceitos, perseguições e restrições, consequências da política nacionalista e da Segunda Guerra Mundial. Mesmo após a guerra, sofreram com o preconceito e a falta de informações que gerou conflitos e perseguições entre os próprios japoneses.

A esperança de enriquecer no Brasil e retornar para o Japão foi frustrada com as dificuldades diárias e com a derrota do Japão na guerra. Dessa forma, o que restava era tentar

fugir das regiões de conflitos entre japoneses vitoristas e derrotistas e se estabelecer no Brasil em terras próprias.

A seguir apresentaremos algumas facetas da história de Pilar do Sul, a chegada e permanência dos imigrantes japoneses e o cotidiano na cidade.

4 A CHEGADA E A PRESENÇA DOS IMIGRANTES JAPONESES NA CIDADE DE PILAR DO SUL

Neste capítulo procuraremos apresentar um pouco da história da fundação de Pilar do Sul, destacando como era a cidade no período em que os primeiros imigrantes japoneses chegaram, bem como a estrutura, a economia e as formas de viver da população.

Procuraremos analisar os trâmites de compra das terras pelos imigrantes japoneses, o aumento da sua presença e consequente formação das colônias, a forma de produção agrícola, a introdução de uma nova forma de comercialização dos produtos por meio das cooperativas, o crescimento da economia local e as consequências para a cidade. Abordaremos ainda o modo de convivência entre os antigos moradores de Pilar do Sul e os novos moradores para compreender as transformações no campo social da cidade após a chegada dos japoneses e seus descendentes.

4.1 Nos confins do interior paulista – Pilar do Sul

Escrever sobre Pilar do Sul é um constante desafio, pois a todo momento nos deparamos com acontecimentos e sujeitos que direta ou indiretamente têm alguma ligação com a nossa própria história de vida.

Sobre a origem da cidade, há duas versões: uma constante dos arquivos da Prefeitura Municipal, outra dos arquivos da Casa Paroquial.

Entre as fontes sobre a fundação de Pilar do Sul, encontramos nos arquivos da Prefeitura Municipal um documento, fornecido pelo AME⁷ em 22 de fevereiro de 1957, a pedido do então Prefeito Municipal, o Sr. Pedro Batista. Esse documento traz informações sobre as origens e o percurso histórico e geográfico da cidade até o ano de 1957, enfatizando o clima, limites territoriais, levantamento populacional, aspectos econômicos e culturais de Pilar do Sul.

Segundo essa fonte, Pilar tem suas origens registradas a partir de 1850, com a chegada e a movimentação de tropeiros e caçadores que realizavam suas paradas na região onde hoje é a cidade, atraídos pela grande quantidade de água e pela existência de pedras para pilar a carne.

Outra versão da origem da cidade se encontra em documentos da Casa Paroquial de Pilar do Sul. As origens de Pilar do Sul são fixadas entre 1690 e 1740, quando a Ordem de

⁷ Não encontrei nenhuma informação sobre a sigla.

São Bento promovia povoamentos nas terras próximas aos rios Pirapora e em ambas as margens do rio Sarapuí. As famílias que se instalaram às margens do rio Sarapuí, hoje Pilar do Sul, eram oriundas de Minas Gerais, principalmente de São João Del Rei, Ouro Preto e Diamantina.

A origem do nome da cidade também tem relação com essas duas vertentes sobre a fundação. A primeira versão está ligada aos tropeiros que paravam na região onde hoje é Pilar do Sul para pescar, caçar e preparar a alimentação da viagem, regada com paçoca de carne, para o que utilizavam as pedras para “pilar” a carne. Esse hábito tornou-se comum e eles começaram a combinar a parada usando a expressão “vamos parar no Pilar”. Além de ser um local propício para o descanso e preparo dos alimentos, ele ficava próximo a Sorocaba, cidade em que os tropeiros tinham que pagar impostos para transitar com os muares vindos de outro Estado. Para não pagar os impostos, era comum a venda dos muares antes da chegada a Sorocaba, para então passar pela cidade com os registros dos animais pertencendo ao Estado de São Paulo.

A outra versão tem ligação com a devoção das famílias mineiras a Nossa Senhora do Pilar. Segundo a Igreja Católica, a virgem Maria apareceu sobre um pilar às margens do rio Ebro, na Espanha, ao apóstolo Thiago. As famílias da região de Ouro Preto, cidade onde há uma grande capela em devoção à santa, trouxeram consigo a imagem da Nossa Senhora do Pilar.

Por volta de 1870, as terras onde foi erguida a cidade de Pilar do Sul pertenciam a diversas famílias, porém os dois maiores proprietários eram João Batista Ribeiro, mineiro oriundo de São João Del Rei, e o Tenente Antonio de Almeida Leite, gaúcho oriundo da região de Passo Fundo.

Antonio de Almeida Leite era proprietário de uma das fazendas onde hoje se localiza o centro da cidade de Pilar do Sul, e contribuiu para a formação da vila de Pilar fazendo duas doações. A primeira doação foi para Bom Jesus do Bom Fim e a outra foi deixada em testamento. Na escritura de doação a Bom Jesus do Bom Fim, previa-se que nas terras deveria ser erguida uma capela em homenagem ao santo e, ao redor da capela, deveria formar-se um povoamento. O testamento previa que os escravos da fazenda teriam direito à parte das terras da fazenda.

Com a doação das terras para que se erguesse a capela e se formasse o povoamento, o Tenente Antonio de Almeida Leite mandou buscar várias famílias gaúchas que estavam estabelecidas em Minas Gerais para receber as terras e nelas morar.

Nesse período, Pilar do Sul era uma vila do município de Sarapuí. Ela foi elevada à categoria de município em 12 de maio 1891 (decreto nº 168), deixando de ser vila do município de Sarapuí. Contudo, por ser um município agrícola e sem condições de escoar seus produtos para outras localidades, principalmente por falta de estradas, perdeu sua autonomia política em 21 de maio de 1934, e foi anexada ao município de Piedade⁸ (decreto nº 6448).

A população pilarense, inconformada com a perda da autonomia política, enviou vários pedidos ao Governo do Estado para restabelecer a autonomia política. Todavia, o pedido só foi atendido em 05 de novembro de 1936 (lei nº 2695), ano em que o Governo Federal terminou a construção da rodovia que ligava o município de São Paulo a Capão Bonito, passando pelo município de Pilar do Sul. Esse foi, por muitos anos, o único caminho para a região sul do Brasil

Em 1937, com a posse da Câmara Municipal e do Prefeito, o primeiro projeto de lei aprovado foi o de compra dos terrenos que pertenciam à Cúria Diocesana de Itapetininga, com o objetivo de expandir a zona urbana, que era composta apenas por 137 prédios, entre residenciais, comerciais e públicos. Após a compra desses terrenos, foi aprovado o projeto de lei nº 05 de 02 de agosto de 1937, que doava terrenos a todo aquele que quisesse construir prédios de qualquer natureza, o que possibilitou triplicar a população no município e as construções na zona urbana.

Em 1945, quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram a Pilar do Sul, encontraram uma pequena cidade, com pouca infraestrutura. A energia elétrica era racionada, pois a cidade utilizava o excedente da produção de energia da usina hidrelétrica construída pela Light and Power⁹ e comprada pela Companhia Nacional de Estamparia, responsável também pelo serviço telefônico. Não havia serviços de água, esgoto, coleta de lixo e nem correios, e a economia era baseada na agricultura de subsistência.

Na cidade, as casas possuíam grandes quintais onde havia hortas, pequenas plantações de milho e mandioca. Jairo Valio relata em seu livro de memórias a lembrança de sua casa ao redor da praça central.

O quintal de nossa casa era muito grande, ocupando quase um quarteirão... tinha de tudo, um jardim florido com muitas flores. Plantações de milho, mandioca, abóbora, melancia, verduras, pomar ... a casa dos vizinhos também era repleta de verduras e frutas... (VALIO, 2005, p.192).

⁸ Piedade faz limite ao leste de Pilar do Sul e está a cerca de 45 km da cidade.

⁹ Light and Power foi constituída em Toronto, em 1889, começou a operar no Brasil no final do mesmo ano. Na década de 40 operava nos serviços de energia elétrica, transporte, serviço telefônico e gás.

Analisar a história dessa cidade é tentar compreender uma lógica peculiar, com modos de viver e pensar marcados pela oralidade e por um “tempo da natureza” (TOMPSON, 1998, p.268) e não do relógio. O viver se desenrola pelas necessidades dos afazeres do cotidiano e o badalar do sino da igreja.

A vida cotidiana das pessoas que moravam na zona urbana de Pilar do Sul era marcada pelo badalar dos sinos da igreja, que marcava muito mais que o passar das horas do dia, mas sim todos os acontecimentos da cidade. A cada soar diferente do sino havia um significado que apenas o ouvido aguçado e treinado de um morador poderia informar com convicção o que significava. O soar das badaladas do sino poderia significar que alguém tinha morrido e o corpo estava sendo velado, que o cortejo do enterro havia saído da igreja ou que o corpo já havia sido enterrado. Poderia também significar o anúncio de um nascimento, o começo de uma festa, de um casamento, o anúncio de um acontecimento importante, a preparação para o início da missa ou da reza do terço da tarde.

O terço começava às 18 horas e 30 minutos, sendo que às 18 horas o sino começava a soar as badaladas anunciando a proximidade do início do terço. Esse era um momento muito importante do dia, também porque era usado como desculpa para reunir as pessoas e saber das novidades do dia. As pessoas chegavam antes do horário da reza para poder saber das novidades da vida da cidade. Isso não era apenas “fofoca”, pois as pessoas tinham informações importantes sobre quem estava doente, quem necessitava empregar alguém e quem estava precisando de emprego, entre outros assuntos.

A população trabalhava no comércio, na prestação de serviços, na agricultura e na criação de porcos e cavalos.

Segundo o IBGE, em 1950¹⁰ Pilar do Sul tinha 8053 habitantes, 4182 homens e 3871 mulheres. Desses, 6281, ou seja, 78% viviam na zona rural. A maioria da população que vivia no campo morava em suas propriedades. As casas eram de “pau a pique”, com muitos quartos, salas e grandes janelas de madeira.

O trabalho era dividido entre todos os membros da família. As crianças, diariamente, antes de irem para a escola, tinham que ir buscar água no rio para as suas mães, alimentar as galinhas e os porcos. As mulheres tinham que fazer a farinha de milho, limpar o arroz no pilão, fabricar a quirera, o fubá no monjolo, ordenhar as vacas, fazer queijo, lavar roupa no rio, cuidar da casa, da alimentação e dos filhos. Os homens cuidavam da lavoura, da doma das

¹⁰ Não encontrei informações sobre o número da população de Pilar do Sul em outros anos.

tropas e, eventualmente, caçavam e matavam porcos e galinhas para o sustento da família ou para vender.

As crianças pequenas e as mulheres iam pouco à cidade; apenas em casos de muita necessidade ou em acontecimentos importantes, como casamentos, velórios e festas religiosas.

Em seu livro de memória, Jairo Valio relata que os principais acontecimentos da cidade eram as inaugurações, os casamentos e as festas religiosas. Entre estas, a festa do padroeiro São Roque e Bom Jesus do Bom Fim.

Segundo João Lacerda¹¹, a festa de São Roque e Bom Jesus do Bom Fim era mais que uma festa religiosa, era um momento de encontro entre as famílias, pois os parentes e amigos que moravam em bairros rurais distantes nela se encontravam.

Os bairros rurais eram distantes e de difícil acesso, pois as estradas eram abertas no “cabo da enxada”. A população viajava de carroças, charretes e a cavalo, o que fazia com que passassem o dia inteiro na estrada. A viagem necessitava de uma preparação, por causa das horas de estrada, o que obrigava as pessoas a ficarem pelo menos alguns dias na casa do amigo, para descansar o animal e se preparar para o retorno.

Dessa forma, era muito mais prático viajar a metade do caminho até a cidade, reunir-se com os familiares, amigos e acompanhar as novenas, as romarias, os cortejos de carros de boi da festa do padroeiro

Durante a semana existia a casa da festa, que era ponto de encontro de todas as famílias. Na casa da festa, os festeiros ofereciam café e bolo a todos que chegavam e ainda davam informações sobre quem já tinha chegado para a festa e onde estava hospedado.

No domingo, dia principal da festa, a Corporação Musical Lyra Pilarense fazia a revoada da madrugada, entre quatro e cinco da manhã, sempre acompanhada de um “foguetório” e do repicar dos sinos da igreja, que era marca dos dias de festa na cidade.

Outro atrativo para o lazer dos pilarenses era o Cine Pilar, que funcionou no período de 1940 a 1970, de propriedade do Sr. José de Paula Rosa, o “Zuzu”, como era conhecido. O espaço do Cine Pilar era um espaço em que, além de apresentar filmes, eram encenadas peças de teatro interpretadas pela população e realizados programas de calouros.

Vários fatores levaram o Cine Pilar à decadência. Um deles foi a chegada da televisão na cidade na década de 60. Outro fator foi o acidente de ônibus que invadiu o cinema e destruiu parte das instalações. Além disso, as novas tecnologias relacionadas ao cinema exigiam um espaço e uma tela mais adequados para a exibição dos filmes.

¹¹ João Lacerda nasceu na cidade de Pilar do Sul, exerceu a profissão de advogado e vive até hoje na cidade.

O povo pilarense também tinha o hábito de se encontrar na praça central para conversar com os amigos, comer pipoca após a missa de domingo, paquerar e namorar. Na época em que a praça central tinha o coreto e os cedrinhos, todos os domingos após a missa a banda Lyra Pilarense se apresentava enquanto os jovens flertavam entre os cedrinhos. A figura a seguir retrata a praça central de Pilar do Sul.



Figura 08: Praça Central de Pilar do Sul

Fonte: Arquivo da E.E.E.F.M. Vereador Odilon Batista Jordão

Quando não era dia de festa o cotidiano era marcado por um tempo que se desenrolava pelas necessidades dos afazeres, pelos passeios na praça central para namorar e conversar após a missa.

Nesse desenrolar do cotidiano qualquer acontecimento causava muitos cochichos na cidade e foi o que aconteceu, segundo João Lacerda, quando alguns moradores avistaram a chegada de um caminhão na cidade com vários imigrantes japoneses na carroceria acompanhados de um intérprete.

Esse acontecimento causou muitos murmúrios, pois era um povo muito diferente que chegava, com uma aparência peculiar, com vestimentas tradicionais da cultura japonesa que os moradores nunca tinham visto.

Segundo João Lacerda, não se falava em outra coisa na reza do terço das tardes senão da chegada dos imigrantes japoneses, de sua vestimenta estranha e propostas de compra de terras, que os pilarense consideravam improdutivas.

Os imigrantes japoneses encontraram uma pequena cidade com poucas casas ao redor da praça central, dois bairros na zona urbana, Peixinho e Campo Grande, e vastas terras na zona rural, onde poderiam se instalar e começar a produção agrícola.

4.2 A chegada dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul

Logo após a Segunda Guerra Mundial, muitas famílias de imigrantes japoneses que estavam em regiões de conflito entre derrotistas e vitoristas, e famílias que tinham trabalhado em fazendas e conseguido economizar, procuravam terras baratas para comprar em regiões afastadas dos conflitos.

Com a mudança da estrutura fundiária após os anos 30, o aparecimento de médias e pequenas propriedades quebrou o monopólio do café em São Paulo em favor da policultura para fins comerciais, o que contribuiu para que os japoneses comprassem terras e produzissem diversos produtos agrícolas.

Pilar do Sul, assim como outras cidades do interior paulista, foi um dos locais preferidos dessas famílias, pois as terras eram abundantes e com um preço acessível aos agricultores.

Muitas das famílias de imigrantes japoneses que chegaram a Pilar do Sul tinham vivido muitos anos em fazendas principalmente de café, e estavam tentando comprar suas próprias terras depois de muitos anos de economia. Segundo Ito, morador local, os imigrantes japoneses viviam nas fazendas como escravos:

Os capangas vigiavam a fazenda todos armados, se alguém tentasse fugir eles atiravam para matar. A morte era certa! (risadas). Muita gente tentava fugir pelo rio. Nós ficávamos presos na fazenda por causa das dívidas de comida, só conseguimos sair dela quando o consulado ajudou, pagando as dívidas e fiscalizando a fazenda. Depois disso deu para economizar (DEPOIMENTO DO Sr. ITO, 2006).

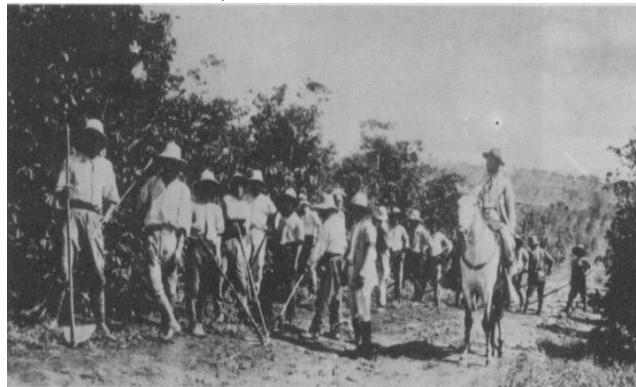


Figura 09: Os colonos trabalhando sob fiscalização do capataz
Fonte: Arquivo da Associação Cultural e Desportiva de Pilar do Sul (Kaikan)

A região era considerada ideal para se estabelecer, pois continha muitas terras apropriadas para o plantio dos novos produtos que os imigrantes japoneses queriam introduzir na região. Eles sabiam identificar a qualidade das terras, o melhor clima e tinham conhecimento de técnicas de manejo, possibilitando assim uma maior produção. Algumas famílias japonesas chegaram a Pilar do Sul já com suas terras compradas, pois o dono da Fazenda Moquéim tinha loteado a fazenda e vários corretores tinham vendido esses lotes para os japoneses e descendentes. Contudo, a maioria dos japoneses e descendentes que vieram para a cidade não tinha comprado suas terras.

Esses japoneses e descendentes chegaram à cidade com a proposta de comprar as terras que não eram cultivadas pelos antigos moradores, deixando-os com as casas, as terras próximas e oferecendo-lhes emprego.

Os moradores de Pilar do Sul ficaram entusiasmados com as propostas de compra, pois viviam do cultivo de subsistência, utilizavam pequenas extensões de terra e consideravam as terras que seriam vendidas impróprias para o cultivo. Dessa forma, o negócio seria lucrativo, pois não perdiam suas casas, ficariam com as terras necessárias para o cultivo familiar e ainda seus filhos poderiam trabalhar para os japoneses.

As famílias japonesas compraram terras próximas e assim, em conjunto, tinham vastas extensões de terras. As terras compradas, apesar de serem apropriadas, de boa qualidade para o cultivo, não estavam em condições de serem cultivadas. Segundo Sakurai (2007, p. 247), os japoneses encontravam muitas dificuldades para “domar” as terras novas. Foi necessário derrubar as matas e realizar queimadas, como registram as figuras 10 e 11:



Figura 10: Derrubada e queimada das terras compradas pelos japoneses em Pilar do Sul.

Fonte: Arquivo da Associação Cultural e Desportiva de Pilar do Sul (Kaikan)



Figura 11: Derrubada e queimada das terras compradas pelos japoneses em Pilar do Sul

Fonte: Arquivo da Associação Cultural e Desportiva de Pilar do Sul (Kaikan)

As famílias que se estabeleceram em Pilar do Sul procuravam facilitar a vinda de outras famílias japonesas para a região, estivessem elas no Brasil ou no Japão, aumentando

assim o número de imigrantes japoneses e a formação de colônias¹². As colônias eram formadas por grupos de famílias japonesas em diversas regiões rurais de Pilar do Sul.

Segundo documentos da Associação Cultural e Desportiva (KAIKAN), foram fundadas em Pilar do Sul as colônias “Sertão”, “Barra” “Bandeirantes”, “Sul Brasil” e “Tozan”.

A colônia “Sertão” foi fundada em 1945 e ficava localizada a 15 km do centro da cidade, na Serra do Mar. Em 1949 foi organizada a primeira associação de jovens – Kaikan, onde eram realizadas as reuniões entre os associados, festejos da cultura japonesa e mantida uma escola de língua japonesa.

A segunda colônia a ser construída foi a colônia da Barra, que teve seu início no ano de 1947. O Sr. Ushijima foi o pioneiro, tendo vindo da colônia japonesa de Fukuju, em Duartina. Ele comprou um sítio de 40 alqueires na Barra, onde se instalou com a família. Depois do Sr. Ushijima, vieram para a colônia da Barra Issamu Takaki, Massayuki Matsuda, Kazuo Hirose e o Sr. Matsuo Ono.

A colônia Bandeirante foi fundada em 1966, na fazenda Bandeirante. Os imigrantes japoneses eram associados à Cooperativa Bandeirantes, que logo encerrou suas atividades. A partir disso, as famílias japonesas passaram a se associar à Cooperativa Sul-Brasil.

A colônia Sul-Brasil foi pioneira no cultivo da uva Itália e batata em Pilar do Sul e recebia do Japão subsídios que auxiliavam os colonos japoneses no pós-guerra.

As imagens a seguir registram algumas famílias japonesas e descendentes que se instalaram em Pilar do Sul. Analisando as fotos podemos observar que os personagens retratados se prepararam e pousaram para a foto. A primeira foto, segundo depoimento do Sr. Nagahama, registra seu pai, com o caminhão que tinha comprado recentemente, chegando em casa. Nas demais fotos, podemos observar as casas de madeira ao fundo e os trajes das famílias de acordo com o modelo ocidental.

¹² As informações sobre as colônias japonesas de Pilar do Sul foram extraídas da revista de comemoração do cinquentenário da imigração japonesa em Pilar do Sul.



Figura 12: Sr. Nagahama nas suas terras em Pilar do Sul
 Fonte: Arquivo pessoal família Nagahama



Figura 13: Família de imigrantes japoneses na colônia da Barra
 Fonte: Arquivo pessoal Miyo Yoshiba



Figura 14: Família japonesa na colônia da Barra
 Fonte: Arquivo pessoal Miyo Yoshiba

Com o crescimento das colônias, principalmente da colônia Sertão, foi necessária a organização de uma nova forma de comercializar os produtos que eram cultivados pelas famílias, pois elas encontravam dificuldades para o escoamento da produção até São Paulo. O desenvolvimento do sistema de comercialização estava estreitamente relacionado com o desenvolvimento global da economia, ou seja, havia a necessidade das colônias ampliarem sua forma de comercializar o seu produto. Nesse momento de crise para as colônias, surgiu

a necessidade de ampliarem sua forma de comercializar o seu produto por meio do cooperativismo¹³. Segundo Ricciardi (1990):

A premissa das cooperativas japonesas eram as mesmas do cooperativismo: tendo como identidade de propósitos e interesses; ação conjunta, voluntária e objetiva para a coordenação de contribuição e serviços; obtenção de resultado útil e comum a todos. (RICCIARDI, 1990, p. 101).

Com as bases e estruturas do cooperativismo, a Cooperativa Agrícola de Cotia iniciou as atividades em Pilar do Sul em 1954. Era composta por 90 cooperados, sendo 82 japoneses e 08 brasileiros descendentes de japonês. Os principais produtos de trabalho eram batata inglesa e tomate e sua principal função era a comercialização desses produtos.

Em 1958, o Sr. Massanori Karazawa fundou a cooperativa agrícola Sul-Brasil, comprando uma fazenda às margens do Rio Pinhal, com 80 alqueires, loteada em sítios menores, sendo preenchidos rapidamente por muitos japoneses do pós-guerra¹⁴.

Essa cooperativa teve grande importância na produção e comercialização de produtos da agricultura, atuando em todas as fases do complexo agroindustrial, produzindo insumos¹⁵, principalmente ração e fertilizantes, promovendo a produção agropecuária e realizando a comercialização, que representa o maior volume de atividades, chegando mesmo a atuar no varejo, como é o caso das cooperativas de consumo.

Os pioneiros desta cooperativa começaram a comercializar tomate e batata e, em caráter experimental, plantaram ponkan, maçã e uva, entre outras frutas. As plantações eram sempre assistidas por técnicos da cooperativa, fazendo com que todos prosperassem.

4.3 A presença dos imigrantes japoneses no cotidiano de Pilar do Sul – mudanças, euforia e estranhamentos

Como já apresentamos, os japoneses chegaram a Pilar do Sul em 1945, compraram terras, começaram o cultivo de vários produtos que não eram comuns na região e, com o crescimento da produção, introduziram uma nova forma de comercialização na economia local, que contribuiu para o crescimento pessoal das famílias e da economia da cidade.

Segundo o documento fornecido pelo AME à Prefeitura Municipal, Pilar do Sul foi considerado, na década de 50, o quarto município com maior produção agropecuária da

¹³ É uma forma de associação de pessoas que se reúnem para atender a necessidades comuns por meio de uma atividade econômica.

¹⁴ Seriam os imigrantes que vieram do Japão depois da Segunda Guerra Mundial.

¹⁵ Combinação dos fatores de produção (matérias-primas, horas trabalhadas, energia consumida, taxa de amortização etc.) que entram na produção de determinada quantidade de bens ou de serviço.

região e um dos maiores produtores de batata, tomate e uva Itália, sendo superado apenas pelos municípios de Itapetininga, Piedade e São Miguel Arcanjo.

Esse crescimento econômico com a fundação das cooperativas agrícolas contribuiu para o processo de urbanização na década de 50 e para a melhoria da infraestrutura da cidade. Em diversas atas de sessões da Câmara Municipal, entre 1953 e 1959, há registro sobre o andamento da instalação de serviço de correio, água e esgoto, coleta de lixo, instalação de um campo de aviação e informações sobre o convênio com o governo do Estado para fornecimento de energia elétrica.

A presença da imigração japonesa mudou a economia, ampliou os serviços da cidade e trouxe principalmente novos modos de viver e pensar que causaram euforia, estranhamento, curiosidade, distanciamento e até repressão.

Quando chegaram à cidade os japoneses foram recebidos, como já registramos, com estranhamento, devido à vestimenta e dificuldade com a língua portuguesa, mas também com euforia, pois suas propostas de compra de terras eram consideradas vantajosas e lucrativas.

Nos primeiros anos, os antigos moradores de Pilar do Sul estranhavam sua forma de viver e se relacionar. Os imigrantes, por sua vez, também estranhavam os costumes do povo local. Esse estranhamento gerava formas de exclusão surdas e mudas de ambas as partes, que eram frutos das diferenças culturais e também resquícios das restrições impostas aos imigrantes japoneses durante o período de guerra.

No período da Segunda Guerra Mundial, foram impostas restrições aos imigrantes dos países do eixo, Alemanha, Itália e Japão, que já relatamos anteriormente. Contudo, mesmo após o final da guerra essas restrições continuaram a ser praticadas por alguns anos, seja pela força legal, seja pelas formas de tratamento que a população brasileira impunha aos estrangeiros ou seus descendentes, principalmente japoneses (mesmo porque, estes não tinham como esconder sua nacionalidade, estampada em sua fisionomia).

Segundo Morais (2001, p.335), foi somente em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, que as restrições de guerra impostas aos imigrantes japoneses foram abolidas e os presos japoneses foram libertados. Na vida cotidiana, porém, os imigrantes japoneses e seus descendentes ainda se sentiam censurados.

Por muitos anos após a Segunda Guerra Mundial os moradores japoneses ou seus descendentes continuavam constrangidos em falar a língua japonesa fora das colônias. Havia uma repressão não declarada e isso também acontecia com qualquer outro tipo de manifestação cultural. As escolas japonesas eram proibidas por ordem do Governo Federal,

mas em Pilar do Sul, bem como em outras localidades, as escolas eram mantidas na ilegalidade apesar das diversas denúncias e perseguições das autoridades locais.

Em Pilar do Sul, desde sua chegada os japoneses se relacionavam mais com seus pares devido à dificuldade de falar português e também com intuito de manter suas tradições. Preservavam o culto ao imperador, as festas típicas, os costumes do cotidiano, sobretudo os voltados à alimentação e, principalmente, mantinham como exigência entre os mais jovens o casamento entre japoneses ou descendentes.

A maioria da população estranhava as formas de viver dos novos moradores, suas roupas exóticas, a organização das casas e as formas de produção agrícola diferentes. Pedro Antonio de Carvalho, morador local que era criança quando os primeiros imigrantes chegaram a Pilar do Sul, relata como sua mãe e as mulheres da região estranhavam a forma como as mulheres japonesas se vestiam, com chinelos e meias; achavam que elas não sabiam cozinhar e por isso comiam tudo meio cru. Muitas zombavam das japonesas por não saberem ordenhar as vacas, que para elas era uma habilidade essencial que se aprendia quando criança.

Os japoneses e descendentes também estranhavam a forma de viver do povo local, com uma alimentação regada a banha de porco, muito enfarinhada. Estranhavam também seus hábitos de higiene, com banhos em bacias, já que as casas, apesar de grandes, não tinham uma sala de banho.

A primeira coisa que os imigrantes japoneses construíam, ao se instalarem no terreno, era uma “privada” e um poço. Só então construíam suas casas, que eram pequenas, com poucos cômodos, feitas de madeira. A cozinha era considerada pequena para os padrões da população local, que a tinha como principal cômodo da casa e geralmente o mais espaçoso. Handa destaca na cozinha que “a pia, de estilo japonês, era uma caixa de madeira, rasa, com um orifício numa das paredes para escoar a água. Em alguns casos, havia na parte de cima da pia um porta louça...” (HANDA, 1987, p.481). Os quartos contavam com camas, colchões de palha, um pequeno guarda roupa e, em algumas casas, um altar budista ou xintoísta.

A vida social dos imigrantes japoneses se resumia principalmente ao relacionamento com a vizinhança. Havia os eventos da Associação Japonesa, as reuniões no ano novo, aniversário do imperador, casamentos, nascimentos e os enterros.

Os nascimentos sempre foram um momento de tensão e alegria. Os pais e avós ficavam felizes pelo crescimento da família. Handa destaca que “alguns se desmanchavam de alegria pelo nascimento do primeiro neto. Mas ninguém dizia: “Que beleza, mais um brasileirinho” (HANDA, 1987, p. 482). Segundo depoimento da senhora Rosa Takahashi,

esse também era um momento de tensão porque a maioria das colônias japonesas ficava distante da cidade, gerando nas mulheres o temor de parirem seus filhos praticamente no meio do mato, em regiões isoladas. Era um consolo quando conseguiam uma parteira, que normalmente era uma mulher mais experiente da colônia ou da vizinhança. É importante enfatizar que na zona rural os vizinhos ficam a quilômetros de distância uns dos outros, separado por vastas extensões de terra.

Os enterros, para os imigrantes japoneses, possuíam rituais peculiares que despertavam na população local um sentimento de absurdo, uma vez que eles pareciam ser uma ocasião de comemoração pela morte de alguém da comunidade. Os enterros raramente eram feitos em rituais católicos, pois, normalmente, se improvisavam os rituais budistas. Um leigo, devido à falta de um sacerdote budista, rezava enquanto se queimava incensos ou velas na cabeceira do morto. Durante o velório era comum o Kôden, uma contribuição em dinheiro oferecida para a família, destinada a cobrir as despesas. O corpo era levado em cortejo para o cemitério, onde era enterrado; em seguida, a família colocava frutas e alimentos em cima da sepultura, normalmente os alimentos preferidos pelo morto. Em seguida, o cortejo retornava para casa da família, onde as pessoas recordavam a memória do falecido, petiscando o shôjin ryôri¹⁶. Havia a cerimônia de sétimo dia e do quadragésimo nono dia, com orações e um chá com acompanhamentos servidos a todos os participantes.

Os casamentos eram momentos em que toda a colônia japonesa se reunia – todos ajudavam na organização de uma grande festa em comemoração à união do casal. Dona Rosa Takahashi, moradora da colônia Sertão, recorda-se do seu casamento, que aconteceu na casa dos pais dos noivos e reuniu toda a colônia.



Figura 15: Noivos Rosa e Roque, descendentes japoneses e familiares
Fonte: Arquivo pessoal Roque Takahashi

¹⁶ Pratos “vegetarianos” à base de verduras, legumes, cereais e algas marinhas.



Figura 16: Amigos e amigas dos noivos que auxiliaram na festa de casamento
Fonte: Arquivo pessoal Roque Takahashi



Figura 17: Festa de casamento dos noivos Roque e Rosa
Fonte: Arquivo pessoal Roque Takahashi

Analisando as fotos, podemos observar a integração das tradições. Noivos e convidados vestidos conforme as roupas ocidentais; na festa foram servidas comidas japonesas e frutas, mas também bolo, o que não fazia parte das tradições japonesas. A organização da mesa era tipicamente japonesa, em formato de U com um altar de reverências, conforme a religião. O preparo do casamento era compartilhado por todos os amigos. Todos ajudavam a preparar os alimentos, participavam da festa e ajudavam na limpeza da casa depois de terminada a cerimônia.

Além das festas de casamento, os imigrantes comemoravam o aniversário do imperador, o ano novo, participavam de concursos de oratória, danças e apresentações. Essas atividades aconteciam na Associação Japonesa de Pilar do Sul, sendo que a primeira delas foi fundada na colônia Sertão. Na colônia da Barra, que ficava mais próxima da cidade, os

colonos organizavam sessões de cinema fechadas, unicamente para os imigrantes japoneses, no cinema Zuzu da cidade.



Figura 18: Sessão de cinema organizada pelas colônias japonesas
Fonte: Associação Cultural Desportiva - Kaikan

Alguns hábitos dos imigrantes japoneses que também causavam estranhamento para a população local eram o consumo de arroz e o tomar banho de furô. Atualmente, o feijão e o arroz são considerados uma combinação inseparável para a maioria dos brasileiros, mas em Pilar do Sul, apesar de ser ela uma cidade tipicamente agrícola, não se cultivava o arroz. O prato principal, assim, era o feijão com algum acompanhamento, que poderia ser uma verdura, ou ovos, às vezes uma carne de porco ou frango. Para a maioria de população, o arroz não fazia parte das refeições diárias.

Os imigrantes japoneses trouxeram o cultivo do arroz, considerado o prato principal da refeição, embora com um preparo diferenciado, diferente do que a população conhecia, em forma de bolinhos, o “Onigiri”. O primeiro arroz introduzido foi o catete, que possibilitava o preparo do “Onigiri” e, depois, o agulha, que era apreciado pela população local, pois possibilitava o preparo soltinho e sem nunca grudar.

A questão do arroz nas colônias japonesas em Pilar do Sul foi diferente do que se deu em outras colônias do interior do Estado de São Paulo, pois em Pilar do Sul elas introduziram o cultivo e aumentaram o consumo de arroz, que até então era muito pequeno. Em outras regiões, Handa (1987 p.536) destaca a dificuldade dos imigrantes em encontrar o arroz catete, o que fazia com que acabassem tentando adaptar esse tipo a sua alimentação.

Segundo depoimento de alguns nisseis, outro costume dos imigrantes japoneses era o furô. Tomar banho de furô foi uma regalia que apareceu nas casas das colônias japonesas em Pilar do Sul depois de muitos anos de trabalho, quando a situação econômica das famílias tinha melhorado.

O furô consiste em grandes recipientes, cheios com água e um fogareiro na parte inferior para aquecer a água. Para os imigrantes japoneses, o furô era de grande necessidade, pois além de atender às necessidades higiênicas, o banho de furô tirava o cansaço do dia, constituindo-se em um momento de prazer.

O furô causava estranhamento aos antigos moradores, pois em muitas casas ele ficava do lado de fora, o que causava às vezes escândalo, já que era costume também que as mulheres esfregassem as costas dos maridos.

Os hábitos e costumes do cotidiano japonês eram considerados estranhos pelos antigos moradores da cidade. Estes, depois que perceberam que as terras que haviam vendido estavam produzindo e gerando lucro, revoltaram-se contra os japoneses, o que criou mecanismos e estratégias de repressão.

A revolta não foi de toda população em geral, mas sim de um grupo dentro dela, formado por aqueles que tinham vendido suas terras aos imigrantes japoneses, os proprietários e produtores rurais e os comerciantes locais, que se sentiram enganados quando perceberam o crescimento econômico das famílias japonesas e seus descendentes.

Reprimiam a Associação Japonesa, fazendo denúncias. Entre elas, denunciavam a escola japonesa, já que durante certo período foi proibido o ensino em língua estrangeira para crianças menores de doze anos. Várias vezes os imigrantes japoneses foram chamados ao Grupo Escolar Padre Anchieta para serem alertados dessa proibição e o risco de serem presos.

Em 1958, tendo como parâmetro as cooperativas agrícolas japonesas, os antigos moradores começaram a mudar suas atitudes de lamentação por não terem as mesmas técnicas de plantio e comercialização e fundaram a Casa da Agricultura, a fim de atender aos produtores (lei municipal nº 177 de 23 de setembro de 1958).

De acordo com o Plano Regional Agrícola de Pilar do Sul, a Casa da Agricultura prestava serviços como o de cadastrar os produtores, organizar reuniões, palestras, visitas às propriedades para dar assistência técnica, fiscalizar a produção, distribuir mudas e sementes, incentivar a introdução do cultivo de novos produtos e a criação de gado.

Em 13 de dezembro de 1958, foi fundada a Associação Rural de Pilar do Sul, com 44 sócios. Em 1962, essa Associação já contava com 193 sócios. Segundo o estatuto da Associação Rural de Pilar do Sul, essa agremiação tinha por finalidade:

fortalecer o espírito associativo entre os que exercem atividades rurais, articulando elementos da classe rural do município, a fim de promover a defesa dos seus direitos e interesses dos sócios.

Os hábitos da população pilarense foram responsáveis por manter aos antigos moradores e os japoneses separadas por uma barreira de preconceito e mecanismos de

controle durante anos. Essa barreira começou a ser dissolvida aos poucos com o convívio cotidiano, nas brincadeiras entre as crianças, pela relação de patrões (imigrantes japoneses) e empregados (os antigos moradores e imigrantes japoneses recém-chegados) e com a fundação da escola japonesa e internato, dentro da legalidade, em 1962.

O relacionamento entre as crianças acontecia nas brincadeiras no rio, enquanto as mães lavavam roupas e quando as crianças iam entregar o leite que a famílias japonesas ou descendentes compravam.

A relação no trabalho cresceu quando a produção aumentou e os imigrantes japoneses necessitaram contratar mão de obra, que antes era suprida pela família. Então o convívio passou a ser diário e tornou-se mais próximo.

A Escola Japonesa e o Internato contribuíram para a integração dos japoneses e descendentes na sociedade local. A Escola de língua japonesa e o Internato foram criados com o objetivo de manter, perpetuar e ensinar os costumes e tradições japonesas. Mas além de atingir esse objetivo, ela facilitou a matrícula e frequência dos japoneses e descendentes no Grupo Escola Padre Anchieta e no Ginásio Estadual de Pilar. O internato, anexo à escola, era o lugar onde os alunos poderiam ficar em segurança durante a semana para frequentar a escola japonesa e a escola do Estado. Sem o internato não era possível a frequência à escola, devido às grandes distâncias entre as colônias e a cidade.

Para os imigrantes japoneses não foi fácil chegar a uma nova cidade, desbravando novas terras, quase não falando português, com costumes muitos diferentes dos da população local. Para os moradores locais, também não foi fácil aprender a conviver com os recém-chegados. Essas dificuldades criaram uma barreira de estranhamentos, exclusão e reclusão que foi superada aos poucos, no decorrer dos anos, por meio do convívio no cotidiano e principalmente na relação de trabalho e no contexto escolar.

4.4 Considerações

A chegada e permanência dos japoneses e descendentes a Pilar do Sul gerou mudanças no campo social da cidade. Introduziu nele um novo agente, com formas de viver e pensar diferentes, *habitus*, que geraram conflitos e um processo de interação entre os antigos moradores e os recém-chegados. Essa interação foi fruto do processo de adaptação do *habitus* nesse espaço de conflitos que é o campo, adaptação lenta e gradual no cotidiano e por meio das relações do trabalho e no espaço escolar.

Os japoneses e descendentes contribuíram com as mudanças econômicas, introduzindo o cultivo de novos produtos e uma nova lógica de comercialização por meio das cooperativas agrícolas, o que estimulou os antigos moradores a se organizarem em instituições como a Casa da Agricultura. Essas mudanças econômicas auxiliaram no processo de urbanização da cidade, melhorando sua infraestrutura.

As mudanças no campo social e principalmente a presença desses novos agentes, os japoneses e descendentes, geraram mudanças no campo escolar de Pilar do Sul, no período investigado. As mais evidentes são o ingresso dos japoneses e descendentes nas escolas, a criação da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul e a fundação do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

5 O CAMPO ESCOLAR DE PILAR DO SUL

Este capítulo aborda o campo escolar de Pilar do Sul e suas interações com o campo social, procurando discutir as relações tanto exteriores quanto interiores nele existentes, com o propósito de discutir as mudanças na cultura escolar.

O campo escolar de Pilar do Sul no período investigado, de 1934 a 1976, é composto por:

- a) Escola de Língua Japonesa e Internato;
- b) Escolas primárias estaduais – escolas isoladas rurais e o Grupo Escolar “Padre Anchieta”;
- c) Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

Apresentamos algumas facetas da história das escolas que constitui o campo escolar de Pilar do Sul, procurando analisar os tempos, espaços, organização pedagógica, caracterizando os alunos e professores, tentando mergulhar no seu interior, em busca da cultura escolar e ao mesmo tempo suas relações com a sociedade local que conseqüentemente interferem e estabelecem de certa forma, algumas práticas do interior escolar. Segundo Petitat,

os grupos dominantes, que falam em nome de toda a sociedade e que identificam a sobrevivência da sociedade com a sua própria, desempenham papel fundamental na orientação escolar, na seleção de seus conteúdos simbólicos, de suas práticas e de seus públicos. A história nos ensina, contudo, que estes grupos jamais conseguem controlar completamente o processo evolutivo, que foge de seu alcance, porque é conseqüência de causas muito mais gerais que as relações de dominação ou conflitos sociais. (PETITAT, 1994, p. 200).

O capítulo não está organizado de forma cronológica, isto é, conforme as datas da fundação das escolas que compõem o campo escolar. Primeiramente, trazemos a Escola de Língua Japonesa e Internato, que, apesar de não ser a primeira escola a ser fundada, vê em sua fundação uma repercussão no contexto social da cidade e no próprio campo escolar, uma vez que ela inicia o processo de transformação do perfil da clientela do Grupo Escolar Padre Anchieta e do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

Em seguida, abordamos as escolas primárias estaduais, primeiro as escolas isoladas rurais e, na sequência, o Grupo Escolar Padre Anchieta. Por fim, o Ginásio Estadual de Pilar do Sul. A opção por manter o Ginásio Estadual de Pilar do Sul no final da apresentação se deu em razão de o ginásio ter sido a última modalidade de ensino criada na cidade e, principalmente, porque quando os japoneses ou descendentes ingressavam no ginásio já tinham frequentado o grupo escolar, o que diminuía suas dificuldades.

5.1 A Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul

Nas colônias japonesas, um dos objetivos era a educação dos filhos e a promoção da cooperação entre os membros da comunidade. Algumas vezes, antes mesmo da construção das sedes de associações para seus encontros comunitários e sociais, os japoneses procuravam construir uma escola. Era aí que se reuniam para discutir os problemas da comunidade ou simplesmente comer e beber (HANDA, 1987).

Na colônia “Sertão”, em 1949, com dez famílias, foi fundada a primeira seinenkai (associação dos jovens), onde começou a funcionar, em 1950, a primeira escola japonesa. Era uma pequena escola construída com a sobra da madeira que foi retirada do local onde foram cultivadas as plantações. O professor Furutani ensinava às crianças a língua escrita e as tradições japonesas.

No início da imigração, a escola construída pelos japoneses, principalmente nas colônias, não exigia muitos gastos. Dependendo do caso, uma casa de pau a pique já servia, com as paredes de barro, a cobertura de sapé e o chão batido. Se o número de alunos fosse pequeno, as aulas podiam ser ministradas em alguma casa particular. A escola da colônia “Sertão” se encaixava nessas características (CEHOAJIB, 1992, p.32).

A escola foi fechada após o falecimento do professor Furutani e voltou a funcionar em 1952, com o professor Soichi Yoshiba. Este professor, após fundar um curso noturno na cidade, na casa de Guiti Watanabe e no barracão de Omori, começou a ir de bicicleta lecionar na colônia “Sertão” e na “Barra”¹⁷.

Após dois anos viajando de bicicleta e com a fundação do Kaikan na cidade, o professor Soichi Yoshiba passou a residir na colônia “Barra”, onde continuou a ensinar a língua japonesa e frequentemente organizava festas da cultura japonesa e sessões de cinema mudo no sítio Sr. Ushijima.

Em 1953, a direção do Grupo Escolar “Padre Anchieta” reuniu os pais japoneses na instituição e comunicou que o ensino de língua estrangeira estava proibido para as crianças menores de 14 anos e que quem desrespeitasse a lei poderia ser preso. Foram diversas as leis que proibiam o ensino em língua estrangeira.

A legislação federal concernente à nacionalização do ensino começou com o Decreto nº 406, de maio de 1938, dirigindo-se diretamente às escolas étnicas. Foi decretado que o material usado nestas escolas fosse em português, que os professores e diretores de escolas fossem brasileiros natos, que nenhum

¹⁷ As aulas não eram diárias, pois as colônias eram distantes da cidade, como também eram distantes uma das outras e as estradas eram precárias. As aulas das colônias aconteciam em forma de rodízio.

texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais, e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em história e geografia do Brasil. Proibia ainda o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos. Em 10 de dezembro de 1939, o Presidente da República assinou outro Decreto, de nº 1.006, estabelecendo que o Ministro da Educação procedesse a uma censura em todos os livros usados na rede de ensino elementar e de 2º Grau. Todavia, o decreto de nacionalização mais importante talvez tenha sido o de nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Instruíam-se os Secretários de Educação, nos estados, para construir e manter escolas em área de colonização estrangeira, para estimular o patriotismo por parte de estudantes, para fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras e para intensificar o ensino de história e geografia do Brasil. Proibia-se expressamente que alguma escola fosse dirigida por estrangeiro e que se fizesse uso de língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas. Ordenava-se ainda que a educação física nas escolas fosse colocada sob a direção de um oficial ou sargento das Forças Armadas indicado pelo comandante militar da região. Em 8 de março de 1940, o Decreto nº 2.072 criava a Organização da Juventude Brasileira, tornando-a obrigatória para todas as escolas. Jovens de 11 a 18 anos deveriam submeter-se à educação física como instrumento importante para uniformizar diferenças étnicas por meio de exercícios físicos em comum. Em 3 de setembro de 1941, o Decreto Federal nº 3.580 proibia tanto a importação de livros-texto de língua estrangeira para o ensino elementar como sua impressão em território nacional (Dalbey, 1969:199-202). Além disso, os diversos estados com escolas de imigrantes ainda tiveram legislação complementar específica para encaminhar a nacionalização do ensino (Kreutz, 2001, p. 23).

As perseguições às escolas mantidas por estrangeiros e a proibição das escolas em língua estrangeira foram consequência de uma política nacionalista estabelecida no Brasil, principalmente a partir do Estado Novo.

A direção do Grupo Escolar comunicou os pais por três vezes, mas as aulas continuaram sendo dadas, apesar da ilegalidade, em casas de colonos da zona rural e, a partir de 1956, na garagem da Cooperativa Agrícola de Cotia, no centro da cidade. Em 1959, com autorização para a abertura da escola, o Kaikan adquiriu da Cooperativa Agrícola Cotia um terreno onde passaram a funcionar, em 1962, a Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul.

A Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul começou a funcionar legalmente em 1962, e tinha como objetivo manter as tradições japonesas por meio da educação. Os alunos frequentavam o Grupo Escolar ou Ginásio e no outro período a Escola de Língua Japonesa.

Segundo Demartine (1995), a preocupação dos japoneses em educar seus filhos no Brasil foi influenciada por dois fatores: primeiro, valorização da educação no começo do

século XX no Japão na Era Meiji; segundo, o alto grau de escolaridade dos nipônicos em relação a outras levas de imigrantes, sendo superados apenas pelos alemães¹⁸. Miyao afirma:

A revolução política e social iniciada na Era Meiji, em 1868, trouxe profunda transformação no regime da nação nipônica, dando prioridade à difusão da educação, difundindo-a de modo drástico (...). Desde então o Japão emergiu de uma nação fechada, de 300 anos de isolacionismo, conseguindo rápida modernização com a introdução maciça da cultura ocidental. O japonês que viveu uma época assim peculiar sentia no seu âmago que a instrução era a coisa mais importante da vida, sobrepondo-se a qualquer outra opção. O imigrante japonês que começou a chegar ao Brasil em 1908 também foi criado nesse ambiente (MIYAO, 1980, p.91).

Essa preocupação pode ser constatada entre os japoneses e seus descendentes, em Pilar do Sul, por meio das iniciativas de organização de associações e abertura da escola, que, mesmo sofrendo represálias e ameaças caso fosse descoberta, era mantida em funcionamento na ilegalidade, até conseguir obter sua autorização legal de funcionamento.

A Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul era uma escola comunitária, mantida pela contribuição social, o que Cehoaijb denomina como

contribuição social (mensalidade paga à Associação de Japoneses pelos sócios), doações espontâneas, subsídio oficial etc. O principal item das despesas é a remuneração do professor, mínima de 100 mil-réis e máxima de 400 mil-réis. (...) Quanto à mensalidade escolar, varia conforme a situação dos pais (proprietário ou arrendatário e ainda do número de crianças que uma família manda à escola (CEHOAIJB, 1992, p.127).

A contribuição social era destinada para pagar os professores, comprar livros, materiais e manter a estrutura da escola, tendo como parâmetro o modelo de escolas japonesas. Os imigrantes consideravam que dessa forma aproximariam as crianças das tradições japonesas, uma vez que aprendendo a língua e os costumes dos pais elas teriam uma formação adequada para viver no Japão.

A fotografia a seguir registra os alunos de 1960 e suas famílias na escola japonesa. Ela retrata o encerramento de mais um ano escolar da Escola de Língua Japonesa de Pilar do Sul. A escola não era seriada, mas no final de cada ano havia uma festa de encerramento, premiando os melhores alunos e com confraternização entre as famílias.

¹⁸ Segundo pesquisa da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que fez um levantamento a esse respeito com os imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos entre 1908 e 1932.



Figura 19: Alunos e familiares da Escola de Língua Japonesa
Fonte: Associação Cultural Desportiva Japonesa – Kaikan

5.1.1 Rituais e festas

Analisar a história da Escola Japonesa e Internato significa falar de uma cultura escolar peculiar, com tradições e costumes singulares segundo os quais o ensino era pautado por diretrizes e normas disciplinares similares às das escolas no Japão. Essa escola não se restringia apenas ao ensino de língua japonesa, mas também de regras disciplinares, conteúdos e práticas que tinham como intuito a formação do corpo, mente e alma, proporcionando subsídios para que a criança, quando adulta, tivesse condições de viver no Japão.

A questão da hierarquia era muito importante, pois essa era uma forma de manter a disciplina e criar hábitos para a vida em família e sociedade. Na cultura japonesa o respeito aos mais velhos é muito importante. Quando alguém de mais idade fala, o mais jovem obedece sem discutir.

A disciplina era rígida, com horários seguidos com precisão, e toda atividade a ser realizada tinha um ritual indicativo do respeito devido a quem de direito: aos que têm mais idade, conseqüentemente mais experiência, ao Imperador, à família, aos costumes e às tradições.

Para que a disciplina fosse mantida, castigos corporais eram utilizados. As crianças que não seguissem as regras disciplinares, como o cumprimento de horários, o silêncio em sala, o respeito aos mais velhos e o culto ao imperador do Japão, eram castigadas. Segundo depoimento da ex-aluna Yoshie Yonemura Sasaki, os castigos corporais eram frequentes: “se fizesse alguma coisa errada apanhava com varinha de marmelo”.

Na escola japonesa eram ensinados a língua japonesa, principalmente escrita, pois ainda era comum as famílias em suas casas falarem o japonês, noções de patriotismo ao Japão e o desenvolvimento de habilidades corporais.

Para que o aluno recebesse uma formação que articulasse corpo, mente e alma e pudesse mergulhar um pouco nas tradições japonesas, os rituais e festas tinham um lugar de destaque.

Compreendemos os rituais como um conjunto de gestos, palavras e formalidades, várias vezes imbuídas de um valor simbólico, cuja performance é usualmente prescrita por uma religião ou pelas tradições da comunidade. Eles podem ser executados por um único indivíduo, um grupo, ou por uma comunidade inteira, em locais específicos ou diante de determinadas pessoas. Os rituais estavam presentes na rotina diária dos alunos, fossem eles internos ou não.

Segundo depoimentos de ex-alunos, o ano escolar da Escola Japonesa e Internato começava com a limpeza geral do prédio, realizada por todos os alunos e pais e, em seguida, com uma aula inaugural, com palestras dos professores. O ano escolar terminava com a festa de formatura reunindo toda a comunidade. A solenidade de formatura iniciava-se com o hino nacional japonês, entrada dos formandos, discursos dos diretores do Kaikan, entrega de certificados e premiações aos alunos, discursos de encerramento e música de encerramento entoada por todos os membros da escola. Da solenidade de formatura, todos os alunos participavam, mesmo os não formandos. A cada pessoa que tomava a tribuna para discursar, os alunos se levantavam e faziam reverência, assim como cada formando fazia reverência ao público após o recebimento do certificado. Após a solenidade de formatura acontecia uma confraternização, registrada nas fotos a seguir.



Figura 20: Confraternização dos alunos no final de 1963.
Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 21: Confraternização dos alunos da Escola Japonesa e Internato.
 Fonte: Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba

Os rituais estavam presentes também no cotidiano escolar e, não apenas em momentos especiais. Boa parte dos alunos, mesmo os não internos, realizava suas refeições na escola. No horário marcado, todos deveriam entrar em fila, em silêncio, posicionar-se próximos ao seu lugar e esperar a ordem do professor ou responsável para se sentar. Deveriam, em seguida, agradecer dizendo “itadakimassu”, que é uma expressão de saudação usada no início da refeição. Após isso a refeição era servida. Depois dela, os alunos deveriam esperar o comando do professor para se levantar, dizendo “gotissousama”, que significa comida saborosa, e se retirar em silêncio. O espaço onde foram realizadas as refeições tinha que ser deixado em perfeita ordem. Os alunos internos tinham as refeições oferecidas pela escola. Os não internos, conquanto pudessem fazer as refeições na escola, tinham que trazer o alimento de casa. Boa parte dos alunos que não ficavam no internato morava na cidade e fazia as refeições em sua própria casa. Aqueles que moravam na zona rural e viajavam todos os dias faziam as refeições na escola japonesa, mas traziam sua própria alimentação.

As aulas de caligrafia auxiliavam a disciplinar mente e alma, exercitando a concentração e a paciência. Os exercícios de grafia eram essenciais para o bom entendimento da língua, mesmo porque os trabalhos tinham sempre que ser feitos com extrema organização e capricho.

As práticas de exercícios físicos tentavam seguir a disciplina dos soldados do Imperador.

Havia várias festas durante o ano, mas gostaríamos de destacar as principais: a comemoração do aniversário do Imperador do Japão, a festa da colheita e o Undokay (gincana esportiva familiar).

A festa em comemoração ao aniversário do Imperador do Japão, apesar de simples, era considerada importante. Segundo depoimento do ex-aluno Akira Morioka, os alunos realizavam juramentos de lealdade e prestavam homenagens ao Imperador se posicionando e fazendo reverências para o lado do sol nascente.

Segundo Akira Morioka¹⁹, o Undokay acontecia sempre entre maio ou junho e durava o dia todo. A festa, organizada pelo Kaikan, envolvia todas as famílias em um momento de encontro e de confraternização entre as gerações, com a participação em diversas atividades. As principais eram o “Gojyû meetoru kyoso”, corrida de 50 metros para crianças; o “Hyaku meetoru kyoso”, corrida de 100 metros; o “Riree”, corrida de revezamento 4 X 100 metros; o “Ninin sankyaku”, corrida de 3 pernas – amarra-se a perna direita de uma pessoa à perna esquerda da outra e, abraçadas pelos ombros ou pela cintura correm juntas por 50 metros; o “Yomesan sagashi”, corrida da "procura de noiva" – um grupo de rapazes é formado na linha de partida, e um grupo de igual número de moças é formado na metade do percurso da corrida. Na metade da distância entre os dois grupos, cartões com os nomes de cada moça são deixados no chão. Os rapazes saem correndo, cada um pega um cartão e vai até o grupo de moças, procurando e chamando pela jovem cujo nome pegou. Assim que encontra seu par, ambos devem correr de mãos dadas até a linha de chegada; o “Supuun reesu” – equilibrando um ovo em uma colher de sopa em uma das mãos, as senhoras devem percorrer 50 metros sem deixar o ovo cair; o “Karimono kyoso”, corrida do "empréstimo", na qual meninos e meninas correm numa pista que tem na metade do percurso cartões com o nome de um objeto comum (cinto, lenço, relógio de pulso, presilha de cabelo, pulseira etc.). Cada um pega um cartão e vai até amigos e familiares, pedindo emprestado o objeto citado no cartão. Assim que alguém lhe dá o objeto, a criança volta ao percurso para terminar a corrida e devolve o objeto a seu dono; o “Tsunahiki”, cabo-de-guerra; o “Takara sagashi”, corrida da "caça ao tesouro", na qual divide-se a distância a ser percorrida em 3 terços. A um terço da linha de partida, são colocados no chão cartões com o desenho de um objeto, a dois terços são colocados fora de ordem cartões com o nome de cada objeto correspondente. As crianças devem sair correndo, pegar um cartão desenhado, chegar aos cartões escritos e encontrar aquele que corresponde ao cartão desenhado. Assim que achar o cartão correto devem terminar o percurso; o “Taiya korogashi kyoso”, corrida de pneus; o “Kani kyoso”, corrida de caranguejo; o “Keisan kyoso”, corrida do cálculo, em que cartões com uma proposta de cálculo simples sem o resultado são deixadas no chão, na metade do percurso (por exemplo, $5+3=$, $7 \times 2=$, $10-8=$

¹⁹ Akira Morioka, morador local, ex-aluno da Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul – depoimento 2011

etc.). Munidas com um lápis, cada criança corre, pega um cartão, escreve o resultado e termina o percurso. Obviamente vence a criança que chegar primeiro com o resultado correto escrito no cartão; o “Tamaire kyoso”, bolinhas ao cesto, em que as crianças são divididas em dois times, que correspondem às cores - geralmente branco e vermelho - de dezenas de bolinhas de pano recheadas com retalhos, do tamanho de bolas de beisebol. Uma pessoa, preferênciamente com um capacete na cabeça, segura no centro do campo um grande balde instalado na ponta de uma vara ou cano com aproximadamente 4 m de altura, no qual as crianças devem durante 5 minutos jogar e tentar encestar o maior número de bolas da cor de seu time.



Figura 22: Alunas da Escola de Língua Japonesa e Internato participando do Undokay.

Fonte: Arquivo pessoal família Takahashi

A figura a seguir retrata o encerramento do Undokay, momento em que as crianças jogam bolinhas para quebrar um recipiente que está no alto de uma vara. Quando ele é quebrado, cai uma chuva de pedaços de papel e pombas saem voando de dentro.



Figura 23: Crianças durante o encerramento do Undokay.
Fonte: Arquivo pessoal Miyo Yoshiba

A festa em comemoração à colheita era o momento de agradecer a boa colheita e se confraternizar depois de meses de trabalho, com danças realizadas por toda comunidade e cantos.

As festas reuniam os alunos e os pais: eram momentos em que os trabalhos escolares eram expostos, os alunos e os pais faziam apresentações de música e danças e cada família trazia diferentes pratos para serem compartilhados. A foto a seguir retrata um dia de festa na escola:



Figura 24: Alunos e pais da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul.
Fonte: arquivo pessoal Sr. Albina Yasuda

Os rituais e festas eram mais do que atividades escolares; eram momentos de encontro das famílias e de reviver e perpetuar a cultura japonesa entre as gerações.

5.1.2 Organização Pedagógica

Diferentemente de outras escolas japonesas que funcionaram no Estado de São Paulo que foram pesquisadas por Demartini e Kreutz, a Escola de Língua Japonesa e Internato de

Pilar do Sul não era uma escola primária ou secundária. Seus alunos, mesmos os internos, frequentavam em período oposto o Grupo Escolar “Padre Anchieta” ou Ginásio Estadual de Pilar do Sul. Nos prontuários dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul que também frequentavam a escola de língua japonesa e nas atas de reunião de pais e mestres do ginásio, encontramos registros de solicitações dos pais para que o ginásio ajustasse o seu horário oferecendo as aulas em horários que permitissem que os alunos frequentassem a escola de língua japonesa.

A Escola de Língua Japonesa de Pilar do Sul tinha como referência a organização pedagógica das escolas japonesas, utilizando matérias e livros importados do Japão.

Como já dissemos anteriormente, as festas e rituais tinham papel importante dentro da organização da escola, pois eram uma forma de proporcionar experiências e vivências da cultura japonesa.

Além de vivenciar as tradições e um pouco da cultura japonesa, os alunos estudavam principalmente a língua japonesa escrita, uma vez que a língua oral só precisava ser aprimorada, já que os alunos aprendiam em casa com a família. Segundo o depoimento do morador local Mineo Maruya, nas casas dos japoneses ou seus descendentes uma criança aprendia primeiro a falar o japonês e depois o português. Elas ingressavam na escola japonesa para aprender a escrever, ler e conhecer um pouco das tradições.

De acordo com a revista lançada por ocasião da comemoração do cinquentenário de imigração japonesa em Pilar do Sul, os alunos estudavam japonês, cálculo, geografia e história do Japão. Mas as atividades não eram divididas em disciplinas. Elas compunham um bloco de atividades e, como já destacamos, o método de ensino utilizado tentava aproximar-se ao máximo do método utilizado do Japão, com materiais e livros utilizados nas escolas japonesas.

O método de ensino na seção de idioma nipônico nas escolas segue geralmente o modelo japonês, regime de seis anos... As matérias são vernáculo, educação moral, aritmética, geografia, história, ciências, ginástica e canções. Os livros escolares estavam baseados nos textos oficiais de ensino primário do Ministério da Educação do Japão. De maneira que havia muitas coisas incompreensíveis para os alunos, por muito que o professor se esforçasse em explicá-las. (CEHOAIJB, 1992, p.126)

Além dos conteúdos regulares, a escola oferecia atividades esportivas e cursos, como o de corte costura, para meninas. No Kaikan realizavam-se palestras com técnicos das cooperativas e atividades destinadas para os idosos e jovens.

Segundo depoimentos de ex-alunos e moradores locais, e como podemos observar nas fotos, nos primeiros anos de funcionamento da Escola Japonesa e Internato as aulas de corte e

costura eram ministradas exclusivamente para as alunas e senhoras japonesas ou descendentes. Porém, a partir de 1968, a professora de corte e costura Miyo Yoshiba começou a aceitar alunas não descendentes. Nas fotos a seguir podemos observar as turmas de corte e costura e nas figuras 27 e 28 a presença de alunas não descendentes de japonês.



Figura 25: Professor Kobayashi Tadashi, professora Miyo Yoshiba e alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 26: Professor Kobayashi Tadashi, professora Miyo Yoshiba e alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 27: Alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato de 1968.

Fonte: Arquivo pessoal da professora Miyo Yoshiba



Figura 28: Alunas do curso de corte e costura da Escola Japonesa e Internato de 1968.

Fonte: Arquivo pessoal da professora Miyo Yoshiba

No arquivo da Escola Japonesa de Pilar do Sul encontramos poucos documentos referentes ao período de 1950 a 1971 que contribuíssem para análise da organização pedagógica da referida escola. Porém, consideramos importante destacar o depoimento de Yoshie Yonemura Sasaki²⁰, que atualmente está com a guarda do arquivo de fotos da professora Miyo Yoshiba (falecida). Ela destaca que muitos dos documentos da escola foram perdidos ou queimados e que, no acervo da professora Miyo Yoshiba havia livros de matrículas, materiais e livros didáticos que eram utilizados na Escola de Língua Japonesa e Internato. Contudo, após a morte da professora Miyo Yoshiba todos os documentos foram queimados, tendo apenas as fotos sido preservadas.

²⁰ Yoshie Yonemura Sasaki, moradora de Pilar do Sul, ex-aluna da Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul - depoimento concedido 2012

A professora Miyo Yoshiba foi professora de corte e costura por quase dez anos, segundo depoimento da Yoshie Yonemura Sasaki.

Além da professora Miyo Yoshiba, a Escola de Língua Japonesa teve os seguintes professores, segundo livro de registro das escolas japonesas do estado de São Paulo: Furutami – 1950, Yoshiwa Soishi – 1952, Yasuda – 1953, Nagatomo – 1953, Saito Masako – 1956, Kobayashi Tadashi – 1956 a 1964, Osaki Mamoru – 1964, Jujii – 1968.

Não encontramos documentos sobre a formação dos professores que lecionaram na escola japonesa, com exceção da professora Miyo Yoshiba, que era formada como professora de língua japonesa e corte e costura e, antes de lecionar na Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul, tinha trabalhado na Escola Japonesa Internacional localizada no bairro da Liberdade, em São Paulo.

5.1.3 Os alunos

Os alunos poderiam ser internos ou não: os que moravam longe da cidade sempre optavam por ficar internos, pois a viagem diária era difícil. Os alunos ficavam no internato durante semanas, saindo apenas para freqüentar o Ginásio Estadual de Pilar do Sul ou o Grupo Escolar Padre Anchieta. Em um dos períodos, tinham aulas na Escola de Língua Japonesa e no outro frequentavam uma das instituições estaduais.

No período investigado não foram encontrados livro de matrícula nem prontuário dos alunos da Escola Língua Japonesa e Internato, mas, segundo ex-alunos dessa instituição, as crianças, para serem matriculadas, deveriam ser japonesas ou descendentes de japoneses, não sendo aceita a matrícula de crianças não descendentes ou de outra nacionalidade. Nas décadas de 1960 e 1970, se um dos pais da criança não fosse japonês ou descendente, sua matrícula também não era aceita, o que a impedia de frequentar a escola e as atividades do Kaikan.

Antes da fundação da Escola de Língua Japonesa e Internato na cidade, a língua japonesa era ensinada em escolas improvisadas e os alunos tinham que freqüentar as escolas primárias isoladas rurais que ofereciam até o terceiro ano.

Mergulhar no interior da escola japonesa e analisar práticas peculiares da cultura escolar propicia compreender não só o contexto escolar, mas também a insistência de um povo distante de sua terra natal em manter seus costumes, tradições e modos de viver, perpetuando dessa maneira sua cultura entre as novas gerações. A Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul foi fundada com a intenção de manter a perpetuar as tradições, mas também permitiu que muitas gerações de descendentes japoneses frequentassem a escola primária e secundária do Estado, o que certamente influenciou suas práticas.

Analisando os depoimentos dos ex-alunos e fotografias da Escola de Língua Japonesa e Internato podemos destacar a presença de alunos de diferentes idades no mesmo grupo. Isso ocorria porque a escola não era seriada, diferentemente do modelo de escola graduada das escolas estaduais como o grupo escolar e o ginásio. Existia apenas um grupo de alunos participando das diferentes atividades da escola, como as já mencionadas aulas de língua japonesa, atividades sobre a história, geografia, cultura japonesa, atletismo ou curso de corte e costura.

Segundo depoimento da ex-aluna Yoshi Yonemura Sasaki, assim como ela, muitas crianças, mesmo antes de ingressar no grupo escolar, frequentavam a escola japonesa, na qual ela ingressou com cinco anos.

As fotografias a seguir retratam mais que um momento escolar. Elas eternizam o cotidiano da escola, o grupo de alunos e professores. A disciplina e rigidez são representadas nas fotos pousadas, mas também a espontaneidade da infância nas brincadeiras, nos sorrisos e até mesmo no cachorrinho de estimação do professor Kobayashi são registrados.



Figura 29: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 30: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 31: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 32: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e o professor Kobayashi.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 33: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e o professor Kobayashi.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 34: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato e os professores Kobayashi e Miyo.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 35: Alunos da Escola de Língua Japonesa e Internato.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba

A maioria das fotografias retrata os alunos no ambiente externo da escola, com exceção das fotos 36 e 37, nas quais podemos observar o ambiente de sala de aula, com mesas e bancos de madeira, alguns cartazes em japonês, calendário, um quadro negro e logo acima a figura do imperador do Japão e sua esposa. A foto 37 registra um dia festivo e encontramos nela a bandeira do Brasil e parte da bandeira do Japão.



Figura 36: Alunas da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul e professor Kobayashi.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyi Yoshiba



Figura 37: Alunas da Escola Japonesa e Internato de Pilar do Sul.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyi Yoshiba

5.2 Escolas Isoladas Rurais de Pilar do Sul

As escolas com um único professor, ensinando os alunos de diferentes níveis de conhecimento, eram designadas escolas isoladas. De acordo com Souza (2009, p.148), as escolas isoladas eram identificadas como uma escola tipicamente rural, caracterizadas principalmente como escolas modestas, carentes e abandonadas, nas quais o programa era reduzido e os vencimentos dos professores eram menores se comparados ao do grupo escolar.

A expansão do ensino primário do Estado de São Paulo na primeira metade do século XX privilegiou áreas com grande população, principalmente urbanas. Dava-se prioridade para criação de Grupos Escolares na zona urbana por questões políticas e pela visibilidade da ação do Estado, enquanto que para a zona rural era designada uma escola isolada, uma vez que eram mais baratas e sua visibilidade política era muito menor.

Nas décadas de 1920 e 1930, muitos educadores intitulados “ruralistas” defendiam a escola rural e atribuíam a ela finalidades tais como a de ser um agente nacionalizador do imigrante e do trabalhador nacional, disseminando sentimentos de amor à pátria e identificação com os costumes e as tradições brasileiras (Silva, 2004).

Nas escolas isoladas rurais em Pilar do Sul, um professor atendia varias séries e ambos os gêneros. Eram, portanto, escolas rurais isoladas mistas, com exceção da escola rural Fazenda Vitória, que atendia no primeiro ano meninos e meninas em salas diferentes.

Considerando os livros de matrículas das escolas isoladas e os livros de atribuições de aulas dos professores havia, até 1971, cerca de vinte escolas primárias mistas nos diferentes bairros da zona rural. Segundo informações nos Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar e Escolas Isoladas, as escolas isoladas recebiam frequentemente a visita do diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, que aplicava, juntamente com o professor de cada escola, os exames. Ele também verificava a frequência, a utilização dos materiais e os cadernos dos alunos. Havia uma constante preocupação em manter nas escolas rurais as mesmas atividades do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.

Para que o diretor do Grupo Escolar pudesse acompanhar os trabalhos dos professores das escolas rurais, os professores tinham que apresentar, nas reuniões pedagógicas mensais, os livros de matrículas, de frequência, os diários de atividades e os livros de inventários de móveis e utensílios pertencentes ao Estado. Em várias atas das reuniões pedagógicas encontramos a cobrança ao cumprimento dos programas escolares, dos calendários e dos horários de aula:

Disse que o rendimento escolar depende somente do trabalho do professor, do seu cuidado em executar o programa; excluir do programa certos itens que muitos acham inúteis é um erro. Em seguida frisou a necessidade da organização dos semanários e diários. (ATA DA REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA” E ESCOLAS ISOLADAS RURAIS, 1945, p.12).

Em outra ata encontramos a solicitação do diretor dos semanários ou diários para verificação do cumprimento do programa:

O senhor diretor pediu aos professores para trazerem o diário ou semanário, onde registram a organização das aulas para serem verificados na próxima reunião. Orientou que os cadernos de registros devem estar sempre em ordem. (ATA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA” E ESCOLAS ISOLADAS RURAIS, 1951, p. 01)

Algumas reuniões pedagógicas eram presididas pelo inspetor escolar, que fiscalizava toda a documentação da escola:

O Inspector Escolar iniciou sua palestra, pedindo aos Srs. Professores que façam com que os alunos executem os trabalhos dentro do horário regulamentar. Os diários e semanários devem ser apresentados em dia e

neles vem explícito cada assunto a ser tratado. O livro de chamada não deve apresentar colunas em branco mas sim, todas devidamente preenchidas. (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA E ESCOLAS ISOLADA, 1960, p.23)

Nas escolas rurais, os estudos avançavam até o terceiro ano primário. Quem quisesse continuar estudando, com exceção dos alunos da escola da Fazenda Vitória, tinha que ir morar na cidade e frequentar o quarto ano primário no Grupo Escolar “Padre Anchieta”. Como podemos observar no quadro:

Escola	Série			
	1º	2º	3º	4º
Usina Batista	1º	2º	3º	
Fazenda Vitória	1º Fem/1º Masc	2º	3º	4º
Bairro do Moquém	1º	2º	3º	
Bairro do Turvinho	1º	2º	3º	
Bairro da Barra	1º	2º	3º	
Pinhalzinho	1º	2º	3º	
Bairro dos Bicudos	1º	2º	3º	
Bairro Protestante	1º	2º	3º	
Fazenda Fibrasil	1º	2º	3º	
Bairro do Pombal	1º	2º		
Carvoaria Dedini	1º	2º	3º	
Ponte Alta	1º	2º	3º	
Turvo dos Goes	1º	2º	3º	
Bairro dos Bicudos	1º			

Quadro 01 – Escolas rurais isoladas em Pilar do Sul.

Fonte: Elaboração própria com base nos Livros de atribuição de aulas dos anos 1953, 1965, 1967.

Acervo: E.E.E.F.M. Padre Anchieta

As escolas isoladas rurais de Pilar do Sul ficavam, em sua maioria, localizadas em bairros distantes da cidade, de difícil acesso devido à ausência de estradas ou a sua má conservação.

Os prédios escolares eram construções inadequadas, a maioria de pau a pique e madeira – espaços inadequados para atender a uma escola. Muitos não tinham condições sanitárias mínimas para o funcionamento de uma instituição de ensino e possuíam apenas uma única sala para atender os alunos das diferentes séries. Em alguns havia uma pequena casa para a hospedagem da professora, mas esses eram minoria. Na maior parte das vezes, o professor tinha que ficar hospedado em alguma casa de família próxima à escola. Segundo depoimento da professora Eloisa Cruz Proença, nas escolas isoladas de Pilar do Sul o funcionamento era precário, havia carência de material didático e de livros para o seu bom funcionamento.

5.2.1 Os professores

Segundo Livro de atribuição de classes das escolas isoladas de 1959, os professores se inscreviam no Grupo Escolar Padre Anchieta para participarem da atribuição das aulas do

Grupo Escolar Padre Anchieta e das Escolas isoladas. A partir dessa inscrição era organizada uma lista, considerando a experiência de trabalho de cada docente, e era marcada uma data para sessão de atribuições de aulas. As sessões de atribuição eram presididas pelo diretor do Grupo Escolar ou pelo Inspetor de Ensino de Sorocaba.

Normalmente, os professores substitutos só conseguiam assumir uma sala no Grupo Escolar “Padre Anchieta” quando algum professor efetivo estava de licença, enquanto que nas escolas isoladas a maioria das professoras era substituta.

Segundo os Livros de Termos de Compromisso dos professores das escolas isoladas de 1945 a 1962, o professor, quando assumia a escola, era responsável por toda a escrituração, pelo prédio, pelo mobiliário e pelos livros. Ele assumia, ainda, a função de ministrar aulas para as diferentes séries daquela escola, além de todas as responsabilidades pelo seu bom funcionamento. Segundo o Inspetor Escolar do Distrito, Octavio Fragnan, o papel do professor primário rural era de grande valor na “elevação do nosso nível sócio-educacional, devido sua função educativa”, nas comunidades mais remotas do nosso país (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA, 1947, p. 36).

De acordo com o contrato dos professores primários das escolas rurais isoladas de 1959, anexado aos mapas de movimentação, os professores deveriam residir no bairro rural onde estava localizada a escola – para morar na cidade e viajar todos os dias deveriam pedir autorização ao diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, que poderia deferir ou indeferir o pedido. A viagem diária entre o bairro onde estava localizada a escola e a cidade só era possível quando os bairros eram próximos da cidade, pois a maioria deles ficava distante e impossibilitava essa viagem diária.

A dificuldade de acesso era a primeira dificuldade dos professores. Nas escolas isoladas de Pilar do Sul os professores tomavam posse no Grupo Escolar “Padre Anchieta” e viajavam muitas horas de charrete, ou em cima de trator, em estradas de terra.

Muitos professores ficavam em acomodações precárias e eram submetidos à disciplina dos donos das fazendas ou camaradas, além de terem que lidar com a falta de recursos e condições para o pleno funcionamento da escola, o que, não raro, causava a falta de professores nelas. Santos, uma moradora local que frequentou por alguns meses uma escola isolada na década de 30 lamenta, em seu depoimento, o fato de nunca ter aprendido a ler e escrever, porque a escola foi fechada devido à falta de professor. Essa mesma senhora relata que a professora foi embora porque sua avó, dona da fazenda, a tinha tratado mal.

Para o estado era importante que os professores morassem no bairro em que estava localizada a escola, ou até mesmo na própria escola, pois ele era responsável pela ordem e

conservação do espaço e era considerado o representante do estado na localidade. Como único representante do Estado, ele deveria zelar pela ordem, pelos bons costumes e estimular o amor à pátria. As orientações eram as seguintes:

a amizade que os professores devem ter com as famílias do seu respectivo Bairro em benefício do ensino e progresso da Pátria, visto que com o contacto do professor com as famílias dos alunos, vem conseqüentemente trazer-lhes noção de higiene e sociabilidade. Explicou ainda que o professor não deve trabalhar pelo dinheiro que receberá, mas sim, visando o progresso do ensino. (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1960, p.7).

Uma forma de controlar e fiscalizar essa organização se dava por meio das reuniões pedagógicas no Grupo Escolar “Padre Anchieta”, que aconteciam mensalmente no mesmo dia do recebimento dos salários. Os professores tinham que apresentar nas reuniões pedagógicas mensais os livros de matrículas, de frequência, os diários de atividades e os livros de inventários de móveis e utensílios pertencentes ao Estado.

5.2.2 A organização pedagógica das escolas isoladas rurais de Pilar do Sul

Nas atas das reuniões pedagógicas das escolas isoladas e grupo escolar do período entre 1945 a 1972, as orientações eram de que as práticas escolares e o programa das escolas isoladas rurais deveriam ser iguais aos do grupo escolar. Todavia, isso, na prática, não acontecia, pois as escolas isoladas não tinham os mesmo recursos pedagógicos que o grupo escolar. O espaço escolar e a sua organização eram diferentes. Havia crianças de diferentes faixas etárias e séries na mesma sala, um único professor que ministrava as aulas para as diferentes séries agrupadas em uma mesma turma e horário. O depoimento de Eloisa Cruz Proença, professora do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e da Escola Isolada da Paineira, evidencia que as condições de trabalho na Escola Isolada não eram iguais às do Grupo Escolar “Padre Anchieta”: “faltavam materiais, livros e até mesmo lousa, além de [ter que] atender varias séries ao mesmo tempo e no mesmo espaço”. Devido à dificuldade de acesso e às más condições de trabalho, as licenças dos professores em algumas escolas isoladas rurais de Pilar do Sul eram constantes, o que impedia a continuidade das atividades durante o ano.

A organização pedagógica dessas escolas era norteada pela finalidade atribuída a elas como disseminadoras de sentimentos de amor à pátria, um espaço alfabetizador e nacionalizador do imigrante e do trabalhador rural. Em Pilar do Sul, eram solicitadas práticas que elevassem o caráter da criança e da população rural e moralizassem os costumes. Esperava-se também que houvesse o ensino de hábitos de higiene e principalmente de civismo e amor à pátria, insistência que se explica devido ao número de japoneses e descendentes que estudavam em algumas dessas escolas.

A escola deveria ser um espaço da cultura, moralização e civismo para ser exemplo para a população local e um agente transformador. As orientações eram:

o arranjo das salas de aula. Esta deve ser varrida e espanada devendo estar sempre em ordem. Os livros do uso do professor devem ser bem encapados. Continuando, as senhoras professoras foram lembradas de que as aulas de Educação Moral e Cívica não devem ser esquecidas, procurando ensinar hinos patrióticos, pois as aulas de Educação Moral e Cívica são necessárias, nessas localidades. (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS RURAIS ISOLADAS, 1959, p. 4)

A organização do tempo, do espaço e das práticas escolares era constituída em um movimento que considerava a escola como um espaço de cultura, capaz de moldar, de ser um agente transformador da sociedade:

Na entrada devemos organizar fila e fazer com que as crianças cantem, para aprenderem a ter ordem e boa disposição. O trabalho manual deverá ser executado com o material de que dispormos, assim como a ginástica e todas as demais matérias que fazem parte do currículo, deverão ser lecionadas. Deveremos ainda todo mês, fazer excursão com os alunos e ir-lhes mostrando o que de interessante for aparecendo, para que forme a amizade, confiança e que eles vejam “in loco” o que por acaso tenha sido explicado em aula. (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS RURAIS ISOLADAS, 1960, p.6)

As orientações do diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta” aos professores das escolas isoladas rurais, citadas anteriormente, trazem elementos de algumas práticas escolares que demonstram a preocupação da escola em ser um agente transformador, mas mostram principalmente a falta de recursos e materiais que dificultavam o cumprimento do currículo escolar.

O caráter moral, cívico, patriótico perpassava todas as disciplinas que compunham o programa, com o objetivo de moralizar e civilizar não só os alunos, mas também a população rural, tendo em vista os padrões da elite brasileira. A organização pedagógica das escolas rurais isoladas tinha padrões da elite urbana e não atendia plenamente às necessidades da população rural.

Entre as disciplinas do programa, a linguagem recebia maior atenção, porque a língua é a primeira representação de identidade de um povo e também pela preocupação existente com a alfabetização da população brasileira. Para a população rural, as escolas isoladas eram o único espaço que possibilitava a alfabetização.

5.2.3 Os alunos

Segundo depoimento de Adélia de Carvalho, ex-aluna de uma das escolas isoladas, os professores estimulavam a presença dos alunos nas aulas, pois tinham receio de que a escola

fechasse e também tinham consciência das dificuldades que os alunos passavam para chegar até ela. As crianças que moravam na zona rural tinham, antes de irem para a escola, que realizar trabalhos domésticos, os quais eram essenciais para a rotina da casa. Muitos ainda tinham que andar grandes distâncias para chegar à escola. Os filhos dos imigrantes japoneses viviam essa rotina diariamente para poderem frequentar as aulas. Devido a essas dificuldades, havia um grande número de falta de alunos.

Nos livros de frequência encontramos registros das faltas constantes dos alunos e as dificuldades dos professores para manterem as escolas abertas. Nesse mesmo documento, podemos observar que uma boa parcela dos alunos era de japoneses ou descendentes e que muitos não conseguiram concluir o ensino primário. Eles cursavam até o 3º ano e aí paravam, porque o 4º ano não era oferecido nas escolas rurais isoladas. Para concluir o primário, era necessário ir para a cidade frequentar o Grupo Escolar.

Com o crescimento do interesse de conclusão do ensino primário e com a melhoria das condições de vida, os pais que viviam nos bairros rurais mais próximos da cidade começaram a levar as crianças para frequentar o grupo escolar, fazendo um rodízio de carroças – cada semana uma família se responsabilizava. Aqueles que tinham melhores condições financeiras pagavam para que as crianças ficassem em casas de família ou pensão na cidade.

Essa realidade começou a se modificar a partir de 1962, quando o Internato e Escola Japonesa foi aberto na cidade, assim concretizando o sonho dos imigrantes japoneses de terem uma escola japonesa para oferecer uma educação aos seus filhos nos moldes japoneses, o que também facilitou a conclusão do ensino primário, pois os alunos poderiam iniciar os estudos na escola rural isolada até o 3º ano ou fazê-lo desde o início no Grupo Escolar, pois tinham a opção de ficar internos no Internato e Escola Japonesa.

5.2.4 A presença dos alunos japoneses e descendentes nas escolas rurais

Os imigrantes japoneses que se estabeleceram em Pilar do Sul valorizavam a educação de acordo com as tradições japonesas, mas também consideravam importante que seus filhos estudassem nas escolas nacionais, pois era aquela do país onde viviam no momento. Assim, os filhos dos imigrantes japoneses frequentavam a escola japonesa e as escolas nacionais, para receber uma formação que subsidiasse a vida no Brasil e no Japão. Segundo Demartini (2000) “nenhum pai desejava ter filhos “caboclos”; dessa maneira, procuravam fazer com que eles pudessem também frequentar o ginásio da cidade” (DEMARTINI, 2000, p.43). A maioria dos imigrantes japoneses, com rara exceção, morava nas colônias da zona rural de Pilar do Sul e

não possuía casas na cidade. Seus filhos, por conta disso, frequentavam as escolas rurais isoladas.

Analisando os livros de matrícula da Escola Isolada Rural do Pinhalzinho, localizada próxima de algumas colônias japonesas, pudemos observar que os pais dos alunos eram brasileiros, japoneses e espanhóis. A maioria dos pais dos alunos era brasileira, seguida dos japoneses. Em alguns anos, a diferença entre a porcentagem de pais que se declararam brasileiros e japoneses ficou abaixo de quinze por cento. Outro ponto que merece destaque é a diminuição de matrículas de crianças cujos pais se declararam japoneses em 1963 seguida de um aumento em 1964. Consideramos que esse movimento de queda seguido de crescimento aconteceu devido à fundação da Escola de Língua Japonesa e Internato.

Segundo depoimentos de ex-alunos, muitas famílias japonesas, com a fundação da Escola de Língua Japonesa e Internato, enviaram seus filhos para serem internos na escola japonesa e frequentarem o grupo escolar. Muitas crianças, porém, não se adaptaram em ficar longe de casa por semanas. Muitas famílias, então, optaram por tirar suas crianças da escola japonesa e do grupo escolar, matriculando-as novamente na escola isolada, enviando as crianças para a Escola Japonesa e Internato quando elas estivessem na idade de fazer o 4º ano primário no Grupo Escolar “Padre Anchieta”. Esse movimento explica a queda no número de matrículas seguida de um aumento entre crianças cujos pais se declaravam japoneses.

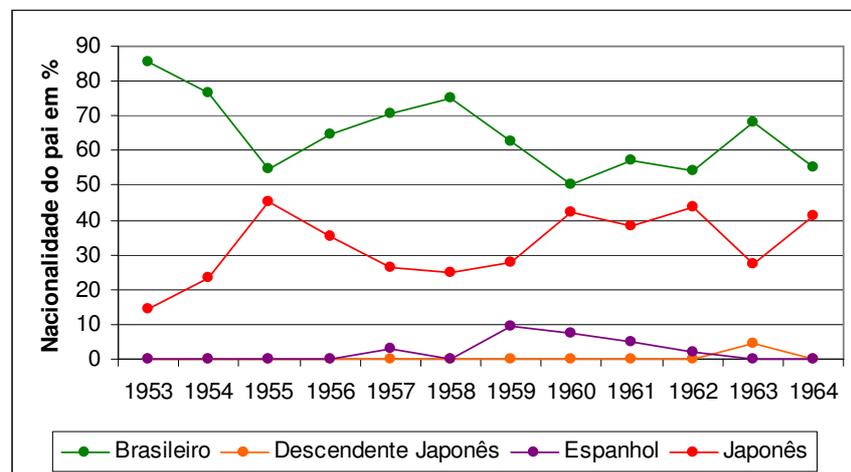


Figura 38: Gráfico – Nacionalidade dos pais dos alunos matriculados na Escola Isolada Rural do Pinhalzinho.

Fonte: Elaboração própria com base nos Livros de Matrícula da Escola Isolada Rural do Pinhalzinho

Essa concentração de japoneses e descendentes nas escolas isoladas rurais de Pilar do Sul preocupava os professores, os diretores do Grupo Escolar Padre Anchieta e os Inspectores de Ensino de Sorocaba.

Em todo período contemplado nesta pesquisa as questões nacionalistas permearam a política brasileira. Ainda que com enfoques diferentes, o nacionalismo e patriotismo sempre estiveram presentes nas discussões. Durante o Estado Novo, questões que envolviam a escola primária como instrumento da nacionalidade, com vistas à moralização e civilização, permaneceram e ficaram mais intensas durante a Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra. Após o golpe de 1964, as questões nacionalistas tomaram uma outra vestimenta, mas permaneceram norteando as políticas educacionais.

A educação cívica fazia parte do programa de ensino da educação primária. Porém, nas escolas isoladas rurais de Pilar do Sul, eram recomendadas aos professores e cobradas com mais severidade práticas envolvendo noções de higiene, patriotismo e civismo, devido ao número de japoneses ou descendentes que estudavam nessas escolas. Aulas de moral - levar a criança a formar bons hábitos morais, e cívicos principalmente para o estrangeiro e descendente (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1953, p. 4).

O ensino de uma conduta cívica e patriótica era considerado fundamental, principalmente em regiões como Pilar do Sul, que tinham alunos estrangeiros ou descendentes na escola:

Continuando, as senhoras professoras foram lembradas de que as aulas de Educação Moral e Cívica não devem ser esquecidas, procurando ensinar hinos patrióticos, pois as aulas de civismo são necessárias, nessas localidades (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1959, p. 4).

A questão da língua pátria também era uma preocupação, pois os japoneses e descendentes tinham muita dificuldade em falar o português. Nos lares só se falava japonês, porque a maioria dos pais não sabia falar o português ou falava com dificuldade. Mesmo os que sabiam a língua consideravam importante que os filhos aprendessem primeiro o japonês, para depois aprender o português.

As crianças ingressavam nas escolas rurais com um vocabulário em português muito restrito, pois na maior parte do tempo apenas falavam japonês. Essa condição impunha aos professores práticas e preocupações com a linguagem oral e escrita, para sanar as dificuldades dos alunos em falar e escrever a língua pátria. Além das preocupações dos professores em relação à alfabetização, há a questão simbólica da língua pátria, pois o idioma é a primeira identidade de um povo.

No Brasil, fala-se muito mal o português e uma das causas é a imigração e também o falar dos pais dos escolares, principalmente na zona rural. É preciso que o professor esteja atento para combater vício de linguagem. Citou diversos exemplos de modismo, regionalismo e estrangeirismos.

Conforme o elemento estrangeiro que reina na zona, assim são os vícios de linguagens, as palavras vão sendo deturpadas. É preciso combater na escola primária, vícios da língua e procurar enriquecer o cabedal de linguagem das crianças. Para isso, lembra a Delegacia de Ensino diversas medidas como: trabalhos de linguagem oral e escrita, não se restringindo ao programa, mas desenvolver a sua ação de acordo com as necessidades, concurso mensal de exercícios escritos, publicações dos melhores trabalhos, instituição da biblioteca, correio escolar, jornal escolar, aulas de declamação nas classes de 4º ano. O professor deve esmerar-se na boa articulação das palavras, sobriedade no falar, moderação no tom de voz, velocidade razoável na pronúncia e simplicidade, correção e propriedade de linguagem. O professor deve ter orgulho e amor à língua pátria, trabalhar pelo seu aperfeiçoamento (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA” E ESCOLAS ISOLADAS RURAIS, 1948, p. 34).

Para as crianças japonesas ou descendentes, aprender o português era difícil principalmente porque o japonês e o português são idiomas muito diferentes e os professores utilizavam estratégias de ensino vinculadas à repressão.

Os castigos físicos eram utilizados para manter a disciplina e corrigir os erros dos alunos, apesar das constantes orientações para que eles fossem evitados:

Disciplina: pediu as professoras com almas femininas de mães e mestres só castiguem quando não for possível perdoar. Evitar os castigos o máximo os castigos físicos que avulta e cria rancor quando não amolece o caráter. A professora deve ser branda, carinhosa e sobre tudo justiceira para ser obedecida (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA” E ESCOLAS ISOLADAS RURAIS, 1947, p. 06).

Havia orientações que indicavam uma nova postura pedagógica, recomendando que fossem evitados não só os castigos físicos, mas também os gritos, e se assumisse uma postura mais tolerante que cativasse o aluno:

Os gritos do professor, em classe na ocasião das lições são antipedagógicos. As crianças principalmente as da zona rural, amedrontam-se e elas não aprendem, perdem o estímulo, pois têm medo do professor. Há crianças que não querem ir à escola ou fogem dela, por medo da professora (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1947, p. 44).

Todos os alunos sofriam com os gritos e castigos físicos. Porém, segundo depoimentos de ex-alunos e professores, os japoneses e descendentes eram mais castigados, pois tinham maior dificuldade com a linguagem e normalmente eram chamados pelos professores de “olhos puxados” ou “cara chata”, o que acabava incentivando as brincadeiras e xingamentos entre as crianças. Os alunos japoneses e descendentes sofriam com a repressão dos professores e com as brincadeiras dos demais alunos.

5.3 O Grupo Escolar Padre Anchieta

O Grupo Escolar “Padre Anchieta” era a única escola primária na cidade. Sua gênese está na reunião de três escolas antes isoladas – as escolas dos professores Isaura da Costa e

Silva, Rita Julia D'Oliveira e Eloy Lacerda. Essas escolas isoladas foram reunidas em 1922 (Dec. 15 de abril de 1922)²¹.

Na década de 1910 e 1920, o número de escolas reunidas cresceu em todo o Estado de São Paulo, pois eram de baixo custo e possibilitavam a um número maior de crianças em idade escolar terem acesso à escola.

Em 1932, Sud Mennuci, na gestão do ensino paulista, procurou transformar as escolas reunidas em grupos escolares. Do mesmo modo, em 1934 e 1935, Luis Motta Mercier, Diretor do Departamento de Educação, buscou eliminar as escolas reunidas do sistema escolar paulista. Assim, as escolas reunidas de Pilar do Sul tornaram-se Grupo Escolar de Pilar do Sul em 1934 (Dec. de 16 de janeiro de 1934), com 223 alunos matriculados. Segundo Souza (2009), das 48 escolas reunidas existentes, 42 foram convertidas em grupos e as restantes foram extintas.

Para o Departamento de Educação, a conversão das escolas reunidas em grupo escolar foi apenas uma forma de facilitar as pesquisas estatísticas. Porém, para uma parcela da população local, a conquista de um grupo escolar na cidade tinha uma representação simbólica que significava não só a melhoria do ensino, mas também a chegada do progresso para a cidade. A instalação do grupo escolar era considerada importante principalmente pela elite pilarense, já que para a maioria da população local o grupo escolar não tinha muito apelo; o que interessava à maior parte das pessoas era, em primeiro lugar, o trabalho. Se os filhos aprendessem a ler, escrever, contar e calcular já estava de bom tamanho.

Em 1940, o Grupo Escolar de Pilar do Sul passou a ser denominado de Grupo Escolar “Padre José de Anchieta” e contava, então, com 134 alunos matriculados.

Até o ano de 1940, o Grupo Escolar não possuía prédio próprio e mantinha suas atividades em um prédio alugado pela Prefeitura Municipal. Em 10 de abril de 1940, a Prefeitura Municipal de Pilar do Sul contratou a empreiteira do engenheiro civil Antonio Mendes para a construção do prédio do grupo escolar. Foi paga pela obra a importância de Cr.\$ 79.000,00, obtida junto ao Governo do Estado em duas parcelas. As obras começaram em vinte dias após a assinatura do contrato e deveriam ser concluídas em cento e oitenta dias.

No dia 12 de maio de 1941, data do 50º aniversário de fundação de Pilar do Sul, foi inaugurado o prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, na presença dos professores, do diretor do Departamento de Educação, Valdomiro Prado da Silveira, do Delegado Regional de

²¹ As escolas isoladas, quando se tornavam escolas reunidas, passavam a funcionar em um mesmo espaço objetivando a racionalidade das atividades e a divisão do trabalho dos professores.

Ensino, do Inspetor Escolar Cláudio Ribeiro da Silva e do Monsenhor Francisco Cangro, que na mesma ocasião benzeu o retrato do patrono do estabelecimento de ensino.

O prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta” foi construído em um período em que a imponência da arquitetura escolar das instituições públicas começava a sucumbir pela falta de recursos. Fundamentada nos princípios da racionalidade financeira e técnica, as políticas de construções de prédio previam o máximo de aproveitamento do espaço, o que resultava frequentemente em construções econômicas de traçados simples e sem muita imponência. No final do século XIX e começo do XX, os grupos escolares começaram a ser implantados no Estado de São Paulo no bojo do projeto republicano e representavam inovações na organização administrativa, pedagógica e arquitetônica, concebidas na “racionalidade científica” e na “divisão do trabalho”. Segundo Souza,

Esta modalidade de escola primária foi implantada, pela primeira vez no Brasil, no estado de São Paulo em 1893 e correspondeu, na época, a um novo modelo de organização administrativo-pedagógico da escola primária com base na graduação escolar - classificação dos alunos por grau de adiantamento – no estabelecimento de programas de ensino e da jornada de aula em um mesmo edifício-escola para atender a um número de crianças, na divisão do trabalho e em critérios de racionalização, uniformidade e padronização do ensino. (SOUZA, 1999, p. 104)

Com a implantação gradual dos Grupos Escolares, iniciou-se a construção de edifícios próprios para o funcionamento de escolas públicas em substituição às escolas isoladas.

Nesse período, os edifícios escolares possuíam uma arquitetura monumental e majestosa, com a finalidade de enaltecer a ação do poder público e conseqüentemente o novo regime, a República.

O edifício do Grupo Escolar de Pilar do Sul possuía linhas mais modestas e uma arquitetura pautada no máximo aproveitamento do espaço e higiene. Uma característica desse prédio era a simetria dos espaços que demarcavam a separação entre os gêneros. Salas para meninas e entrada pelo lado esquerdo e sala para os meninos e entrada pelo lado direito. Com exceção do pátio que era comum, no qual havia uma divisão imaginária que meninos e meninas não se atreviam a ultrapassar. Esse era um requisito de natureza moral e social que condicionou a disposição arquitetônica e as práticas escolares.

Apesar da simplicidade do prédio do Grupo Escolar Padre Anchieta, com formas singelas e poucas salas se comparado com prédios escolares de outros lugares e tempos, para a cidade de Pilar do Sul ele representou o progresso e a grandeza do povo pilarense.



Figura 39 – Prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta” na década de 50.
Fonte: Arquivo da E. E. “Padre Anchieta”.



Figura 40: Prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta” na década de 60.
Fonte: Arquivo pessoal do auxiliar de direção Vicente Iane

Em 1951 e 1953, o prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta” foi ampliado, para melhor atender à demanda de alunos, com a manutenção de seus traços originais. Apesar das reformas, o prédio continuou com problemas estruturais, que eram uma das reclamações mais constantes dos inspetores escolares. Em várias visitas do Inspetor Escolar ele registra no livro de visitas a falta de condições dos sanitários, a má conservação do telhado, a necessidade de reforma, a troca do forro, a construção de mais salas de aula etc.

De 1922 até 1946, o Grupo Escolar Padre Anchieta funcionou apenas em um período de aulas. De 1947 até 1951, funcionou em dois períodos: das 8h às 12h e das 12h às 16h. De 1952 a 1954, funcionou em três períodos de aulas: das 8h às 11h, das 11h às 14h e das 14h às 17h, e, em 1958, retornou a funcionar apenas em dois períodos de aulas mantendo-se desta forma até 1962, pois em 1959, começou a dividir seu espaço com o Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

5.3.1 Os professores

Encontramos poucos documentos sobre os professores do Grupo Escolar “Padre Anchieta”: Mapas de movimentação de 1922 a 1976; Livro Ponto de 1952 a 1975, Livros de Nomeação dos Professores de 1922 a 1960 e Livros de Termos de Compromisso 1960 a 1968. Os Mapas de movimentação e os Livros Ponto possibilitam construir uma lista com os nomes de todos os professores que lecionaram no Grupo Escolar “Padre Anchieta”, com sua respectiva formação e cidade de origem. No Livro de Nomeação dos Professores e nos Livros de Termos de Compromisso, apesar de eles contemplarem vários anos do período estudado, o registro é esporádico, o que evidencia que grande número de professores não foram registrados nesses documentos. Esse conjunto de fontes, juntamente com as fontes orais possibilitou apresentar um pouco da formação dos professores e do seu cotidiano no Grupo e na cidade.

Todos os professores que lecionaram no Grupo Escolar “Padre Anchieta” tinham formação na escola normal. A grande maioria estudou na Escola Normal de Itapetininga e em Sorocaba e ingressou por meio de concurso na carreira do magistério. Esses professores atuaram primeiro em escolas isoladas rurais de Pilar do Sul e de outras cidades, para depois assumirem o grupo escolar por meio de remoção.

Até a década de 1950, as remoções tinham caráter de promoção, pois eram a oportunidade de sair da escola rural para ingressar no grupo escolar. Essa remoção era baseada na porcentagem de promoção dos alunos. Em 1960, o critério passou a ser o merecimento e assim o professor passou a ser avaliado pelas atividades desempenhadas na escola.

De acordo com os registros do Livro de Nomeação de Professores do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, até o final da década de 1950 a maioria dos professores que lecionavam no grupo escolar era efetiva e vinha de outras cidades. Segundo depoimentos de ex-professores do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, os professores ficavam hospedados em casas de família ou pensões e por isso sempre acabavam ficando pouco tempo no grupo escolar, uma vez que pediam remoções para escolas mais próximas de suas cidades.

A análise dos Livros dos Termos de Compromisso e dos Livros de Nomeação revela o que se esperava desse profissional: formação técnica adequada, competência, dedicação, honra, senso de dever e principalmente valores morais adequados. Critérios que eram avaliados por exames que certificavam mais que o desempenho do aluno: mediam a

competência do professor. Competência que perpassava a valorização e o reconhecimento público.

Dentre o conjunto de fontes, encontramos apenas uma fotografia do corpo docente do Grupo Escolar “Padre Anchieta”. A fotografia registra a prevalente presença feminina no magistério. Os dois personagens masculinos ocupavam o cargo de assistente de diretor e diretor do grupo escolar.



Figura 41: Professoras, funcionárias, assistente de diretor e diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, no final da década de 1960.

Fonte: Arquivo pessoal do assistente de direção Vicente Iane

5.3.2 Os alunos

Analisando as Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”²² podemos destacar evidências da organização pedagógica, dos espaços e do tempo do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, e como essa organização era utilizada para a disciplina dos alunos, tendo em vista uma formação com princípios morais, cívicos e patrióticos considerados ideais.

Segundo orientações feitas aos professores encontradas nas Atas das Reuniões Pedagógicas, o tempo era administrado com regras rígidas. Os alunos, ao soar do primeiro sinal, deveriam se organizar por tamanho (do menor para o maior) em filas no pátio da escola e esperar pelo professor em silêncio; ao soar do segundo sinal, o professor conduzia o grupo de alunos para o culto à bandeira ou para a sala de aula. O culto à bandeira, conforme ordens do diretor, acontecia diariamente ou apenas aos sábados. Os alunos que chegassem atrasados eram impedidos de entrar. Ao final das aulas, após a Oração à Bandeira, eram conduzidos, em filas, até o portão de saída.

²² Livro Ata das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta” dos seguintes anos: 1939 a 1942; 1943 a 1947; 1951 a 1953; 1952 a 1953; 1956 a 1958; 1963; 1966 a 1969; 1969 a 1972.

O culto à bandeira era um momento no início da aula em que os alunos cantavam o Hino Nacional, entre outros hinos, como da Independência e da Bandeira, dependendo do diretor. Quando o culto à bandeira acontecia aos sábados, nos outros dias, no início das aulas, os alunos em suas salas aprendiam cantos e poesias diversas.

Quanto à entrada dos alunos estes formarão a fila no pátio onde recitarão a Oração à Pátria e cantarão em conjunto os hinos. Quanto a saída, cada professor em sua classe fará juntamente com os alunos a Oração a Bandeira, para consolidação e aumento do amor e respeito à Pátria (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA”, 1957, p. 3).

Segundo depoimento de Eunice Mendes²³, ex-aluna do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, as diferentes turmas eram organizadas em filas e conduzidas pela professora ao pátio da escola para entoar o Hino Nacional, da Independência, da Bandeira entre outros. Apesar da seriedade do momento e rigidez das regras, as alunas sempre encontravam alguma forma de fazer algumas brincadeiras, tais como cantar o hino errado, cutucar o colega, paquerar os meninos, entre outras brincadeiras, e por isso sempre sofriam represálias.

Notando indisciplina nas filas, pediu a Sra diretora aos professores que fizessem recomendações aos alunos para comportarem na formação das mesmas e recomendar ainda o bom comportamento das crianças na rua. Deverá cada professor organizar um quadro de honra com nome dos alunos que destacarem pelo bom comportamento, aplicação e assiduidade, que colocará em lugar bem visível na classe (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA”, 1958, p. 10).

Outra forma de disciplinamento era o uniforme escolar que, de acordo com a Ata da Reunião Pedagógica de 1953 e 1957 juntamente com depoimentos recolhidos de ex-alunos, era verificado todos os dias. Verificava-se se os alunos estavam com o uniforme completo e limpo; caso estivesse faltando alguma peça do uniforme os pais eram comunicados, e se o caso se repetisse o aluno era impedido de frequentar as aulas naquele dia.

Os professores devem ter o máximo cuidado com os uniformes dos alunos, verificando, se possível todos os dias, se não se apresentam sujos, rasgados, sem botões etc (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA”, 1953, p. 36).

Em 1957, o uniforme era composto de saia azul marinho com pregas, para as meninas, ou calça para os meninos, blusa branca com bolso bordado com as iniciais do grupo e a lista correspondente aos anos de adiantamento em azul, sapatos pretos e meias brancas. Podemos observar o uniforme feminino na foto a seguir:

²³ Eunice Loureiro Mendes, nascida em Pilar do Sul, foi aluna do Grupo Escolar “Padre Anchieta”. Depoimento concedido em janeiro de 2012.



Figura 42: Menina vestida com uniforme do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.
Fonte: Arquivo pessoal família Takahashi

Para caracterizar o corpo discente e apresentar quem era atendido pelo Grupo Escolar “Padre Anchieta”, utilizamos fontes iconográficas, fontes orais e os livros de matrícula dos alunos.

Não encontramos os livros de matrículas de todos os anos referentes ao período investigado. Trabalhamos com dezessete livros (1934 a 1941; 1951 a 1976). Os livros do período entre 1942 e 1950 não foram encontrados. Os livros de matrícula eram divididos por gênero. Havia um livro que registrava a matrícula das meninas e outro dos meninos. Encontramos informações sobre ano, série, idade, nacionalidade e residência do aluno e a nacionalidade do pai. A partir de 1966, foi possível conhecer também a nacionalidade da mãe. A profissão da mãe só era declarada quando o pai era desconhecido ou falecido.

Não restringimos a análise às matrículas do primeiro ano, mas contemplamos as matrículas de 1ª a 4ª série, pois consideramos que o aluno poderia frequentar alguns anos em uma das escolas isoladas e depois ingressar no grupo escolar.

A maioria dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” era constituída de brasileiros, porém o total de descendentes de outra nacionalidade chegou a 10% em 1941 (as nacionalidades contempladas foram a húngara, portuguesa, italiana, espanhola, alemã, russa, síria, tcheca, inglesa e austríaca), enquanto que descendentes de japoneses são registrados pela primeira vez em 1951 e chegam a 20% em 1963, mantendo a média até o final do período estudado. Em todo período investigado, 89% dos pais eram brasileiros, 9,9% japoneses e 0,8% de diferentes nacionalidades. Consideramos importante destacar que apesar de a figura 43 registrar a presença dos descendentes de japonês a partir de 1951, segundo o depoimento do ex-aluno Nagahama, desde 1945 seus irmãos frequentavam o Grupo Escola “Padre Anchieta”. Contudo, como registramos anteriormente, não encontramos os livros de matrícula do período entre 1942 e 1950.

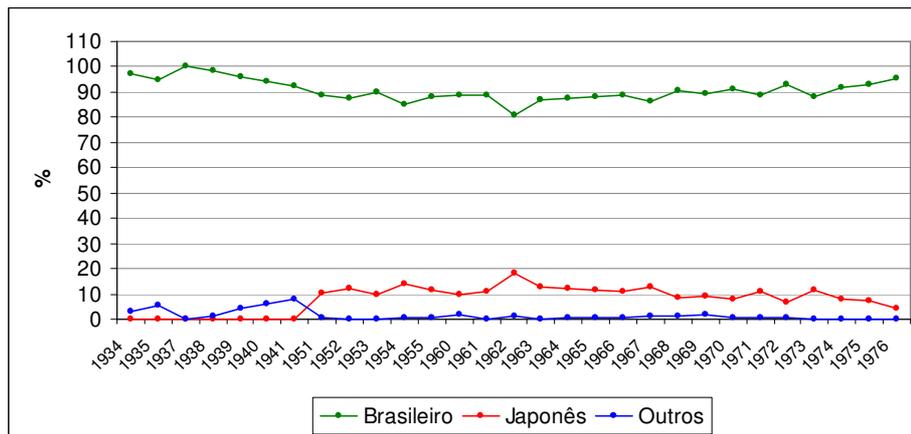


Figura 43: Nacionalidade dos pais dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” (1934-1976).

Fonte: Elaboração própria baseada nos registros dos Livros de Matrículas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

Observa na Figura 44 que os alunos matriculados no grupo escolar entre 1934 e 1951 declaravam que moravam em Pilar do Sul, sem definir a região ou o endereço na cidade, o que foi identificado na figura como indefinido. A partir de 1952, a maioria dos alunos, um total de 60%, residia no centro da cidade, enquanto que o número de moradores do subúrbio (bairros Campo Grande, Peixinho e Santa Cecília) começou a crescer, chegando a 39% em 1975. Podemos observar que a média em todo período é de 22% de moradores na zona rural; destacamos também que os alunos moraram no internato a partir de 1962. No período investigado, 10% declarava como moradia “Pilar do Sul” (que classificamos como “indefinido”), metade da população morava no centro, 22% no subúrbio, 19,4% na zona rural e 0,9% no internato japonês.

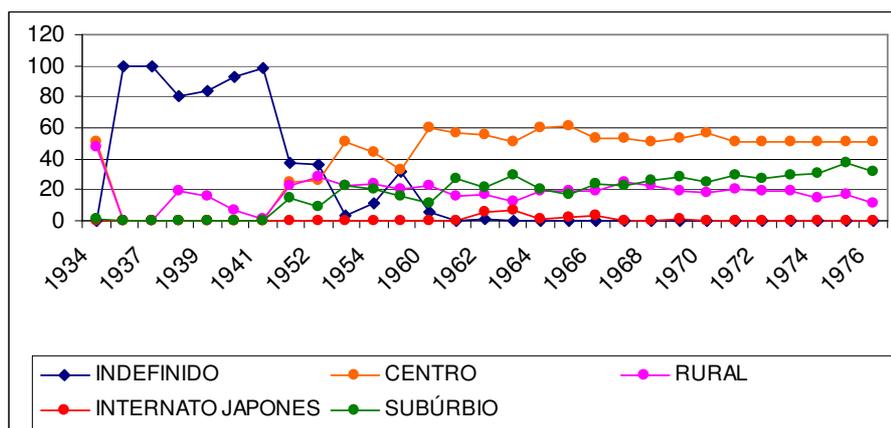


Figura 44: Percentual de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, por local de residência (1934-1976).

Fonte: Elaboração própria baseada nos registros dos Livros de Matrículas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

Cerca de 72% dos pais moravam na cidade (centro e subúrbio) e a maioria trabalhava principalmente como lavrador 48%, mas havia também comerciantes, 9,6% e os demais prestadores de serviços. Os pais que se declararam operários, 5,4%, trabalhavam na Usina Batista, na Usina Jorda Flor e nas serralherias da cidade. As profissões que apareceram menos

de cinco vezes foram denominadas como “outros”. Os dados são referentes à profissão do pai, uma vez que nos livros de matrícula só havia informações da profissão da mãe quando o pai era desconhecido ou falecido. A partir de 1966, houve alguns registros de informações sobre a profissão do pai e da mãe.

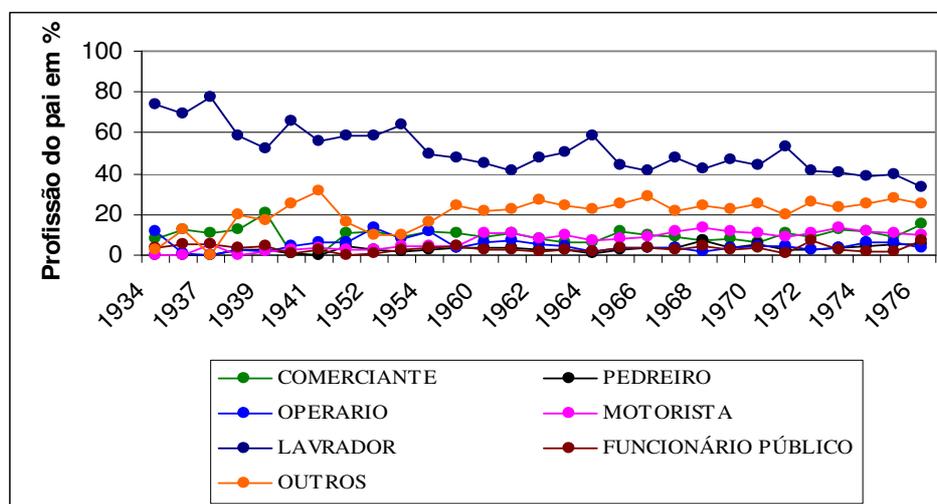


Figura 45: Percentual das profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.

Fonte: Elaboração própria baseada nos registros dos Livros de Matrículas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

Analisando os Livros de Matrículas, podemos considerar que os alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” eram, em sua maior parte, brasileiros, e quando descendentes de outra nacionalidade, a maioria era japonês. A maior parte morava na cidade, o que facilitava a frequência ao grupo escolar, e a maioria dos pais trabalhava na lavoura.

No conjunto de fontes reunidas encontramos algumas fotografias de classes escolares. As fotografias escolares, como adverte Souza (2001), foram muito difundidas a partir do início do século XX. A esse gênero fotográfico “vincula-se a disseminação do valor social da escola na sociedade brasileira (...) por meio da qual, a turma de alunos corresponde à classe, à série, cujo encerramento do ano letivo compreende um momento digno de ser registrado e recordado” (SOUZA, 2001, p. 79).

O conjunto de fotografias de classes escolares aqui analisado se refere às décadas de 1950 e 1960 e pertencem ao arquivo pessoal da professora Eloisa Cruz Proença²⁴. Elas trazem flagrantes da história de vida da professora Eloisa como aluna, professora e diretora do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.

Todas as fotografias foram tiradas ao ar livre, em frente do prédio escolar, com exceção da figura 46, em que não identificamos o cenário de fundo. São fotografias pousadas.

²⁴ Eloisa Cruz Proença, ex-aluna, foi professora e diretora do Grupo Escolar “Padre Anchieta – documentos e depoimentos concedidos 2012

Para possibilitar o enquadramento, os alunos são organizados em fileiras, acompanhados do professor e às vezes do diretor.

Segundo Souza (2001, p. 88), as fotografias de classes expressam a ordem escolar, a estrutura dos grupos escolares, a hierarquia e a racionalidade da divisão das escolas. O conjunto de fotografias a seguir revela o movimento da ordem escolar no Grupo Escolar “Padre Anchieta”, e como a ordem escolar foi se modificando durante a década de 1950 e 1960.

As fotografias da década de 50 sugerem serenidade, disciplina e obediência. As crianças estão sérias, poucas emitem um sorriso discreto, as pernas estão juntas e os braços próximos ao tronco, demonstrando o disciplinamento dos movimentos e a seriedade, comportamentos aprendidos diariamente na escola.



Figura 46: Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” juntamente com professor e diretor, década de 1950.

Fonte: Arquivo pessoal professora Eloisa Cruz Proença



Figura 47: Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” juntamente com professor e diretor, década de 1950.

Fonte: Arquivo pessoal professora Eloisa Cruz Proença

As fotografias do final da década de 60 revelam o início de mudanças na ordem escolar, demonstrando um pouco mais a espontaneidade da infância. Apesar da disciplina e da ordem imposta, os sorrisos são espontâneos e a alegria da infância se revela. Outra evidência do início de mudança na ordem escolar está no uniforme registrado nas fotografias. Há meninas de calça comprida, o que, de acordo com as Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e depoimentos de ex-alunos era proibido, uma vez que o uniforme das meninas era composto por saia e camisa.



Figura 48: Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, juntamente com a professora, final da década de 1960.

Fonte: Arquivo pessoal professora Eloisa Cruz de Proença



Figura 49: Turma de alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, juntamente com a professora, final de década de 1960.

Fonte: Arquivo pessoal professora Eloisa Cruz Proença

As fotografias de classe expressam o comportamento permitido na escola, ou seja, o comportamento desejável. As fotografias revelam a presença dos japoneses ou descendentes nas classes do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, submetidos, portanto, aos mesmos padrões morais, normas e regras de comportamento dos alunos brasileiros.

5.3.3 Os alunos japoneses e descendentes no Grupo Escolar “Padre Anchieta”

As crianças japonesas ou descendentes que moravam mais próximas da cidade começaram a frequentar o Grupo Escolar “Padre Anchieta” a partir de 1946. A matrícula dos japoneses nisseis e sanseis²⁵ aumentou a partir de 1962 com a fundação da Escola de Língua Japonesa e Internato, que permitiu que as crianças que moravam nas colônias mais distantes frequentassem o grupo escolar desde o primeiro ano ou apenas o quarto ano, pois nas escolas isoladas os estudos progrediam até o terceiro ano primário. Podemos observar na figura 50 o aumento de matrícula dos alunos descendentes de japonês em 1962.

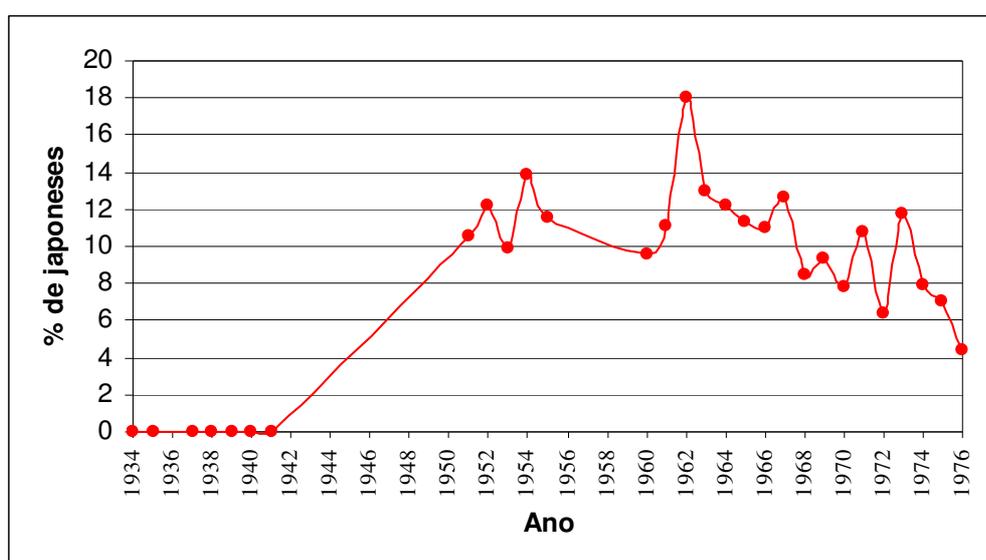


Figura 50: Percentual de matrícula de alunos japoneses ou descendentes no Grupo Escolar “Padre Anchieta”.

Fonte: Elaboração própria baseada nos registros dos Livros de Matrículas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

As famílias japonesas ou de descendentes valorizavam a educação e se preocupavam com a educação dos filhos. Era uma preocupação trazida por aqueles que viveram a Era Meiji, que dava prioridade à educação. Essas famílias priorizavam o modelo japonês, mas consideravam importante que as crianças frequentassem as escolas nacionais, já que estavam vivendo no Brasil.

Como a prioridade era a educação nos moldes japoneses, a criança aprendia primeiro a língua japonesa.

Assim como os alunos japoneses das escolas isoladas, os do Grupo Escolar tinham um vocabulário muito restrito em português, o que dificultava a aprendizagem dos conteúdos de

²⁵ Descendentes nascidos no Brasil. Usa-se “nissei” para designar o(a) filho(a) do imigrante (2ª geração no Brasil) e “sansei” para se referir a netos do imigrante (3ª geração no Brasil).

Língua Portuguesa e principalmente o processo de alfabetização. Essa situação gerava preocupação nos professores, pois todo aluno deveria concluir o 1º ano primário alfabetizado.

Os professores se utilizavam de castigos físicos para corrigir os erros dos alunos, fossem eles de conduta, moral, ou aprendizagem. Os alunos japoneses ou descendentes eram chamados pelos professores de “olhos puxados”, “cara chata”, o que acabava incentivando as brincadeiras e xingamentos entre as crianças.

Os alunos japoneses e descendentes sofriam com a repressão dos professores e com as brincadeiras dos demais alunos, que não era reprimida pelos professores. A ex-aluna Helena Silva, do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, descreveu em seu depoimento uma situação na qual os alunos debochavam de um aluno descendente de japoneses:

Quando eu estudava, no grupo escolar tinha dois irmãos, Jorge Kaque e Mario Kaque. O Mario Kaque estudava na minha sala e sempre falavam para ele Mario cagado, Kague, cagado (DEPOIMENTO SILVA, 2011).

Esse trecho do depoimento de Silva revela uma das brincadeiras que os alunos faziam. As brincadeiras em forma de deboche com os alunos japoneses ou descendentes eram frequentes. Os ex-alunos japoneses ou descendentes declararam que não gostavam das brincadeiras, que sofriam com os castigos impostos pelos professores e por isso preferiam frequentar antes as atividades da escola japonesa do que as atividades do grupo escolar.

Eu não gostava de ir na escola, apanhava muito da professora. Eu não sabia fala, até hoje não sei direito. Apanhava dos professores porque não sabia ler e porque às vezes brigava com os outros alunos que ficavam me xingando de cara chata (DEPOIMENTO YAMASAKI, 2011).

De acordo com os livros de matrículas do “Grupo Escolar Padre Anchieta”, a maioria das crianças descendentes de japonês morava na zona rural, com exceção do ano de 1962, em que a maioria declarava morar na Escola de Língua Japonesa e Internato. Em todo período investigado, 55% das crianças descendentes de japonês moravam na zona rural, 32% na cidade (centro e subúrbio) e 8,8% na Escola de Língua Japonesa e Internato. Os que declararam simplesmente “Pilar do Sul” foram registrados como “indefinido”.

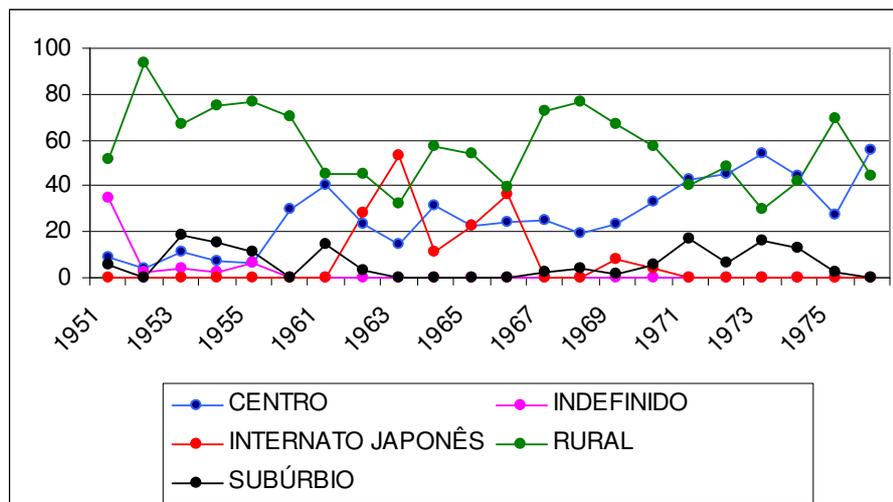


Figura 51: Percentual de alunos descendentes de japoneses do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, por local de residência (1951-1976).

Fonte: Elaboração própria baseada nos registros dos Livros de Matrículas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

Conforme apresentado na Figura 52, 77% dos pais japoneses trabalhavam no campo.

Pais cujas profissões eram braçais, tais como: mecânico (3,0%), motorista (3,1%), carpinteiro (1,4%), operário (0,9%) e outros (6,2%) não somavam o total de 15% e comerciantes (7,1%). Esses dados sugerem que a grande maioria exercia a profissão de lavrador.

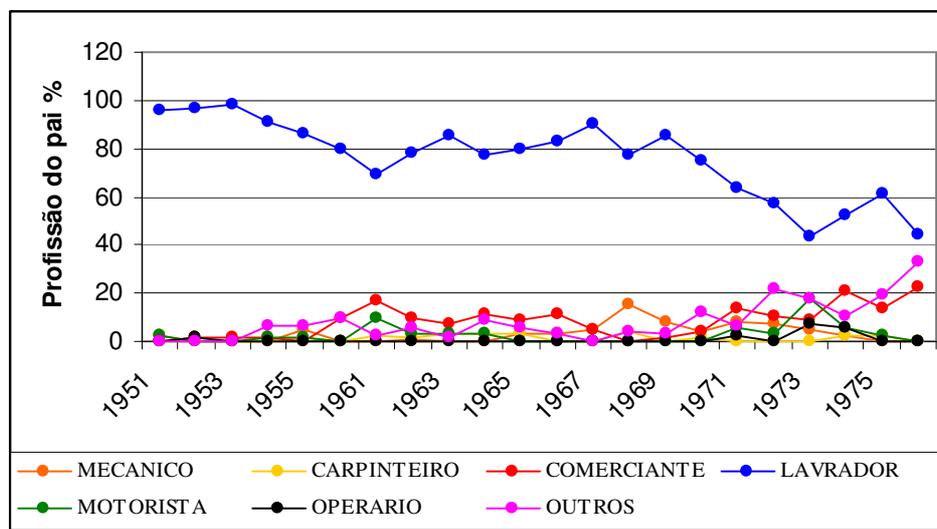


Figura 52: Percentual das profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta” (1951-1976).

Fonte: Elaboração própria baseada nos registros dos Livros de Matrículas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

5.3.4 A Organização pedagógica do Grupo Escolar Padre Anchieta

O Grupo Escolar foi organizado no Estado de São Paulo dentro do projeto liberal dos republicanos paulistas, sob uma perspectiva liberal de educação, que a considerava como instrumento para formação do cidadão e elemento propulsor da nação brasileira. Nesse

processo, a escola primária foi reorganizada como novas finalidades, concepções educacionais e organização de ensino, incorporando elementos da modernização educacional em voga nos países considerados civilizados.

Segundo Souza (1998, p. 12), “... o método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi paulatinamente substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo...”.

Para os reformadores do ensino primário no começo do século XX, educar era mais que instruir, e essa diferença estava ligada a uma concepção de ensino de que educar presumia um compromisso com a formação integral da criança, que ia além de meramente transmitir os conhecimentos, mas implicava a formação do caráter, disciplina, honestidade, respeito à autoridade, patriotismo e tudo o que, acreditava-se, vinha contribuir com o espírito de nacionalidade.

Nesse processo de organização e reorganização, até 1968 a escola primária passou por nove reformulações em seu programa, mantendo, porém, praticamente o mesmo conjunto de matérias estabelecidas no final do século XIX. Analisando os programas, é possível perceber uma relativa constância nos conteúdos e, por outro lado, uma constante variação sobre a metodologia de ensino.

Segundo Souza (2009, p. 83), essa variabilidade das metodologias de ensino pode ser influência das inovações educacionais, enquanto que a estabilidade cultural indica a prevalência, ao longo do século XX, das finalidades sociopolíticas e culturais do ensino primário.

O Grupo Escolar “Padre Anchieta” foi fundado em um período em que predominava o ideário da Escola Nova, movimento renovador que reivindicava a institucionalização da escola pública laica, sua expansão e igualdade de direitos entre os gêneros. Os horizontes eram os da regeneração da sociedade brasileira e da transformação do país. O ideário vinculava um projeto político a um projeto educacional que articulou questões pedagógicas, como métodos e processo de ensino, às questões sociopolíticas, como a ordenação do trabalho e a construção da nacionalidade.

É um período de reconfiguração do campo educacional. Como toda mudança é gradual, esse período foi permeado pelas lutas de representações que definiram o modo pelo qual educadores paulistas, professores e administradores do ensino atuaram no sentido de concretizar a renovação pedagógica no âmbito das práticas escolares.

Os professores do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e das escolas isoladas rurais recebiam orientações em relação à organização escolar e suas práticas nas reuniões

pedagógicas. Essas reuniões eram realizadas mensalmente, presididas pelo diretor ou pelo inspetor de ensino de Sorocaba, e divididas em parte administrativa e pedagógica. Na parte administrativa eram socializadas informações, circulares da Delegacia de Ensino ou do Governo do Estado e, na parte pedagógica, era proporcionado um momento de estudo e orientações à prática pedagógica.

Quando analisamos as atas das reuniões pedagógicas, temos a clareza de que estamos lidando com o que Faria Filho (2005, p. 52) denomina como “práticas de prescrição de práticas, ou seja... lidando com culturas escolares prescritas do que culturas escolares praticadas no interior das escolas”. Consideramos esse documento importante para poder compreender a dinâmica da política do Estado e como ela é prescrita na escola.

Podemos observar nas atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, referentes ao período de 1934 a 1972, uma constante importância dada ao caráter cívico patriótico, que perpassava todas as disciplinas, fruto da influência de alguns pensadores, da política do Estado Novo a partir de 1937 e de peculiaridades locais. Na década de 1930, o que se destacava era o Culto à Bandeira, a Semana da Pátria, a Semana Pan-Americana, entre outros.

Mesmo quase meio século depois da reforma da escola primária republicana, o Grupo Escolar “Padre Anchieta” manteve como a finalidade do ensino primário a formação integral da criança. As aquisições básicas de leitura, escrita, cálculo, conhecimento do mundo natural, físico e social cumpriam uma mesma finalidade, a formação cívico-patriótica, que em sua essência é mantida em todo período investigado, apesar de mudanças no governo.

No Grupo Escolar “Padre Anchieta”, a formação integral significava oferecer conhecimento sobre normas de escrita, leitura, contagem e principalmente orientação no sentido de amadurecimento de noções de moral, educação social e cívica e de higiene, que deveriam ser incorporadas à prática cotidiana do aluno.

A formação do espírito cívico patriótico era o eixo central das práticas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, permeando todas as disciplinas do programa que, em 1941, era composto pelas seguintes disciplinas: Linguagem oral e escrita, Aritmética, Geometria, Geografia e Cartografia, História, Instrução Moral e Cívica, Ciências, Trabalhos Manuais, Música e Ginástica e Desenho.

O que ensinar e como ensinar em cada matéria são orientações presentes nas atas das reuniões pedagógicas. Os exercícios eram um dos componentes importantes na metodologia de ensino.

No horário das disciplinas, a Linguagem e a Aritmética ganham um espaço prioritário, com uma carga horária maior e especificações:

Circular nº 5 de 1941 sobre o horário: segundas, quartas e sextas-feiras a primeira hora que é consagrada ao ensino de Linguagem, o professor seguirá somente, a hora pedagógica a qual deve ser preenchida com Leitura, Linguagem oral e escrita. Nas terças e quintas-feiras nessa mesma primeira hora os alunos farão leitura em livro classe, seguida de crítica e correção. Na segunda hora destina a Aritmética e Geografia, o professor deve fazer um trabalho de coordenação, exercício com assunto tratado na Linguagem anterior. Ensino da Aritmética deve ser todo de coordenado com as demais matérias como Geografia, História, Ciências que devem ser objetivas e ilustradas (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR PADRE ANCHIETA, 1941, p. 16-17).

Nas Atas das Reuniões Pedagógicas e nos depoimentos de ex-alunos e professores podemos observar a preocupação com a aprendizagem da língua pátria, devido à forma como a população local falava e principalmente devido à presença da imigração japonesa, que tem muita dificuldade de falar o português e, traz, inevitavelmente, estrangeirismos para o idioma. As atividades de linguagem oral e escrita se constituíam em uma ação que moldava o comportamento. Falar com “moderação no tom de voz, velocidade de razoável pronúncia”, escrever com correção e letra legível são demonstrações de uma cultura erudita, e o grau de cobrança aumentava conforme a criança avançava nos estudos.

Metodologia da Língua Pátria, foi objeto de um curso de férias frequentado pelo senhor diretor, iniciando sua exposição, disse o senhor diretor: que a língua pátria está ligada ao ambiente da criança daí a necessidade do entrelaçamento entre Escola e Família nas reuniões mensais da Associação de Pais e Mestres; que a metodologia da Língua Pátria estava dividida em áreas: Leitura, Linguagem oral e Escrita. Quanto à leitura disse que ler é pensar é compreender é reagir é integrar-se que a leitura silenciosa é a mais importante, mais usada, mais proveitosa, mais rápida e mais compreensiva; que a leitura tem duas espécies: Básica e Funcional; na Leitura Básica a criança aprende a ler e na leitura Funcional ela se informa estuda e é recreativa. O objetivo principal da leitura é a compreensão do que se lê e o professor deve dar independência e capacidade ao leitor para empreender o que lê; consciência ao leitor para compreender o que lê; formar o leitor crítico que avaliar a leitura formar bons hábitos de um bom leitor. A seguir explicou os fatores que interferem na leitura normal; as habilidades para compreensão de leitura: 1) selecionar e compreender as idéias principais; 2º observar a sequência dos fatos; 3º guardar os pormenores importantes; 4º avaliar o que foi lido e 5º antecipar as idéias da leitura. Deu a seguir uma sugestão para um plano semanal de aulas de leitura: 1º motivação e vocabulário; 2º leitura silenciosa e comentário, 3º leitura oral; 4º atividades relacionadas; 5º atividades de enriquecimento; 6º aplicação. Continuando disse que o livro de leitura deve ficar em classe, as lições devem ser interessantes e oportunas, bem preparadas; e o plano de aulas semanais é flexível. Quando a Linguagem oral disse que é um processo de socialização da criança de ajustamento da criança na casa, na escola e na sociedade; é fator importante na leitura, na ortografia e na composição. Seu objetivo é habituar a criança a falar com clareza, simplicidade e espontaneidade e usar

bons hábitos sociais de conversação. Seu conteúdo deve ser o ambiente próprio da criança no lar, na escola e na sociedade. Seu desenvolvimento deve ser através de atividades de audição de conversação de discussão de telefonemas, estórias, de histórias, de pantominas, de dramatizações, de poesias e de cântico falado, seguindo-se o programa oficial do curso primário (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA”, 1964, p.16).

Assim como escrever, ler e falar eram habilidades importantes, a letra legível também o era, pois era uma forma de demonstração de cultura erudita. Por isso, no Grupo Escolar “Padre Anchieta” havia uma atenção especial ao ensino de caligrafia.

o ensino da caligrafia nos diversos graus. Devem ser traçadas, as linhas no quadro-negro e dar parceladamente a sentença, depois as palavras e finalmente as letras de modo que a criança observe os movimentos executados e reproduza o que observa. As letras dobradas devem bater na linha de cima e as de hastes não. Conselhos relativos ao assunto foram lembrados, como o traçado da palavra de uma só vez, sem tirar o lápis, a pena ou o giz (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO escolar “PADRE ANCHIETA”, 1959, p.14).

A aprendizagem da língua e a alfabetização eram tarefas primordiais da escola e as linguagens oral e escrita deveriam ser cuidadosamente ensinadas dentro dos princípios do método analítico-sintético da Escola Moderna, isto é, do todo para as partes, da sentença às palavras e sílabas, com aulas interessantes, para que as crianças se concentrassem na leitura e na escrita. As instruções sobre como ensinar eram prescritas com detalhes:

Primeiro ano: Na linguagem escrita deve ter a criança principalmente, com o auxílio da linguagem oral, a seqüência lógica das idéias, tendo sempre em vista o pensamento claro. Fazemos isto por meio de exercícios, jogos tendentes à aquisição escrita e oral. Das letras não usamos os exercícios ritmos cantando, no quadro negro e no papel. Entretanto nos exercícios gráficos que visem as formas das letras não se deve ter a preocupação da forma perfeita. Para a correção da pronúncia nunca deixar passar a oportunidade de corrigir as palavras erradas próprias da criança. Devemos dar exercícios para a correção da escrita vencendo as dificuldades de certas letras ou grupos consonantais. Esses exercícios deverão ser feitos em pauta de pauta dupla. Para alfabetização da criança usamos o as sentenças e da sentenças tira as palavras, as sílabas e finalmente a letras. Esse método é analítico-sintético da Escola Moderna. Como exercícios, usamos cópia de palavras, de sentenças, ordenar; formar e completar sentenças e ditado. Convém notar que para a correção do ditado ser eficiente deve-se fazer na lousa, aluno por aluno, e corrigir momentaneamente. Depois, fazer o ditado na folha de papel, corrigido pela professora. Por último, passado a limpo pelo aluno. Segundo ano: Considerando que a criança no segundo ano inicia-se propriamente dito, na linguagem escrita, o professor deverá ter como objetivo principal a orientação, da criança. Assim sendo, todo trabalho escrito deverá ser muito bem preparado para depois ser executado. Para isso, nado mais prático e objetivo que o sumário. Desenvolver bem a observação da criança fator principal para os trabalhos de reprodução, descrição, narração, formação de sentenças à vista de gravuras. Fazer a criança compreender a necessidade do capricho, da ordem, da limpeza e da caligrafia. Terceiro ano: Levar em consideração o ambiente e a maturidade do aluno, devemos não esquecer dos fatos em relevância como motivação.

Deve-se aproveitar todas as matérias globalizando as atividades. Como fazer os trabalhos escritos: a) não devem ser extensos; b) instruir a classe para que verifiquem os trabalhos estimulando a auto-correção dos mesmos; c) dosagem da matéria a ser ensinada, d) observar execução e ter a cooperação da classe na correção geral, e) seguir três fases: preparo, execução e correção. Quarto ano: O professor deve fazer um apanhado geral do trabalho e deixar o aluno à vontade para desenvolver seu trabalho que assim será uma criação sua. Na correção o próprio aluno recorrerá ao professor. A forma certa deverá ser copiada na lousa e no caderno do aluno (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA” E ESCOLAS ISOLADAS RURAIS, 1963, p. 49).

As atividades de leitura eram feitas de palavras, sentenças escritas pelos professores na lousa, evoluindo para os livros de leitura ou para as cartilhas. Era enviada pelo Estado uma lista de livros e cartilhas para que os professores escolhessem no início do ano letivo quais iriam adotar. Deveriam ser escolhidos bons livros que preenchessem todos os quesitos de uma pedagogia moderna de “fácil manuseio e interessante”. Os livros mais utilizados pelos professores no período referente a 1959 e 1963 eram *Caderno de Alfabetização*, de A. Fagundes, *Primeiras Lições Úteis*, de Abreu Sodré, *Cartilha Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima, *Tesouro das Crianças*, de Antonio D’Avila, *Meu Segundo Livro*, de Aracy Hildebrand, *Seleção Escolar*, de Maximo Moura Santos, as Coleções Sodré, de Abreu Sodré, e *Brasília*, de Daisy Brescia.

No Grupo Escolar “Padre Anchieta” a matemática era a segunda disciplina no horário escolar e os alunos deveriam aprender os rudimentos das primeiras operações por meio do concreto. A tabuada era considerada um instrumento fundamental, e no momento de abstração as situações-problema, partindo do real, eram ideais para crianças do primário desencadearem o raciocínio. Todas as atividades deveriam ser “objetivas e ilustrativas”.

A metodologia em Aritmética partia do mais simples para o mais complexo. O grau de dificuldade iria aumentando conforme os alunos avançavam o conteúdo e a série. Os professores deveriam explicar os conceitos e os exercícios em etapas. O ensino partia do oral, concreto, memorização para abstração e pretendia desenvolver o raciocínio lógico. As situações-problema deveriam ser práticas e atuais, procurando dinamizar o ensino de Aritmética. Para a memorização da tabuada eram utilizados jogos: cartões relâmpagos, relógio (multiplicar e dividir) e escadinha.

Os objetivos do ensino do cálculo no curso primário deveriam obedecer a sete etapas ou fases:

Na primeira fase trata-se da observação, tendo-se a noção de tamanho, peso e quantidade. Na segunda fase inicia-se contagem, mecânica, de memorização. Na terceira fase inicia-se o estudo dos números, composição e decomposição, ou seja soma e subtração sempre concretizando o ensino. No mês de março o aluno terá, então, a noção da unidade e sua representação

gráfica. Na quarta fase já se pode dar noção de dezena, números, pares, ímpares. Na quinta fase pode se dar números ordinais até dez. Na sexta fase ensina-se a numeração romana, horas no relógio e alguns problemas. Na sétima fase tem-se o início da taboada contando em grupo 2-4-6-8 etc. 1-3-5-7-9 etc. (Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Padre Anchieta, 1963, p.10).

Considerando o programa vigente no período de 1925 a 1949, o ensino de ciências visava o desenvolvimento intelectual dos alunos e introduzido o conhecimento como útil derivado da observação da natureza e dos objetos. O ensino de ciências estava associado aos objetos e à constituição de coleções e museus escolares. O programa estabelecia:

As primeiras noções de ciências físicas e naturais serão ministradas nesta classe (1º ano) sob a forma de pequenas lições de coisas. Deverá, portanto, esse ensino ser feito sempre com o objeto á vista, e nas mãos das crianças, ou, na impossibilidade de obtê-lo, á vista da estampa presente (Programa de ensino para as Escolas Primárias. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo: Imprensa Oficial, 1932, p.20).

Devido à precariedade de materiais do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, o ensino de Ciências aproveitava a matéria prima da localidade: o meio natural e social em que a escola estava inserida.

Assim como a Geografia e a História, a Ciências era uma das matérias importantes para a educação integral. Ela assumia o ensino de hábitos saudáveis de alimentação e higiene. Para os diretores e professores, além desse conteúdo fazer parte do programa, havia uma preocupação com a população local, que, para eles, precisava adquirir novos hábitos, mais saudáveis, tanto de higiene quanto de alimentação. Esse processo de mudança deveria começar pelas crianças, que o levariam para o seio familiar.

A higiene abarcava um conjunto de lições partindo dos cuidados com o corpo, alimentação, vestuário, habitação e até incluindo a censura de hábitos e condutas que gerassem algum mal para a saúde.

Os hábitos de higiene eram cobrados diariamente no Grupo Escolar “Padre Anchieta” e estimulados para ser multiplicados entre os familiares. Os alunos deveriam comparecer todos os dias limpos e asseados, com o uniforme escolar e calçados. Quando se estabeleceu o uso do uniforme ele não foi cobrado, até que o Caixa Escolar o provesse aos alunos assistidos; a partir daí ele se tornou obrigatório. Com o passar dos anos o uniforme foi mudando. Em 1957 ele era composto de saia azul marinho com pregas para as meninas ou calça para os meninos e camisa branca com bordado das iniciais do grupo e a lista correspondente aos anos de adiantamento em azul no bolso.

Apresentar-se diariamente na escola asseado significava uniformes limpos em perfeita ordem, cabelos cortados limpos e penteados, banho tomado, unhas cortadas e calçados nos

pés. Todos os dias, na entrada, os alunos eram observados em relação aos cuidados de higiene, mas aos sábados havia uma vistoria individual verificando unhas, cabelos, limpeza corporal e a presença de parasitas como piolhos e pulgas.

Uma prática recorrente no Grupo Escolar “Padre Anchieta”, que tinha como eixo central hábitos saudáveis e articulava todas as disciplinas do programa, era a organização de campanhas.

As campanhas tinham como objetivo moldar o comportamento, promovendo uma aprendizagem de mudança de hábitos, estimulando os cuidados com o corpo, tendo em vista um padrão considerado ideal de comportamento e conduta. Elas eram organizadas com frequência durante o ano letivo e promovidas por meio de produções de textos, desenhos e confecção de cartazes. Na semana da criança as campanhas recebiam um formato mais lúdico, com jogos esportivos, concursos, recitais e peças teatrais. Os temas eram escolhidos de acordo com as observações diárias ou ocorrências na escola ou na cidade e poderiam ser desde “Das mãos limpas”, “Do uso do lenço”, “Da limpeza dos dentes”, “Da cabeça limpa e penteada” até “Contra doenças infantis” ou “Contra a promiscuidade com animais” e “A horta escolar”. O diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta” destacava a importância da horta escolar e que essa deveria ser uma aprendizagem a ser levada para as casas. Ele considerava a “horta de grande necessidade e as suas vantagens, as frutas ótimos alimentos servindo também para refrescar que devem substituir a aguardente”.

Em 1945, após a visita e orientação do Delegado Regional de Ensino de Sorocaba, a inserção de verduras e legumes na alimentação foi tomada como bom hábito para manter a saúde.

Em sua visita ao Grupo Escolar, o Delegado Regional de Ensino falou sobre a importância de ensinar aos alunos o valor das plantas, ressaltando a importância de oferecer-lhes a sopa escolar e incentivar o cultivo de hortas domiciliares. Nas palavras do Delegado:

A horta e a sopa escolar... os professores devem nas suas escolas inculcar no espírito das crianças os benefícios de uma horta, que o nosso país é tão grande de terras tão dadas, que devem ser aproveitadas para o plantio de cereais, mas para isso, para que as crianças criem gosto pelas hortas e pelas plantas, deve o professor mostra-lhe como germinam as sementes. O nosso organismo precisa de alimentação variada, principalmente de vegetais... o Brasil necessita de homens fortes, o que seria das gerações se todas as crianças fossem desnutridas. Seriam homens inúteis (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA 1945, p. 14).

A merenda do Grupo Escolar “Padre Anchieta” deixou de ser pão e leite e passou a ser sopa. Os produtos para o preparo da sopa escolar eram doados pelos comerciantes e

agricultores da cidade, mas os alunos tinham que pagar pela merenda; aqueles que não podiam pagar e eram considerados carentes eram cadastrados no caixa²⁶.

As campanhas e demais práticas que tinham como enfoque a saúde vinculavam-se a condutas morais e ao disciplinamento do corpo, tendo em vista um padrão que era considerado aceitável socialmente.

Inseridas nessas práticas de disciplinamento do corpo e de condutas estavam as aulas de Educação Física. As idéias de construção da nação perpassaram as finalidades atribuídas a matérias como educação física e trabalhos manuais, entre outras.

Na escola primária, as aulas de educação física tinham a finalidade de formação do caráter do educando através dos jogos que deviam ser usados como prêmio ou castigo, no caso dos alunos considerados “desajustados”. O programa da disciplina, em 1963, baseado na psicologia e medicina modernas, constava de quatro itens:

a) ginástica, b) pequenos jogos, c) rodas cantadas e d) correção de atitudes, englobadas num só sistema esportivo generalizado que subdivide-se em 4 etapas: 1) aquecimento, 2) flexibilidade, 3) cran e 4) iniciativa esportiva; que o Aquecimento o nome indica há aquecimento, uma preparação das atividades através de marchas ou danças; que na Flexibilidade, também chamada de Equilíbrio desenvolve-se a dignidade inerente no aluno através de exercícios de flexão; que no Cran desenvolve-se o comportamento individual, a coragem (classe ou caráter) nas competições sem finalidade de disputa e que na Iniciação Esportiva, desenvolve o comportamento social nos jogos coletivos, que cada etapa deve constar de duas atividades. Continuando o senhor diretor explicou que não se deve dar jogos de futebol às crianças porque o chute atrofia as hepífises dos ossos do pé; que os jogos devem ser coletivos nunca um aluno contra outro; que não devem dar saltos em profundidade para as meninas, que não se deve fazer exercícios respiratórios pois a respiração deve ser normal; que os jogos e danças são libertação de impulsos que deve ser disciplinada; que a criança que joga educa-se socialmente, educa-se o espírito, combate-se o egoísmo, forma-se o caráter individual e social, forma-se uma sociedade evoluída, que nos jogos, sem falar diretamente à criança errada, corrigir atitudes, físicas, sociais e morais do aluno através de exercícios e conselhos especiais resolvendo-se problemas de pés chatos, andadura, posições em pé ou sentadas na cadeira, desvios de espinha dorsal na cifose, lordose, costas chatas (ATA DA RUNIÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA”, 1963, p. 5).

O ensino de Geografia tinha como principal objetivo levar a criança à observação e conhecimento do ambiente ao seu redor e da influência do meio sobre a vida do homem, bem como de todos os fatos cósmicos e biológicos que influenciam na vida humana, tais como o

²⁶ O caixa escolar era uma associação de auxílio aos alunos do Grupo Escolar. Os sócios pagavam uma taxa mensal que era revertida para a compra da sopa escolar, de materiais escolares e de uniformes para as crianças necessitadas.

solo, o clima, o relevo, as formas de vida vegetal e animal, questões políticas e sociais do país. O ensino não deveria ser somente um catálogo de fatos; os alunos deveriam estudar as causas que produzem os fenômenos e os fatos geográficos.

O conhecimento do ambiente ao redor acontecia em etapas, começando pelo espaço imediato, carteira, sala de aula, escola, localização geográfica da escola, nome das ruas, descrição do caminho da casa a escola e gradativamente a cidade, o Estado e o país.

A Geografia e a História também eram disciplinas que deveriam desenvolver nas crianças os sentimentos de patriotismo e nacionalismo.

O ensino de História se iniciava pelas palestras sobre fatos e atos que despertassem o sentimento de patriotismo e civismo nos alunos. O estudo de biografia de brasileiros considerados ilustres, que fizeram parte de acontecimentos importantes para o país era considerado importante para valorizar os personagens da história e despertar o patriotismo nos alunos. Havia um calendário com datas cívicas, que possibilitavam o conhecimento do fato histórico e das personalidades envolvidas por meio de exercícios, trabalhos, festas e atividades cívicas que eram obrigatórias pelo regulamento da escola primária. O ensino de História deveria ser objetivo e ilustrativo e o diretor orientava práticas tendo em vista

os processos modernos, o rádio e o cinema, que seriam ótimos para o ensino da história, pois o cinema seria ideal para ilustração de criança, gravando com mais facilidade e melhor compreensão os fatos históricos. Condenou o sistema de ponto, pois os alunos decoram e não formam uma idéia pessoal, contrariando a personalidade da criança (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO “ESCOLAR PADRE ANCHIETA”, 1940, p. 13).

Essa era uma orientação metodológica impossível de ser realizada pelos professores, pois em 1940 o sistema de energia da cidade era racionado, poucos moradores tinham rádios e o Grupo Escolar “Padre Anchieta” não dispunha desses recursos. Devido a essas dificuldades, o ensino de História acontecia por palestras, leituras, estudos de fatos e personagens históricos e principalmente pela realização de eventos cívicos.

As festas cívicas envolviam os alunos e as famílias, e eram uma forma de inculcar o espírito nacionalista nas crianças e na comunidade local.

5.3.5 Orientação disciplinar, moral e cívica no Grupo Escolar Padre Anchieta

Valores morais, cívicos e patrióticos eram conteúdos importantes e considerados mais educativos do que instrutivos, devendo ser ensinados em todas as matérias, durante as aulas de linguagem oral e escrita, por meio de leituras, recitais e produções, nas palestras dos professores sobre as obrigações dos alunos consigo mesmo, com a escola, a família e a Pátria.

As idéias de construção da nação perpassaram as finalidades atribuídas a disciplinas como Música, Trabalhos Manuais, Desenho, Educação Física, Geografia e História.

Na vigência do Estado Novo, a política de nacionalização orientou o ensino. Segundo Schwartzman (2000), a nacionalização desencadeada no governo Vargas tinha três sentidos. A defesa do conteúdo nacional, a padronização das instituições educacionais e a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e os núcleos de colonização estrangeira.

É necessário inculcar na infância do Brasil, na mocidade de amanhã, a noção exata da atitude que devem tomar todos os brasileiros neste momento grave da história nacional. Congregar todos os brasileiros para a união pan-americana. Fazê-lo compreender a necessidade de combater os países do eixo (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR “PADRE ANCHIETA”, 1942, p. 32).

Durante a guerra houve a “campanha para coleta de metais de qualquer espécie, para auxiliar a vitória do Brasil (...) deverá ser feita diariamente a persistência pelos professores a campanha do Avião dos escolares de São Paulo” (Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Padre Anchieta, 1942, p. 40).

Segundo depoimentos dos ex-alunos do grupo escolar e registros encontrados nas Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, as datas cívicas, como 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro eram comemorações obrigatórias, nas quais professores e alunos preparavam cantos e apresentações para o festejo aos quais eram convidados os pais. As festas cívicas normalmente eram divididas em duas partes, a literária e a esportiva, com demonstrações culturais, desfiles cívicos, jogos e ginástica.



Figura 53: Desfile cívico – Semana da Pátria.

Fonte: Arquivo pessoal Sr^a Maria Emilia das Dores Dias

Além dessas datas, também eram comemorados a Semana Pan-americana, o dia da Bandeira, o aniversário de Getúlio Vargas (durante o Estado Novo), o dia da árvore e o Dia de Tiradentes. Os professores organizavam com os alunos as apresentações e ministravam palestras sobre a data cívica. Os alunos faziam pesquisas, estudavam o fato e/ou a biografia do personagem histórico e depois do festejo cívico realizavam produções sobre a festa. As comemorações das datas cívicas eram uma das principais atividades promovidas pelo Grupo Escolar “Padre Anchieta”, voltadas para formação cívica de seus alunos.

As apresentações realizadas pelos alunos nessas comemorações eram ensaiadas com antecedência e deviam enfatizar a ordem e o amor à pátria. Era uma forma do Grupo Escolar “Padre Anchieta” demonstrar à população pilarense que estava formando as gerações futuras de acordo com os padrões morais e cívicos então valorizados pela sociedade. As fotos a seguir registram algumas das comemorações realizadas.



Figura 54: Aniversário de emancipação política de Pilar do Sul no final da década de 60.

Fonte: arquivo pessoal professora Eloisa Cruz Proença

Nas atas das reuniões pedagógicas dos diferentes períodos havia orientações do diretor para o preparo dos festejos cívicos.

os professores devem preparar as crianças desde cedo para a comemoração do dia 7 de setembro ... os números devem ser muito bem ensaiados, para que não haja fiasco. Os professores devem adotar todas as medidas, para que o grupo brilhe sempre (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA, 1951, p. 3).

As apresentações deveriam ser bem ensaiadas, para que fosse um sucesso e demonstrassem a formação dos alunos.

As poesias devem ser bem ensaiadas, pelo menos com um mês de antecedência. Não deverá haver cantos caipiras. O assunto das poesias deve estar de acordo com a data comemorada...Deve-se evitar...a má pronuncia e os erros na pontuação. Os professores...deverão estar atentos nos ensaios...que os alunos pronunciem bem as palavras, em voz clara e forte e

que não fiquem acanhados... cada professor deve ter orgulho dos números apresentados sob sua orientação. (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA, 1953, p. 29).

As festas cívicas, exposições e campanhas eram também uma forma de articulação entre o Grupo Escolar e a cidade de Pilar do Sul, pois estavam abertas à participação de toda a população da cidade. Eram consideradas estratégias de ensino que transbordavam os muros da escola, atingindo alunos, pais, familiares e toda a sociedade local.

As atividades mais frequentes eram festivais de música, poesia e jogos, principalmente na semana da criança, na semana panamericana e no dia 19 de março, dia do Patrono do Grupo Escolar.

Com grande pompa, respeito e admiração foi comemorado no dia 19 de março, o dia do Patrono do estabelecimento. Desenvolveu-se nesse dia extenso programa de comemoração, onde procurou salientar e rememorar o primeiro mestre brasileiro – Anchieta (Livro de Registro de Visitas, s/d).

Outro acontecimento marcante era o aniversário de emancipação política de Pilar do Sul. O Grupo Escolar “Padre Anchieta” organizava desfiles cívicos nas ruas centrais do município. A cada ano, os desfiles propunham uma temática diferente para homenagear a cidade.



Figura 55: Desfile de aniversário de emancipação política de Pilar do Sul, 1974.

Fonte: Arquivo pessoal Sr^a Maria Emília

Todos os finais de ano, nas festas de encerramento do ano letivo, acontecia a exposição de trabalhos realizados pelos alunos e a grande festa para diplomar os alunos que concluíam o 4º ano primário.

A festa de formatura acontecia com a presença das autoridades locais, que eram convidadas a entregar os diplomas aos alunos. Ela era seguida de um grande almoço de confraternização com a presença de professores e alunos. A foto a seguir registra os formandos de 1953.



Figura 56: Formatura dos alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.

Fonte: arquivo pessoal professora Eloisa Cruz Proença

A figura 57 é uma cópia da lembrança de formatura de 1950. Nela, podemos observar o juramento realizado pelos alunos durante a formatura, o qual evidencia o caráter moral, religioso e cívico do Grupo Escolar “Padre Anchieta”.



Figura 57: Lembrança dos formandos do Grupo Escolar “Padre Anchieta, 1950.

Fonte: Arquivo pessoal Sr^a Maria Emília das Dores Dias

De 22 a 27 de agosto de 1960, seguindo instruções do Diário Oficial de 11 de agosto, foi realizada a campanha educativa de bons dentes, que enfatizava a importância da higiene bucal e tentava, assim, diminuir o número de desdentados, e que contou com a colaboração do cirurgião dentista do estabelecimento de ensino.

Todas as datas cívicas brasileiras eram festejadas com atos cívicos em praça pública, com a participação de todos os alunos, professores e autoridades. Nesses atos havia recitações, cantos e discursos em homenagem à Pátria.

O inspetor escolar Romeu P. Barros registrou em uma de suas visitas a importância da comemoração cívica da Proclamação da República e do dia da Bandeira, atividade que tinha sido realizada com brilhantismo e, como previa o regulamento escolar, com o hasteamento da bandeira, que teria acontecido às 12 horas pontualmente.

O Grupo Escolar “Padre Anchieta” tinha uma presença marcante na sociedade pilarense, promovendo diversas atividades e participando em movimentos citados por Valio no seu livro de memórias. Nas palavras do memorialista:

{...} o Pe. Jovino soube durante a noite no seu radio ... que a Guerra havia terminado e foi avisar Gabriel Valio ... que mandou repicar os sinos, e o delegado enfurecido, foi tirar satisfação e proibiu qualquer tipo de manifestação... Gabriel contestou e disse: amanhã sairá uma passeata e o Diretor do Grupo Escolar ... Veloso... apoiando Gabriel Valio convocaria também os professores e alunos e fariam a justa comemoração... lá pelas 9 horas, foi juntando gente na Praça da Matriz, a Banda Lyra Pilarense foi convocada ... o povo alegre comemorava ruidosamente o fim do terrível conflito... o delegado quis estragar a justa comemoração... prontos para impedir a passeata... foram surpreendidos pela chuva de buscapés, e com isso tiveram que se recolher (VALIO, 2005, p. 91).

A partir de 1953 foi implantada uma disciplina específica para trabalhar noções morais cívicas e hábitos saudáveis. A disciplina era nomeada Educação Moral, Social e Cívica, e de acordo com as circulares nº 2 e 3 de 5/03/1953 e 11/03/1953 da Delegacia Regional de Ensino de Sorocaba citada na Ata de Reunião Pedagógica de março de 1953, os professores deveriam preparar atividades para “incutir” nos alunos os valores de obediência e aplicação escolar, pois assim estariam ajudando a engrandecer o nome do Brasil. O diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta” orientava os professores da seguinte forma:

Só acompanhando passo a passo a orientação do professor é que os alunos poderão ir desenvolvendo sua inteligência, amadurecendo qualidades morais, adquirindo conhecimento de seus direitos e deveres cívicos e sociais e, o que é mais importante, irão passando para a prática cotidiana essas noções de moralidade e de civismo que, se tornando em hábito, governarão a vida (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA. 1953, p.33).

A disciplina Educação Moral, Social e Cívica, de acordo com as atas das reuniões pedagógicas, propunha trabalhos escritos, pesquisas sobre personalidades importantes do Brasil, campanhas, concursos, cantos diários e festejos cívicos com poesias e cantos.

Os cantos e recitais eram considerados importantes na prática diária para a formação moral e cívica dos alunos. Cada classe tinha cantos e poesias diversas que eram recitadas no fim das aulas. Os cantos e poesias eram escolhidos pelas professoras e não podiam ser cantos “caipiras”; eles tinham que transmitir mensagens de “obediência, ordem e patriotismo” e todo mês deveria ser ensinado um canto novo. No começo das aulas era cantado o Hino da Bandeira e recitado uma oração em frente à bandeira. Às quartas e sábados aconteciam as aulas de canto orfeônico.

A disciplina dentro e fora do Grupo Escolar era um fator fundamental. O bom comportamento implicava na aquisição de bons hábitos morais. Os alunos deveriam seguir as regras disciplinares na vida cotidiana, pois só assim amadureceriam hábitos morais, sociais e cívicos.

Era uma rede de vigilância e de controle envolvendo professores, alunos, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores de ensino.

Começando pela ordem disciplinar imposta aos alunos – asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos. A disciplina era imposta ao corpo, com a utilização do uniforme, a rigidez com a higiene, a conduta com campanhas e castigos que restringia o comportamento e definia as condutas idéias.

Os horários de entrada, a organização e a disciplina eram rígidos para que a ordem fosse mantida. A espontaneidade característica da infância eram limitadas, quase ficando do lado de fora dos portões, pois os alunos, ao entrarem na instituição, tinham que formar filas em rigorosa ordem por altura de dois a dois, seguindo uma classe após a outra; o mesmo acontecia na saída até que as turmas se dissolvessem no portão.

O canto de entrada e depois do recreio tinha a função de dar expansão aos reflexos causados pelos jogos e brinquedos.

Os alunos chegam antes do horário de aula e ficam brincando, quando bate o sinal na fila o sangue da criança que estava brincando ainda está quente e no seu sub-consciente ele continua brincando, portanto a função do canto é eliminar esse reflexo do brinquedo. (Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Padre Anchieta, 1964, p. 24).

As regras eram fixas e o aluno que não obedecesse a uma das regras era tido como indisciplinado, estando sujeitos a castigos.

Os castigos, principalmente corporais, eram a forma de recriminar e corrigir o aluno que não seguia as regras. Quando as regras não eram cumpridas fora do Grupo Escolar, os pais eram chamados para serem esclarecidos sobre o que havia ocorrido e a criança era castigada pelo professor e pelos pais em casa.

Segundo registros nas atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta” a partir de 1946, a Delegacia de Ensino de Sorocaba começou a orientar os professores para mudarem seus métodos de manter a disciplina. Sugeria-se que os castigos corporais fossem apenas aplicados a alunos que cometessem faltas graves, e que estes fossem substituídos pelos castigos morais.

Segundo depoimentos dos ex-alunos do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, os castigos corporais mais frequentes eram ajoelhar no milho, bater nos alunos com a régua, obrigar o aluno a ficar em pé encostado na lousa com os braços abertos e bater em suas pernas com a régua, ficar encostado na parede com os braços abertos segurando livros, lavar os pés com cacos de telhas, entre outros. Os castigos morais mais comuns eram xingamentos e humilhações, além de se ressaltar as dificuldades dos alunos na lousa.

Em 1947, o diretor Ludgero da Costa e Silva, em uma das reuniões pedagógicas, assim orientou os professores sobre como manter a disciplina dos alunos:

Foram abolidos os castigos severos nas escolas. Os castigos físicos, dão margem a processo aos professores que os praticarem. Os castigos devem ser morais. Os gritos do professor, em classe, na ocasião das lições, são antipedagógicos. (ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA, 1947, p. 44).

Apesar das frequentes recomendações do diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta” para que os castigos físicos fossem abolidos, eles foram mantidos como método disciplinador e utilizados para corrigir alunos que cometiam faltas consideradas graves.

Os castigos eram uma forma de manter a disciplina para que o aluno aprendesse a internalizar noções morais, sociais e cívicas. O aluno que concluía o ensino primário no Grupo Escolar “Padre Anchieta” tinha que saber ler, escrever, ter noções de matemática e, sobretudo, saber cuidar de si, seguindo regras morais e sociais, com grande espírito patriótico.

Essa rigidez também era aplicada ao corpo docente, por meio da verificação dos livros de chamadas, semanários, diários, recomendações prescritas durante as reuniões pedagógicas e visitas da Supervisão de Ensino, com horários e organização dos espaços e tempos.

Eram dados dois sinais. No início das aulas o primeiro sinal era para que os professores organizassem as filas; o segundo era para entrada nas salas. Na saída, o primeiro sinal era para recolher o material e formar fila, e o segundo para saída dos alunos em fila até o portão.

O rendimento escolar era cobrado dos professores, pois o bom desempenho do aluno dependia do professor, de sua postura, do cumprimento dos métodos de ensino do programa e da organização da sala, com disciplina e paciência. As aulas deveriam ser planejadas com

antecedência e ministradas serenamente, de forma que os alunos aprendessem todas as etapas e os gritos por parte do professor fossem evitados.

O Grupo Escolar Padre Anchieta recebia anualmente a visita do Delegado Regional de Ensino e do Inspetor Escolar, personagens que faziam parte da rede de vigilância e controle. No livro de visitas, preenchidos pelos diretores limitavam-se a relatar que os inspetores e delegados declaravam que a escola estava “... em perfeita ordem e organização”.

Em contraposição aos relatórios dos diretores, no mesmo período encontramos um livro de registro de visita de 1945 preenchido pelos inspetores escolares. Ao analisá-lo, percebemos que as visitas aconteciam aproximadamente quatro vezes ao ano e os relatos apontavam que a administração do Grupo Escolar estava sempre bem organizada, mas que o diretor deveria se preocupar com as atividades de sala, acompanhando os professores e orientando a aplicação de mais exercícios em algumas matérias do programa, como linguagem e matemática.

Em suas visitas, os inspetores escolares observavam as aulas, aplicavam testes orais nos alunos para verificar o trabalho do professor, verificavam os diários, os semanários, os cadernos de alunos, as pastas de exercícios, a divisão de matéria do programa, faziam levantamento de materiais, conferiam o balancete do caixa escolar, a frequência e notas dos alunos, além de realizarem reuniões pedagógicas e sugerirem atividades, como campanhas e exposições envolvendo a comunidade local.

Na análise das práticas pedagógicas do Grupo Escolar Padre Anchieta em seus múltiplos desdobramentos, deparamo-nos com práticas permeadas pela finalidade de moldar o caráter, formar hábitos morais, cívicos e patrióticos. Finalidades prescritas pelo Estado e apoiadas pela população local, reforçadas após a chegada e aumento dos japoneses e seus descendentes em Pilar do Sul.

5.4 Ginásio Estadual de Pilar do Sul

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul começou a funcionar em 02 de março de 1959, em um período de grande expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo, principalmente do ensino de 1º ciclo, do ginásio. Foi também um período de várias transformações no município de Pilar do Sul.

A princípio, a política de expansão da escola pública no Estado de São Paulo concentrava seus esforços na escola primária, que era a grande necessidade da população,

mas, em meados do século XX, começou a surgir o interesse da classe popular pela escola secundária, que até então era uma escola direcionada à elite.

Segundo Sposito (1984, p. 11), “(...) a escola secundária constituía-se no marco divisor entre educação das elites e a educação popular (...). A ‘dualidade’ do sistema se definia e adquiria contornos precisos no ensino de nível médio (...)”.

Segundo a mesma autora em meados de 1940, havia no Estado de São Paulo apenas três escolas secundárias estaduais fora da capital e em São Paulo essa modalidade de ensino se tornou uma reivindicação por parte das camadas populares da sociedade, que, ao comporem o teor de seus projetos sociais, incorporaram, como seus, os modelos educativos que encontravam já formulados no projeto de vida das camadas sociais mais favorecidas. Tendo como objetivo o projeto de vida das camadas sociais mais favorecidas, as camadas populares começaram a reivindicar o ensino secundário. Esse movimento levou ao aumento do número de escolas secundárias, que, apesar de se manterem como escolas elitistas, começaram a ser frequentadas pelas camadas populares.

Entre 1942 e 1961 muitas mudanças alteraram a estrutura da escola secundária. A reforma do ensino de 1942, organizada na gestão do ministro Gustavo Capanema, reestruturou o ensino secundário. Houve um aumento significativo no número de escolas. Segundo Sposito em 1940, para continuar falando do Estado de São Paulo, era de apenas três o número de ginásios existentes; por volta de 1970, esse número se aproximou de quatrocentos.

Assim como o grupo escolar foi utilizado para enaltecer o poder público, a fundação de novos ginásios foi utilizada como instrumento político. Beisigel (1964), analisando a expansão da rede de escolas públicas no Estado São Paulo, afirma que elas foram utilizadas como moeda de troca em prol de interesses eleitoreiros, à frente de interesses educacionais.

A ampliação do número de escolas secundárias e principalmente de ginásios fez proliferar uma cultura escolar específica dessa modalidade de ensino que está entrelaçada com o processo de ampliação do sistema escolar. Os ginásios, no Estado de São Paulo, muitas vezes eram criados nas regiões que garantissem maior rendimento a interesses eleitorais, sem que se levasse em conta as necessidades da clientela, a possibilidade de formação do corpo docente e, principalmente, a construção de um prédio adequado para o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos.

Segundo Silva (2007), o Ginásio Estadual de Pilar do Sul teve sua criação norteadada por interesses eleitoreiros, sendo os vereadores locais e os deputados estaduais seus principais mediadores. Ele foi fundado sem possuir prédio próprio, matérias e professores qualificados

para o seu funcionamento. Foi necessário que o Grupo Escolar “Padre Anchieta” cedesse o seu espaço físico para que o ginásio pudesse começar a funcionar. Os pais dos alunos do ginásio tiveram que arrecadar fundos para a compra dos materiais necessários ao bom funcionamento da escola.

A iniciativa de criação do ginásio em Pilar do Sul partiu da Câmara de Vereadores e obteve apoio das famílias cujos pais valorizavam a educação e pertenciam à classe dominante. A primeira discussão referente à criação de um ginásio estadual em Pilar do Sul ocorreu em 1957, na Câmara Municipal.

Na sessão da Câmara ocorrida em 17 de junho de 1957, o vereador Julio da Silveira Diniz requereu que fosse enviado ao deputado Abreu Sodré, ofício com os agradecimentos do município pela apresentação do projeto de lei nº. 408, de 1957, que dispunha sobre a criação do Ginásio do Estado em Pilar do Sul, e solicitação para que fosse pedida urgência na tramitação do projeto.

Com a aprovação do requerimento, foi enviado ao deputado o ofício nº. 24/57 que, além dos agradecimentos e pedido de urgência na tramitação do referido projeto de lei, informava que a municipalidade ofereceria terreno para a construção do prédio com vistas à referida instalação do Ginásio do Estado na cidade.

O projeto de lei nº. 408, publicado no Diário Oficial de 23 de maio de 1957, dispunha sobre a criação de um ginásio do Estado em Pilar do Sul, pois

o desenvolvimento econômico de Pilar do Sul indica que se trata de uma comuna merecedora de especiais atenções do poder público estadual. Um dos aspectos que deve preocupar o Estado e o ensino médio, pela localização, na cidade de um Ginásio, que permita aos egressos do ensino primário a continuação de seus estudos (DIÁRIO OFICIAL, 23 DE MAIO DE 1957).

O projeto de lei 408/1957, após os trâmites legais e sua aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, transformou-se na Lei nº 4791, publicada no Diário Oficial do Estado de 14 de agosto de 1958.

Após a aprovação do projeto e sanção do governador, a Câmara Municipal enviou ao governo do Estado o ofício nº 43/58 (10 de novembro de 1958), agradecendo a criação do ginásio e a autorização para a construção do prédio, acontecimento que, segundo a Câmara Municipal, “... veio encher de alegria o coração dos pilarenses, alegria que os nossos eleitores externaram em três de outubro, com retumbante vitória aqui do candidato situacionista, Professor Carvalho Pinto” (OFÍCIO 43/48, 1958).

No final de 1958, após autorização do governador Jânio Quadros, a Presidência da Câmara em ofício designa o secretário de Educação designou o professor Araldo Alexandre de Almeida Souza para proceder à instalação do ginásio.

O ginásio foi instalado em 02 de março de 1959, sem verba do governo estadual para aquisição dos materiais necessário para o seu funcionamento. Os pais que tinham filhos ingressantes no Ginásio Estadual de Pilar do Sul se mobilizaram e angariaram fundos para a aquisição dos materiais necessários aos cursos de Ciências e Trabalhos Manuais. Segundo registros encontrados nas Atas das Reuniões de Pais e Mestres do Ginásio, as famílias que tinham filhos que ingressariam no ginásio naquele ano teriam arrecadado cerca de 80 mil cruzeiros.

Em 19 de agosto de 1958, compareceram diante do tabelião Hildeberto Vieira de Mello, do 19º Tabelião de Notas da cidade de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, representada pelo seu Prefeito Pedro Batista, e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, representado pelo Dr. Oswaldo Pinheiro Dória, para lavrar a escritura de doação do imóvel municipal ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Enquanto não tivessem início e fossem concluídas as obras do prédio destinado ao Ginásio Estadual de Pilar do Sul, a instituição seria instalada no prédio em que funcionava o Grupo Escolar “Padre Anchieta”.

5.4.1 - O funcionamento do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, no prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta”

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul e o Grupo Escolar “Padre Anchieta” dividiram o prédio por três anos, até setembro de 1961, quando o Ginásio do Estado de Pilar do Sul foi transferido para o seu próprio prédio.

O Inspetor Escolar Oswaldo de Mello, visitou o Grupo Escolar “Padre Anchieta” no dia 19 de fevereiro de 1959, e informou ao diretor Altamir Gonçalves que no dia 1º de março o prédio do Grupo Escolar também atenderia ao Ginásio, recentemente criado.

O prédio do Grupo Escolar foi reformado para que pudesse comportar as atividades das duas instituições. Duas salas de aula e novas instalações sanitárias foram construídas.

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul funcionou em duas classes de 1ª série, uma feminina e uma masculina, no horário de 14h10min às 17h10min, pois o Grupo Escolar dividia o horário da manhã em dois períodos: das 7h45min às 10h45min e das 11h às 14h

De acordo com o livro de registro de exame de admissão, 65 candidatos se inscreveram para o exame de admissão ao Ginásio Estadual de Pilar do Sul, em 1959. Esse

exame foi realizado no Ginásio Municipal “Marina Cintra”, em Sorocaba, e, dos 65 inscritos, 62 foram aprovados.

Segundo Silvia Diniz²⁷, quando chegou o resultado do exame de admissão o sino da igreja badalou como estivesse anunciando uma festa e, depois, foram anunciados pelo alto falante os nomes dos aprovados, em ordem alfabética. Depois do anúncio, houve festa no coreto da praça.

Nos anos seguintes, o ginásio ampliou o número de vagas e deixou progressivamente de compor turmas separadas por gêneros. Em 1960 ele funcionou com três classes: duas de 1ª série, uma feminina, uma masculina e uma 2ª série mista. Em 1961 ele funcionou com quatro classes: duas de 1ª série, uma feminina, uma masculina, uma 2ª mista e uma 3ª mista.

Em 1960, com o aumento das séries oferecidas, a 2ª série do ginásio teve que funcionar no Salão PIO X²⁸, que ficava próximo ao prédio do Grupo Escolar. Os alunos adoravam, pois para ir ao banheiro ou no horário do recreio tinham que sair do salão e ir até o Grupo Escolar; tudo era motivo para “passear”.

Segundo Alice Carvalho²⁹, o Grupo Escolar e o Ginásio do Estado dividiram o prédio dentro da normalidade, sem conflitos, pois os espaços eram bem divididos. Cada diretor tinha sua própria sala e cada instituição era responsável pelas salas no período em que as ocupava.

Já para Silvia Diniz, para a direção tudo ocorria dentro da normalidade, sem conflitos, pois as confusões entre os alunos não chegavam ao conhecimento dos diretores. Os alunos do Ginásio eram unidos e se protegiam. Os alunos do Grupo Escolar não reclamavam, pois tinham medo de represálias dos alunos do Ginásio.

Eram comuns as brincadeiras entre os grupos de alunos. Os alunos do Ginásio gostavam de aprontar com as crianças do Grupo Escolar, deixando desenhos na lousa, colocando apelidos, atrapalhando as brincadeiras, entre outras traquinagens. Quando brincavam de corda, os alunos do Ginásio batiam a corda e os alunos do Grupo Escolar pulavam, mas sempre quem estava batendo a corda dava um jeito de derrubar quem estava pulando. (DEPOIMENTO SILVIA DINIZ, 2006).

Segundo o Livro de Registro de Visitas de Autoridades Estaduais do Ensino, o Ginásio Estadual de Pilar do Sul ficou instalado no prédio do Grupo Escolar Padre Anchieta mais tempo do que o previsto. A previsão de término das obras era de um ano, mas elas levaram dois anos e meio. Havia uma grande preocupação com o término da obra, até porque o prédio

²⁷ Silvia Diniz é moradora de Pilar do Sul e foi aluna do 1ª turma do Ginásio Estadual de Pilar do Sul – depoimento concedido 2006

²⁸ Salão paroquial pertencente à igreja católica local.

²⁹ Alice Diniz de Carvalho, primeira secretária do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, onde trabalhou por trinta anos – depoimento concedido 2006

era símbolo do progresso e do prestígio político da cidade. Frequentemente a obra do Ginásio Estadual de Pilar do Sul recebia visita das diversas turmas de alunos acompanhadas por professores e direção.



Figura 58: Visita dos alunos, professores e direção à obra do prédio do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

Fonte: arquivo do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

5.4.2 O Ginásio Estadual de Pilar do Sul em suas novas instalações

Em setembro de 1961, o Ginásio Estadual de Pilar do Sul foi transferido para o prédio próprio com uma grande festa de inauguração, mas as dificuldades não terminaram, pois faltavam móveis, materiais didáticos e livros. Tendo sido enviado um número reduzido de móveis e livros, para poder atender aos alunos a solução foi emprestar móveis do Grupo Escolar e livros da população para formar uma pequena biblioteca.

De acordo com a Resolução nº 7/58, a Prefeitura Municipal recebeu autorização para doar ao Instituto de Previdência do Estado um lote de terreno para construção do prédio do primeiro Ginásio Estadual de Pilar do Sul. O terreno doado pela Prefeitura Municipal tinha as seguintes características:

Forma retangular, medindo 120 metros (cento e vinte metros), para Rua: Cel. Moraes Cunha, e 120 metros (cento e vinte metros) na linha dos fundos, com 84 metros (oitenta e quatro metros) da frente aos fundos, com a área de 10.080 m (dez mil e oitenta metros quadrados), e confrontando do lado direito de quem da rua olha para o terreno, com a rua Major Euzébio de Moraes Cunha, do lado esquerdo e nos fundos, com terrenos pertencentes ao Patrimônio Municipal. (RESOLUÇÃO Nº 7/58, p. 188).

Segundo Alice Carvalho e Cecília Oliveira³⁰, mestres de obras e pedreiros que prestavam serviços ao Estado vieram de outras cidades para trabalhar na construção do prédio do ginásio.

³⁰ Dona Cecília Pereira Carvalho de Oliveira foi a primeira inspetora de alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, e trabalhou nessa instituição por trinta anos e nove meses – depoimento concedido 2006.

A arquitetura escolar do ginásio, no seu processo de expansão da rede de ensino, era menos suntuosa, isso por razões econômicas e financeiras ou, muitas vezes, eleitoreiras.

A construção foi iniciada em meados de 1959 e concluída em 1961, sendo inaugurada com a presença de inúmeros políticos e autoridades da região e do Estado, como os vereadores Julio Diniz e João de Carvalho, o deputado Abreu Sodré, entre outros.

Construído próximo à praça central da cidade, na rua Cel. Moraes Cunha, e com capacidade para abrigar aproximadamente 320 alunos, o prédio seguiu o modelo adotado pelos governantes da época, que se utilizavam de planta padronizada, aplicável a cidades com número parecido de habitantes (em Pilar do Sul, Ibiúna, Piedade e Vargem Grande Paulista foram construídos prédios com o mesmo projeto). Os prédios eram funcionais, com estilo moderno, e sua construção era marcada pela simplicidade e baixo custo. A sobriedade do estilo pode ser observada na fachada do prédio escolar ao fundo da primeira turma de formandos em 1962.



Figura 59: Ao fundo, fachada do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, e em primeiro plano a primeira turma de formandos em 1962.

Fonte: Arquivo da E. E.E.F.M Vereador Odilon Batista Jordão

O prédio do Ginásio Estadual de Pilar do Sul era constituído de dois pavimentos, larga área para o deslocamento dos alunos e galpão destinado à recreação e à realização de eventos cívicos e culturais, ao abrigo da chuva e sol. No térreo estão quatro salas de aulas destinadas às duas primeiras séries, quatro salas administrativas contemplando a sala dos professores, a secretaria, a biometria, a diretoria e mais dois banheiros. Ainda no pavimento térreo estão o galpão coberto, com dois banheiros de alunos, a sala de trabalhos manuais e um palco com duas entradas laterais. O pavimento superior está reservado para mais quatro salas de aulas destinadas aos alunos das 3ª e 4ª séries, laboratório de ciências, sala para atendimento odontológico e biblioteca. A figura 60 apresenta cópia da planta original.

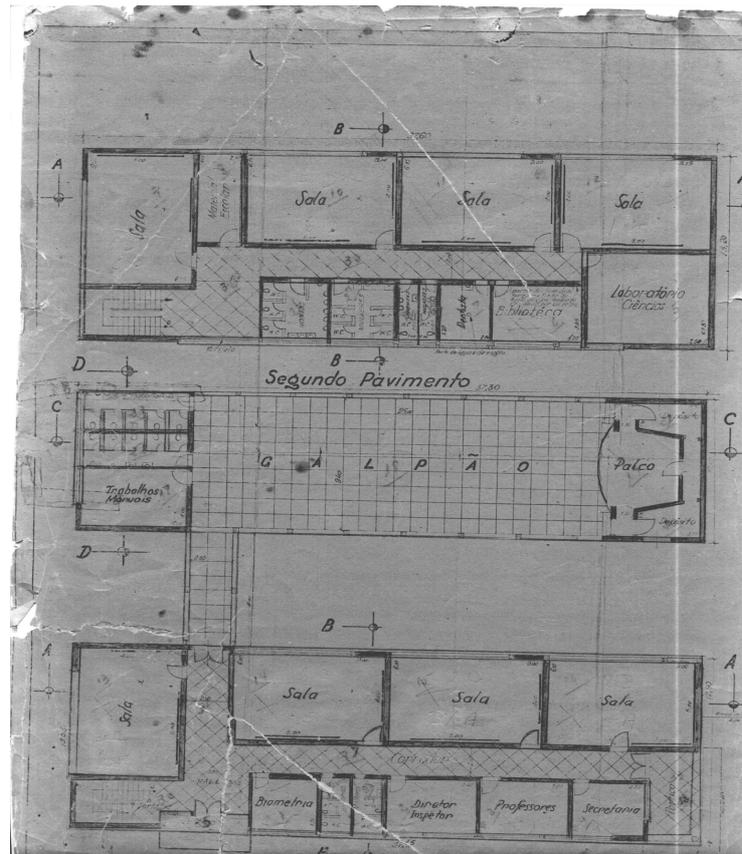


Figura 60: Cópia da planta original do Ginásio Estadual de Pilar do Sul
 Fonte: E. E. E.F. M. Vereador Odilon Batista Jordão

Na figura 60.1, os cortes “CC” e “AA” orientam a construção interna do prédio, identificando a altura do revestimento das paredes, as posições das janelas e o revestimento do chão. Observa-se ainda os tetos dos dois pavimentos construídos em laje, e aparecem as colunas de sustentação e as brocas. Em seguida, observa-se a fachada principal e posterior do primeiro pavimento. O acesso ao pavimento térreo é feito através de escadas, sugerindo que o prédio foi construído acima do nível da rua. Resquícios, talvez, do modelo adotado nas duas primeiras décadas do século XX, as escadas nos prédios escolares poderiam sugerir o acesso aos “templos do saber”, local onde se conseguiria superar as mazelas da vida vivida por aqueles estudantes. Apesar da escada na entrada, nota-se a inexistência de porão ou de alguma sala que abrigasse materiais para a manutenção do prédio. A fachada principal está voltada para a rua e a posterior para o interior do ginásio

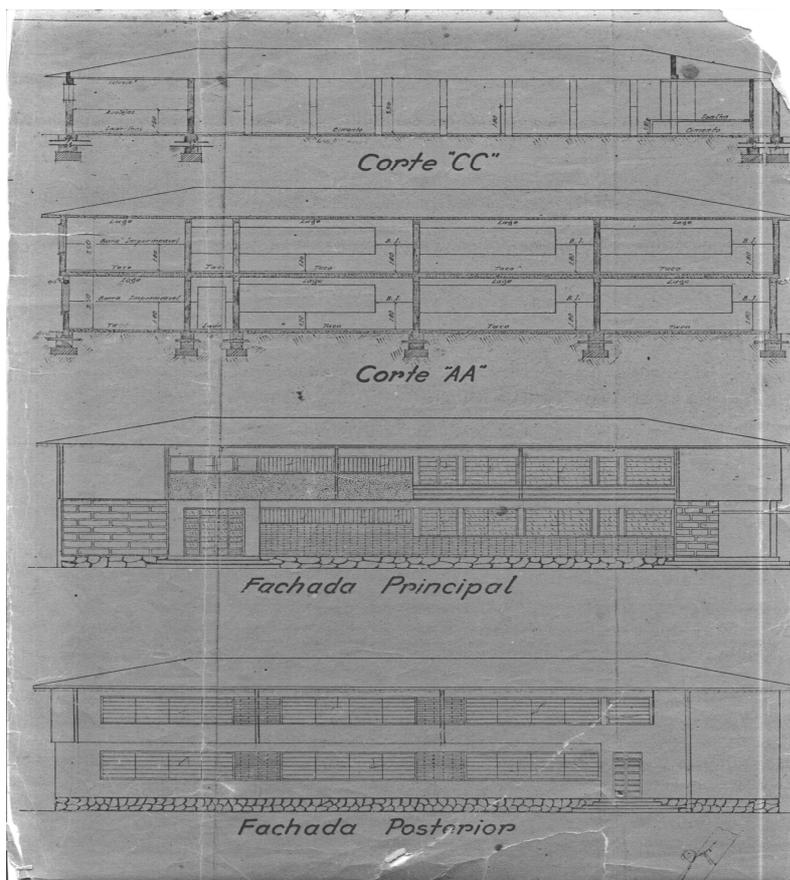


Figura 60.1: Cópia da planta original do Ginásio Estadual de Pilar do Sul
 Fonte: E. E. E.F. M. Vereador Odilon Batista Jordão

As salas de aulas eram bem arejadas e bem iluminadas, pois contavam com janelas amplas e distribuídas ao longo de toda a parede.

Na figura 60.2, nos cortes “DD” e “BB”, existem orientações sobre os revestimentos internos das fachadas laterais, e as seguintes informações sobre a construção em metros quadrados: pavimento térreo 491.17, superior 495.52, galpão 373.00, passagem 24.80, total geral construído 1.384.49 metros quadrados.

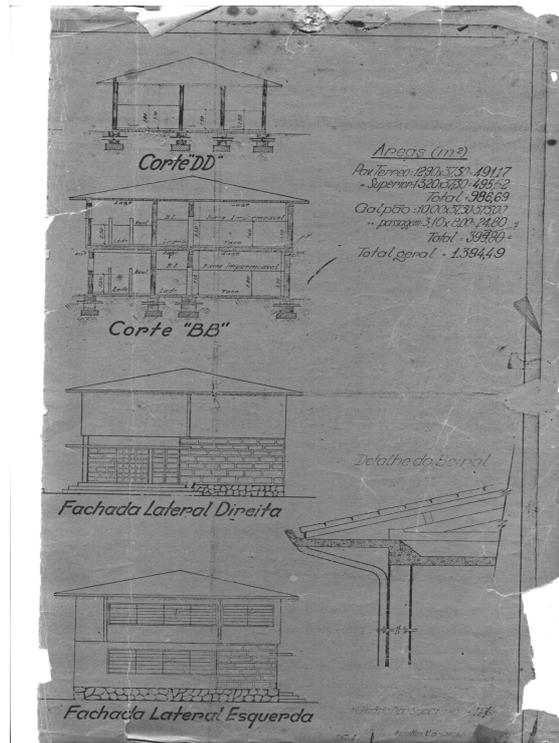


Figura 60.2: Cópia da planta original do Ginásio Estadual de Pilar do Sul
Fonte: E. E. E.F. M. Vereador Odilon Batista Jordão

Com precariedade de recursos e materiais, o Ginásio Estadual de Pilar do Sul começou a ocupar e fazer uso dos espaços do prédio, que começou a se constituir como espaço escolar.

Segundo Viñao Frago (2005), a disposição física dos espaços destinados a uma finalidade ou função determinada reflete tanto sua importância como a concepção que se tem sobre a natureza, o papel e as tarefas destinadas a tal função. A localização da biblioteca, laboratórios, sala dos professores, gabinete da direção, ou qualquer outro espaço escolar refletem as diferentes concepções que se tem sobre sua natureza, papel e funções. A inexistência de um espaço pode indicar tanto o desnecessário de sua existência, como a tentativa de minimizar ou reduzir sua função.

Quanto à questão da acessibilidade, importa conhecer se é direta ou indireta, ou seja, se há espaço intermediário para chegar à direção, entradas diferentes para alunos e demais pessoas.

Analisando a “planta baixa” do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, podemos observar que havia duas entradas para o prédio, uma destinada a visitantes, pais, professores e funcionários, próxima à secretária e, na outra direção do corredor, uma entrada destinada aos alunos. Entre essas duas entradas, encontrava-se, centralizada no corredor do piso inferior, a sala da direção.

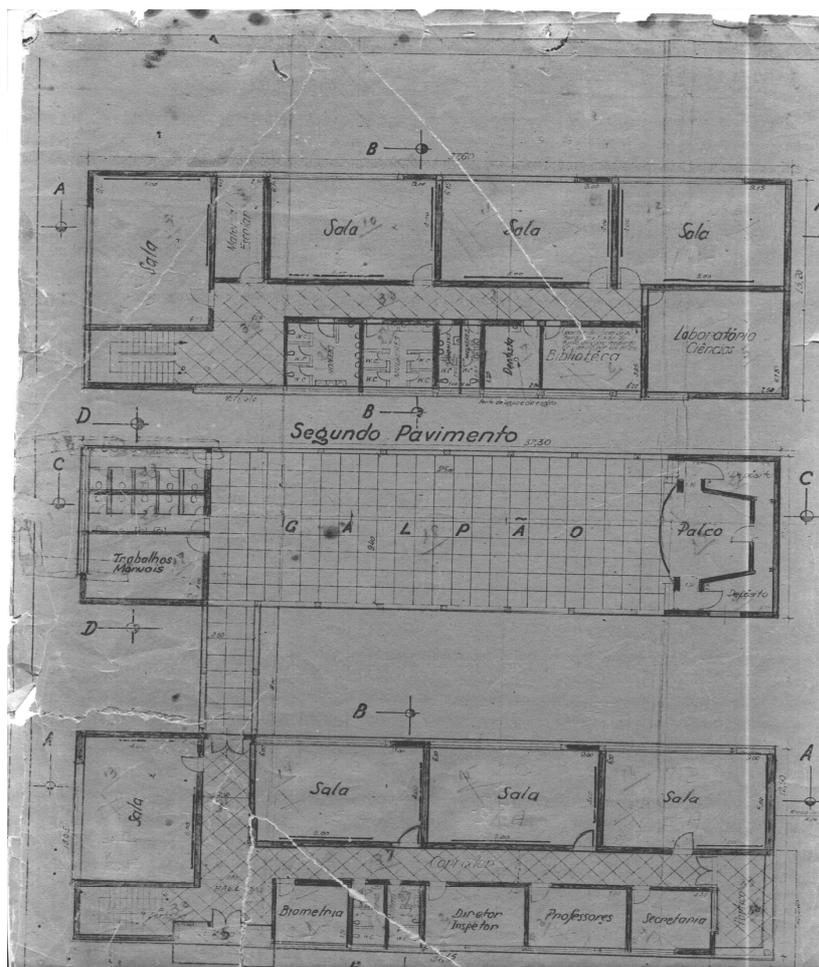


Figura 60.3: Cópia da planta baixa do Ginásio Estadual de Pilar do Sul
 Fonte: E. E. E.F. M. Vereador Odilon Batista Jordão

A sala da direção tinha uma localização estratégica, que proporcionava acompanhar o andamento das atividades escolares, pois ficava próxima da sala dos professores, da secretaria e das salas de aula. Ao mesmo tempo, o acesso dos visitantes e dos pais de alunos não era direto, pois logo na entrada do corredor estava a secretaria.

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul foi projetado para atender aos alunos de ambos os gêneros, mas em salas separadas. Na planta baixa essa preocupação fica clara, quando observamos salas em pares. Havia quatro salas de aula no piso inferior e quatro no piso superior. As salas de primeiro e segundo ano ginásial sempre ficavam no piso inferior, próximas à direção, à sala dos professores e à secretaria, o que facilitava a vigilância dos alunos que estavam ingressando na instituição, enquanto que os alunos do terceiro e quarto ano sempre ficavam no piso superior.

As salas de aulas eram arejadas, respeitando os preceitos de higiene e organizadas com carteiras duplas, enfileiradas. Havia dois quadros negros, colocados um na parede anterior e outro na posterior. Elas eram um dos espaços em que os alunos ficavam mais presos, com os

movimentos limitados às suas carteiras e diante de uma postura rígida dos professores, que impunham regras que pretendiam disciplinar o corpo e a mente.

A biblioteca e o laboratório de ciências ficavam no final do corredor do piso superior. Um posicionamento que pode indicar o afastamento desses espaços do público em geral, restrito aos alunos e professores. Também podemos observar o tamanho dos espaços: a biblioteca contava com um espaço reduzido, enquanto que o espaço do laboratório de ciências era maior. Isso nos leva a refletir sobre a importância e o uso desses espaços para o ensino. A existência de um local específico para a biblioteca e para o laboratório de ciências indica a importância de certas práticas nessa modalidade de ensino e dentro de uma determinada concepção pedagógica, conquanto não garanta seus usos dentro de sua plena capacidade.

Sabe-se, por exemplo, que alunos e professores tinham dificuldade para utilizar esses espaços, devido à falta de livros e materiais científicos. Nas atas das reuniões de pais e mestres de 1965 é recorrente a preocupação dos professores com o uso desses espaços de maneira mais efetiva.

O consultório dentário e a sala de biometria não eram um detalhe ou uma simples causalidade, mas a evidência da preocupação com a formação integral desses alunos e a criação de hábitos saudáveis. Segundo a ex-aluna Silvia, era frequente a visita ao consultório dentário, local em que, além do cuidado aos dentes, também servia, uma vez por ano, para a ministração de doses de vermífugos.

Na sala de biometria ficavam os materiais de educação física, como balanças biométricas e materiais esportivos.

O prédio não possuía um espaço específico para atividades físicas. Algumas eram realizadas no pátio escolar, e as esportivas em um campo próximo ao ginásio.



Figura 61: Alunas uniformizadas para aulas de ginástica
Fonte: E. E. E.F. M. Vereador Odilon Batista Jordão

O pátio escolar, durante os recreios, era local de encontro, do lanche e constituía-se no único lugar onde os alunos podiam se descontraír e se movimentar, apesar da constante vigilância da inspetora Cecília e muitas vezes da secretária Alice. Os recreios eram movimentados com brincadeiras de roda, corda, “pula-sela”, “pega-pega” e longas conversas.

O pátio era também local para a realização de apresentações, principalmente atividades de canto orfeônico, ainda que a maioria delas era restrita aos alunos e autoridades. Anualmente aconteciam poucas apresentações nesse espaço abertas à comunidade.

Os alunos do Ginásio Estadual participavam da vida da cidade auxiliando na organização de festas, manifestações e atividades cívicas como o Sete de Setembro e o aniversário de emancipação política de Pilar do Sul

A relação entre o interno e o externo era estabelecida pelo edifício do Ginásio. Essa era uma relação dialética entre o espaço escolar, com seus espaços demarcados, suas funções específicas e disciplinadoras, e a rua. Uma relação contraditória de um edifício que propõe um desenho disciplinador, voltado para o interior, mas ao mesmo tempo sem muros que impedissem o elo com a rua e a contemplação de seus traços pela população local.

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul possuía um edifício que estava de acordo com os ideais pedagógicos dominantes da época, a partir dos quais se valorizava a formação do aluno pautada no civismo e na racionalidade científica com uma disciplina rígida, na qual o poder estava centralizado, principalmente, na figura do diretor e do corpo docente.

O edifício do Ginásio possuía, como registramos anteriormente, um desenho modesto, com linhas simples, se comparado a edificações de outros lugares e tempos. Mas, para os pilarenses, o prédio simbolizava o progresso e a grandeza do povo. Foi a maior construção na cidade por muitos anos.

Era um espaço que servia como local do saber, mas que também manteve, historicamente, uma função simbólica e imaginária em muitos daqueles que viram transcorrer parte de suas vidas nos corredores do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

5.4.3 Os professores do Ginásio Estadual de Pilar do Sul

Após a publicação no Diário Oficial da criação do ginásio, a primeira preocupação do diretor foi com a composição do corpo docente, pois na cidade não havia professores que atendessem aos requisitos para compô-lo. Caso o corpo docente não fosse composto totalmente, por força de lei o ginásio seria impedido de começar a funcionar.

Segundo Alice Carvalho, secretária do ginásio, foi difícil compor o primeiro corpo docente, pois a cidade ficava distante de cidades maiores como Sorocaba e Itapetininga e era de difícil acesso.

Araldo Alexandre de Almeida Souza³¹, encarregado de organizar o ginásio, solicitou à Delegacia de Ensino de Itapetininga a abertura de inscrições para contratação de professores.

Segundo Alice de Carvalho, as aulas foram preferencialmente oferecidas aos professores efetivos, mas ninguém teve interesse em pedir remoção para Pilar do Sul. As aulas foram então oferecidas a professores contratados, mas, da mesma maneira, não houve interesse. Foram então abertas inscrições para a contratação de novos professores. Os interessados deveriam apresentar currículo e prestar o exame de suficiência na disciplina para a qual se candidatavam.

Nos prontuários dos professores estão arquivados os currículos de cada professor e os contratos que firmaram com o Governo do Estado.

Os currículos traziam as seguintes informações: dados pessoais, disciplinas pleiteadas, formação acadêmica, experiência no magistério e funções exercidas (inclusive em cargos públicos). Era obrigatório anexar um atestado de moralidade ao currículo ou apresentar dados pessoais de três pessoas, junto às quais se pudesse obter referências sobre o candidato.

Para contratação, era necessário que o professor obtivesse aproveitamento maior que sete no exame de suficiência. Nos certificados de aprovação de suficiência, consta que o exame era dividido em duas fases: uma prova escrita e uma prova prática. Na prova prática, os avaliadores sugeriam, no momento do exame, um assunto sobre o qual o professor deveria discorrer.

O professor aprovado no exame de suficiência teria o seu currículo analisado. Era exigido que os professores tivessem formação acadêmica direcionada à disciplina que pretendiam lecionar, ou que estivessem cursando o ensino superior. Mais importante que a formação acadêmica era a conduta moral do professor, segundo os avaliadores. A vida particular de cada professor era investigada, pois se acreditava que os professores deveriam ser exemplos para os alunos.

Após a aprovação no exame de suficiência e análise do currículo, o professor tinha que se submeter a um exame de sanidade mental e capacidade física no Posto de Atendimento Municipal de Saúde da cidade.

³¹ Araldo Alexandre de Almeida Souza foi o primeiro diretor do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, designado pelo Governo do Estado.

Segundo Alice Carvalho, a rotina diária dos professores era muito difícil, pois eles tinham que viajar diariamente ou se hospedar em pensões. Quem preferia viajar diariamente, normalmente vinha de Sorocaba e tinha que enfrentar a estrada, que não era pavimentada. Os acidentes aconteciam frequentemente, motivo pelo qual os professores organizavam grupos que se dividiam em dois ou três carros, a fim de que um carro pudesse auxiliar outro em caso de problemas na viagem. A partir do momento em que a estrada que liga Pilar do Sul a Sorocaba foi asfaltada, alguns professores efetivos aceitaram pedir remoção para o Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

O trabalho no Ginásio transcorria de segunda a sábado e seguia ordens disciplinares previstas no regimento interno. De acordo com o trecho do regimento transcrito no contrato dos professores, eles tinham que chegar ao Ginásio quinze minutos antes do horário de entrada dos alunos, não podiam sair do Ginásio fora do horário previsto, não podiam receber ninguém no horário de aula, não poderiam manter relações próximas com alunos, não poderiam falar sobre assuntos políticos e religiosos em nenhuma das repartições do ginásio, não deveriam falar mal do ginásio ou de alguém que trabalhasse no estabelecimento e, principalmente, deveriam manter uma conduta íntegra, para não difamarem o nome do ginásio.

Segundo Cecília Oliveira, ao soar da terceira badalada do sino, os professores deveriam estar na porta da sala para entrar. Caso não estivessem, o diretor do ginásio os impediria de trabalhar naquele horário.

No período pesquisado, trabalharam no Ginásio Estadual de Pilar do Sul seis diretores: Araldo Alexandre de Almeida Souza (1959 a 1960), Alexandre Mazagão (1960 a 1961), Wilson Muscari (1961 a 1963 e de 1966 a 1969), Benedito Hélio Soares (1963 a 1966), Dirce Penteadó Forster (1969 a 1971).

Nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio, era comum a prática de contratação de professores sem a formação acadêmica adequada, em caráter excepcional. Com a falta de professores para o preenchimento das vagas, foram contratados professores que tinham apenas a formação de normalista, como mostram os prontuários dos professores que pudemos analisar.

De acordo com depoimentos de ex-alunos da primeira turma de formandos, todos os professores eram exigentes e mantinham a disciplina em sala, ainda que cada um tivesse sua forma pessoal de lecionar. Esses ex-alunos dividem os professores em dois grupos: os que utilizavam os livros nas atividades e explicavam o conteúdo fazendo uso apenas da memória e

os que necessitavam de fichas de resumos, cujo estado de conservação sugere que eram utilizadas há muitos anos.

Três professores se destacaram nas lembranças do ex-aluno: Deniz de Paula Araújo, professor de História, Dionízia de Mello Mattos, professora de francês e latim, e Ivete Rechinelli, professora de trabalhos manuais.

O professor Deniz foi lembrado pela sua retórica, pelo seu vasto conhecimento em História e também por causa dos números de mágica e hipnose que realizava na praça central da cidade em dias de festa.

A professora Dionízia foi lembrada por sua austeridade, pelas frequentes notas baixas atribuídas aos alunos e pelo seu humor instável.

A professora Ivete foi lembrada por seu carisma, sua preocupação em ensinar mais do que prendas domésticas, enfatizando valores para vida; era contra o fumo e o álcool e considerava importante propor momentos de conversa em suas aulas. Os alunos tinham a liberdade de falar sobre qualquer assunto com ela.

5.4.4 - Reuniões de Pais e Mestres do Ginásio Estadual de Pilar do Sul

No arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vereador Odilon Batista Jordão, antigo Ginásio Estadual de Pilar do Sul, encontramos apenas um livro de atas das Reuniões de Pais e Mestres do ginásio, referente às reuniões ocorridas no período de 1960 a 1990. No período de 1960 a 1970 há um registro bimestral das reuniões. Após esse período foram registradas apenas algumas reuniões.

A primeira reunião de pais e mestres do Ginásio Estadual de Pilar do Sul ocorreu em 1960, no prédio do Grupo Escolar “Padre Anchieta”, onde, como já foi dito, o ginásio estava provisoriamente instalado. As reuniões buscavam selecionar problemas internos do ginásio e tinham como objetivo integrar os pais na rotina escolar de seus filhos.

O assunto mais discutido nas reuniões era o das dificuldades de aprendizagem dos alunos. O diretor do ginásio cobrava e tentava orientar os pais para que acompanhassem os estudos dos seus filhos.

a situação das diferentes turmas no que diz respeito ao aproveitamento é grave, pois a perspectiva para o presente ano é elevado número de reprovação (...) (ATA DE REUNIÃO DE PAIS 1960:2).

Os professores consideravam os pais responsáveis pelo baixo rendimento escolar de seus filhos, alegando a falta de horários de estudo em casa. Os pais, por sua vez, reclamavam da falta de orientação dos professores e diziam que a não adaptação dos filhos na escola era devida à falta de assistência por parte dos professores. Depois de várias discussões, pais e

professores concluíram que era necessário que trabalhassem em conjunto, para melhorar o desempenho escolar dos alunos. De acordo com as declarações dos pais nas atas, eles começaram a determinar horários de estudo em casa para seus filhos, a olhar mensalmente as cadernetas de notas e, quando surgissem dúvidas, instruíram-lhes que procurassem imediatamente o diretor.

As reclamações mais frequentes eram dos pais que eram imigrantes japoneses, pois os filhos tinham muito dificuldade nas disciplinas de português, francês e latim. A situação era agravada pelo fato de os pais não conseguirem auxiliar seus filhos, pois falavam com muita dificuldade o português (isso quando não falavam) e dependiam muitas vezes da ajuda dos filhos para se comunicarem.

O Ginásio Estadual requereu à Delegacia de Ensino de Itapetininga a vinda de uma “orientadora educacional” para atender aos alunos com mais dificuldades, promoveu conferências e criou clubes de estudo.

As conferências eram abertas aos professores, pais e alunos. A primeira delas ocorreu no dia 13 de outubro de 1960 e tinha como tema: “A influencia do Latim sobre o Português”. Esse tema foi escolhido porque as maiores dificuldades dos alunos estavam nas disciplinas de latim, português e francês.

O primeiro clube de estudos fundado foi o Clube de Latim, no qual havia discos, livros e materiais diversos para auxiliar e despertar o interesse dos alunos no estudo da língua clássica.

Mesmo após serem tomadas essas providências, os alunos continuaram a ter dificuldades em latim, português e francês.

As reclamações dos pais e as dificuldades dos alunos aumentaram e, por isso, foi solicitada a presença do Inspetor do Ensino Secundário e Normal, José Teixeira Barbosa, em uma das reuniões de pais e mestres.

As reclamações giravam em torno das dificuldades dos alunos no aprendizado do latim, português e francês e, conseqüentemente, também da professora Dionízia de Mello Mattos, que lecionava as três disciplinas.

Os pais reclamavam da postura da professora Dionízia em sala de aula, alegando que ela não motivava os alunos e não demonstrava ter segurança para explicar os conteúdos das disciplinas que lecionava. Nas atas há registros de reclamações dos pais à referida professora:

{...} ela não soube conquistar os alunos e que seus filhos nada entendem da matéria... Pacidina Maria diz que após explicações da professora, esta declara que não sabe se ensino certo ou errado... Joaquim de Almeida Rosa declara que pelo o que se ouve a professora não tem competência e com isso os alunos serão prejudicados...(ATA DA REUNIÃO DE PAIS E MESTRES, 1966:10).

Após apresentar as reclamações dos pais, João Rodrigues Filho entregou ao inspetor um abaixo assinado, que solicitava a não renovação do contrato da professora Dionízia.

Diante dos acontecimentos, o inspetor anunciou que a professora Dionízia deixaria as aulas da 3ª e 4ª séries e que continuaria a lecionar as disciplinas de latim, português e francês na 1ª e 2ª séries, sob a fiscalização do diretor. Caso as falhas continuassem, ele tomaria providências.

Os pais não ficaram satisfeitos com a solução dada pelo inspetor e questionaram a efetividade da fiscalização, pois alegavam que o diretor não tinha tempo disponível para ficar assistindo às aulas da professora.

O inspetor, para acalmar os pais, pediu que fosse organizada uma comissão de pais e alunos para conversar com a professora Dionízia e tentar solucionar, com ela, os problemas. Não foram encontradas informações, nas atas das reuniões de pais e mestres ou em qualquer outro documento, sobre se a comissão de pais e alunos foi realmente composta, e muito menos se a tentativa de diálogo aconteceu.

De acordo com o prontuário da professora Dionízia, ela não foi afastada dos seus trabalhos e continuou lecionando no Ginásio Estadual de Pilar do Sul até 1969, quando então pediu remoção para um Ginásio Estadual da cidade de Sorocaba.

Outra reivindicação constante vem dos pais imigrantes japoneses em relação ao horário em que seria oferecido o curso ginásial. Há um pedido insistente e mesmo uma pressão para que o Ginásio adaptasse o horário das suas aulas ao horário das aulas da Escola Japonesa e Internato. Essa reivindicação acontecia todo início de ano e, como o número de alunos japoneses ou descendentes era grande, a direção do ginásio acabava adaptando o Ginásio aos horários da Escola de Língua Japonesa e Internato.

As atividades cívicas também eram discutidas com frequência nas reuniões de pais e mestres. Os pais reclamavam do excesso de atividades cívicas e das dificuldades da participação dos alunos que moravam na zona rural. Os professores relatavam que a pouca participação dos alunos japoneses e descendentes nas comemorações cívicas não era devido ao fato de morarem na zona rural, mas, na verdade, ao fato de que muitas das atividades do ginásio aconteciam no mesmo horário das atividades da Escola de Língua Japonesa e Internato, às quais os alunos davam prioridade.

Essa discussão foi registrada com frequência. Os professores solicitavam maior participação das crianças japonesas ou descendentes, tecendo discursos sobre a importância da formação moral e cívica, e os pais sempre procuravam justificar as ausências.

5.4.5 Os alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul

Em relação aos alunos aprovados, encontramos uma lista com os seus nomes, separados por série. A partir dessa lista, começamos a questionar a quem o Ginásio atendia e a que segmentos sociais pertenciam.

Para responder a essas e outras questões que surgiram durante a investigação, recorremos aos arquivos da escola. Não encontramos livros de matrículas dos alunos, o que nos levou a direcionar a pesquisa aos prontuários dos alunos do período referente a 1959 a 1975. Essa periodização corresponde ao ano de matrícula da 1ª turma do ginásio e ao ano da última turma matriculada antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692, de 11 de agosto de 1971, que redefiniu a configuração das escolas e foi incorporada em Pilar do Sul em 1976.

Não encontramos os prontuários de todos os alunos matriculados, pois muitos deles foram perdidos nas reformas da escola; além disso, quando o aluno se transferia para outra escola, levava consigo o seu prontuário. Encontramos, porém, um número bastante significativo de prontuários que permitiu caracterizar o corpo discente do Ginásio do Estadual de Pilar do Sul.

A análise dos prontuários ficou restrita aos documentos que tinham informações sobre as origens dos alunos. Os principais documentos são os requerimentos de matrículas das diferentes séries do ginásio, mas concentramos a investigação no primeiro requerimento de matrícula, isto é, no de ingresso do aluno no Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

Juntamente com os prontuários foram utilizadas fontes iconográficas e orais. Foram colhidos depoimentos de moradores locais, funcionários e ex-alunos da instituição.

A grande maioria dos alunos que se matriculou no Ginásio no período investigado se concentra na faixa etária que vai dos 11 aos 15 anos, conforme mostra a Figura 62. Cerca de um quarto desse conjunto tinha 12 anos de idade quando se matriculou no primeiro ano ginásial, seguido de perto daqueles que tinham 13 anos. Portanto, quase metade dos matriculados ingressaram no ginásio com um ou dois anos de atraso. A não existência de um ginásio no município teria sido um dos principais responsáveis por esse atraso nos seus primeiros anos de funcionamento?

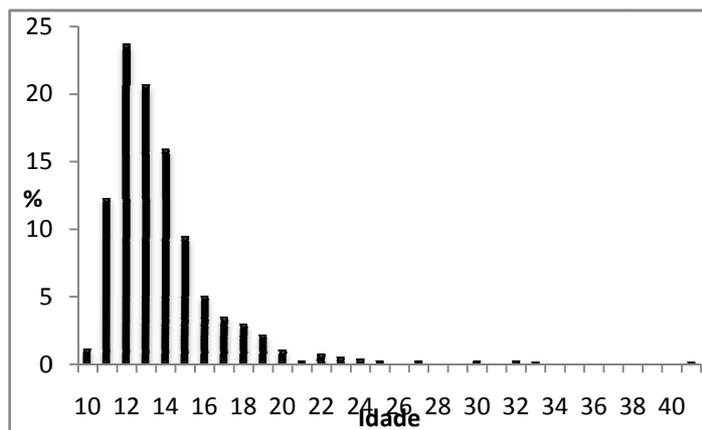


Figura 62: Percentual de alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, por idade declarada no ato da matrícula (1959 –1971)

Fonte: Elaboração própria com base nos prontuários dos alunos

Observamos na Figura 63 que os alunos matriculados no ginásio residiam, em sua grande maioria, no centro da cidade. Parcela numericamente pouco representativa (menos de 10% do total) residia nos subúrbios³². Em torno de 30 a 40% na zona rural, e entre 60 e 70%, na região central da zona urbana, com exceção do que se verifica em 1962, quando ocorre uma incomum inversão, e em 1969, quando se verifica um equilíbrio entre os alunos que residiam no centro e na zona rural da cidade. Não encontramos explicação plausível para a ocorrência desses dois destoantes acontecimentos.

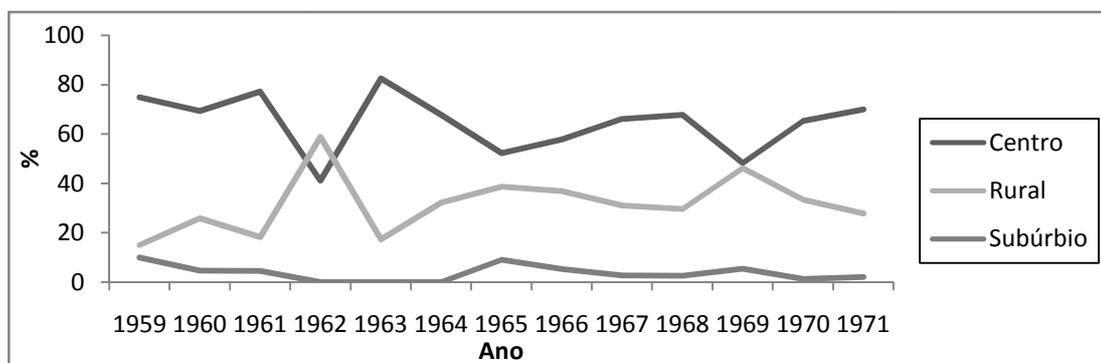


Figura 63: Percentual de alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, por local de residência (1959 – 1971).

Fonte: Elaboração própria com base nos prontuários dos alunos

Para frequentar as aulas do ginásio, os alunos que moravam na zona rural viajavam todos os dias ou se hospedavam em casas de parentes durante a semana, retornando no final de semana para suas casas. As pessoas que tinham alunos do Ginásio Estadual hospedadas em suas casas ficavam responsáveis pelas crianças. Por isso, consideramos que o número de alunos que residiam no centro da cidade era aumentado artificialmente, pois os alunos declaravam nos requerimentos de matrículas os endereços das casas onde estavam residindo provisoriamente.

³² MARTINS, José de Souza . *Subúrbios*. São Paulo, 1992.

Os alunos que moravam em bairros rurais muito distantes ficavam na cidade durante a semana e os que moravam em bairros rurais mais próximos acabavam optando por viajar diariamente. A viagem diária era desgastante, pois as estradas não eram pavimentadas, permitindo a passagem apenas de tratores, cavalos ou charretes. Os pais das crianças que moravam próximas entre si organizavam rodízio de charretes. Cada semana, um pai cedia a charrete para levar as crianças diariamente para a cidade.

Após a fundação do internato e da escola de língua japonesa na cidade, os pais japoneses optaram por pagar para que seus filhos fossem internos e estudassem na escola de língua japonesa. As crianças permaneciam internas durante toda a semana, saindo apenas em um período do dia para frequentar as aulas do ginásio.

A maioria dos pais dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul era brasileira, conforme mostra a Figura 64; considerando todo o período analisado, 67% dos pais eram brasileiros, 31% deles eram japoneses e o 1,7% restante era constituído por diferentes nacionalidades, como italiana, portuguesa, peruana e húngara³³.

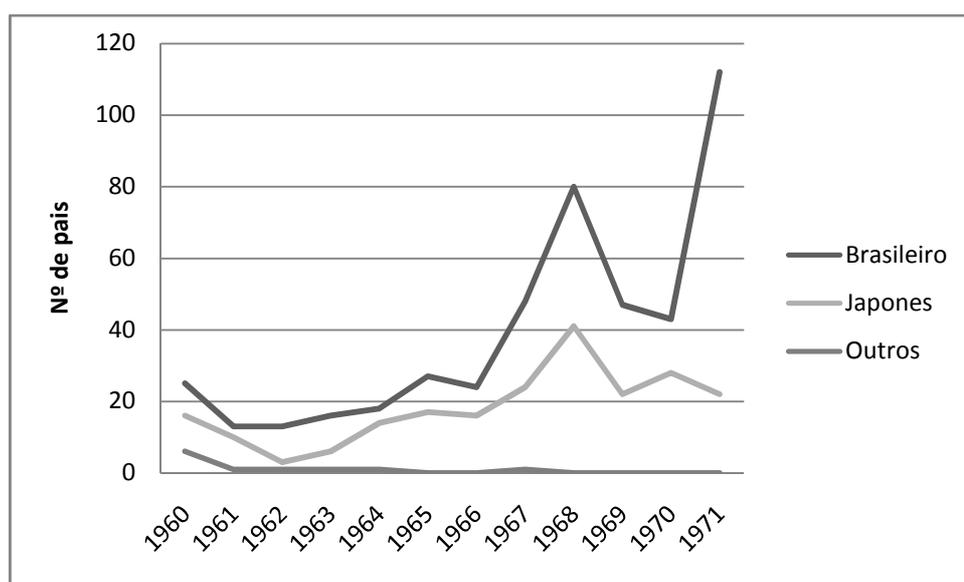


Figura 64: Nacionalidade dos pais dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul (1960 – 1971).

Fonte: Elaboração própria com base nos prontuários dos alunos

A maioria das mães era brasileiras (Figura 65). Considerando o período analisado, 69% das mães eram brasileiras, 31% eram japonesas e 0,3% era italiana.

³³ Nos prontuários dos alunos que ingressaram em 1959 não havia informações sobre a nacionalidade dos pais. No período pesquisado foram encontrados 697 prontuários com informações sobre a nacionalidade do pai e 709 com informações sobre a nacionalidade da mãe.

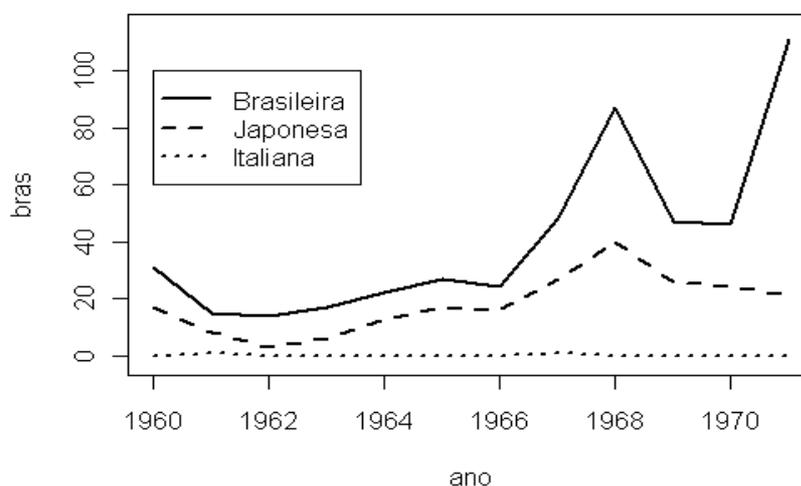


Figura 65: Nacionalidades das mães dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul (1960 – 1971).

Fonte: Elaboração própria com base nos prontuários dos alunos

Os pais dos alunos que moravam na cidade trabalhavam principalmente no comércio ou eram prestadores de serviços, e cerca de 47% trabalhavam na lavoura. Foram agrupadas as profissões correlacionadas e as que apareceram menos de três vezes foram denominadas como “outros”. Os dados são referentes à profissão do pai, pois nos prontuários dos alunos não havia informações sobre a profissão das mães, exceto quando a mãe era professora.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para essa ausência. Há a possibilidade de as mães dos alunos não trabalharem fora de suas casas ou não ter reconhecido fora dele o trabalho feminino, com exceção da profissão de professora. Ou, ainda, as mães dos alunos não tinham interesse ou necessidade de trabalhar fora de suas casas. Consideramos pertinente o levantamento dessas hipóteses, pois nos prontuários há um lugar reservado para o registro da profissão das mães que raramente foi utilizado. Com exceção das mães professoras, não há informações sobre as atividades que as demais mães exerciam, se trabalhadoras do lar ou de fora do lar.

Conforme apresentado na Figura 66, 47% dos pais trabalhavam no campo e 16,9% eram comerciantes. Pais cujas profissões eram braçais, como pedreiro (3,44%), carpinteiro (1,79%), mecânico (1,79%), eletricitista (0,96%), padeiro (1,1%), sapateiro (0,69%), e barbeiro (0,69%) não somavam 10% do total. Professores (3,72%), funcionários públicos (3,44%), farmacêuticos (1,1%), e escriturários (0,96%) também não ultrapassam 10% do total. Esses dados sugerem que a grande maioria, quase a maioria absoluta dos pais exercia profissões ou funções ligadas a atividades agrícolas ou comerciais.

Segundo Cecília, inspetora de alunos, nos dois primeiros anos de funcionamento do Ginásio os alunos que o frequentavam eram originários das famílias que tinham mais recursos financeiros e escolaridade. Muitas famílias de menor renda achavam desnecessário continuar os estudos depois do primário e também consideravam o ginásio uma escola para os “ricos”.

Considerando que a economia de Pilar do Sul era baseada na produção e na venda dos produtos agrícolas, que a fonte de renda dos pais dos alunos era o comércio ou a agricultura e que 60% dos pais que se declararam lavradores, pecuaristas e fazendeiros eram donos de suas terras, podemos concluir que a maioria dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul pertencia, no período pesquisado, à classe dominante local.

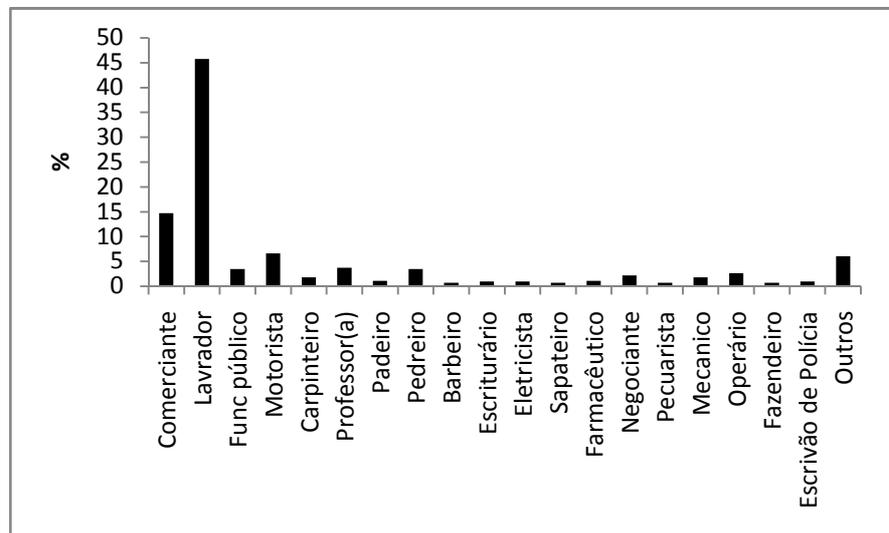


Figura 66: Percentual das profissões dos pais dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul (1959-1971).

Fonte: Elaboração própria com base nos prontuário dos alunos

Outra questão inserida na investigação foi a constante preocupação com a formação diferenciada para cada gênero. Iniciamos a análise utilizando o Teste das Ordens assinaladas de Wilcoxon (CAMPOS, 1983), ($V=36,5$; p -valor = 0,7892) que evidenciou que não há diferença significativa entre o número de alunos do gênero masculino e feminino matriculados no período analisado.

Porém, para falar da questão de gênero, consideramos importante analisá-la entrelaçando-a com o cotidiano escolar e suas práticas.

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul, apesar de ser uma escola mista, contou nos primeiros anos de funcionamento com classes e horários separados por gênero, pois havia uma constante preocupação de que os alunos não tivessem nenhum contato com as alunas.

Em relação às disciplinas que eram oferecidas, a carga horária era igual, porém os conteúdos tinham algumas diferenças entre as classes femininas e masculinas.

Disciplinas como matemática, trabalhos manuais e educação física eram direcionadas conforme o gênero. Em matemática, os meninos, além do conteúdo básico exigido por lei, também tinham um aprofundamento em matemática financeira e para o comércio, enquanto que para as meninas, além dos conteúdos básicos, enfatizava-se economia doméstica. Na disciplina trabalhos manuais os meninos trabalhavam com marcenaria e as meninas com prendas do lar.

As separações de atividades entre gênero começaram a diminuir em 1961, com a composição de salas mistas. Um ponto interessante a se destacar em relação a essas salas é que elas não começaram a ser organizadas dessa forma porque a equipe escolar tinha começado a aceitar a igualdade dos gêneros. O ginásio continuava sendo uma escola que propunha oferecer formação com direcionamentos diferentes, mas o grande número de repetências e de evasões obrigou à organização de salas mistas, ainda que, para o primeiro ano ginásial houvesse sempre a tentativa de manter a separação por gênero.

5.4.6 - Disciplina escolar e as traquinagens de alunos

Segundo Cecília, inspetora de alunos, as regras disciplinares que os alunos tinham que cumprir eram rígidas. A disciplina começava no horário de entrada da escola, quando o ginásio ainda dividia o prédio com o grupo escolar. Nessa ocasião, os alunos tinham que cumprir as mesmas regras do grupo escolar, fazendo filas para irem para as salas, sempre em silêncio. Com a mudança para o prédio próprio, o ginásio passou a ter seu próprio regimento interno.

Cecília Oliveira era quem badalava o sino, manual à época. Às 6h45min, os alunos tinham que ir para a sala de aula. Quando soava o segundo badalo todos deveriam estar sentados e deveriam se levantar com a entrada do professor, o que acontecia às 7h05min, quando soava o terceiro badalar do sino.

Antes do primeiro sino, Cecília Oliveira e o diretor ficavam na porta de entrada verificando os uniformes dos alunos. Nenhum aluno podia entrar com falta de alguma peça do uniforme.

O uniforme dos meninos era calça comprida, camisa branca com distintivo da escola, meias brancas, sapatos pretos, cinto preto e jaqueta de xantungue. O das meninas era saia com pregas, camisa branca com distintivo da escola, meias brancas, sapatos preto, cinto vermelho e jaqueta de xantungue.

O uniforme era inspecionado todos os dias e, mesmo quando os alunos justificavam o motivo da falta de alguma peça do uniforme, não podiam entrar.

Nos prontuários dos alunos, encontrei correspondência dos pais dirigida ao diretor. O assunto mais frequente era o uniforme dos alunos. Os pais enviavam recados e cartas justificando a falta de alguma peça do uniforme.

Apesar de todas as regras que regiam a rotina escolar do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, os alunos sempre encontravam alguma maneira de burlá-las.

De acordo com as lembranças da Cecília Oliveira, a inspetora de alunos, as traquinagens eram frequentes. Ela relata que certo dia o aluno Norio Yonemura roubou o sino da escola e ninguém encontrava; depois de anos, o responsável pelo internato da escola japonesa devolveu o sino ao ginásio, que estava escondido em uma das dependências do internato.

Outra lembrança marcante para Cecília Oliveira foi quando alguns alunos em um sábado entraram na escola, beberam todos os refrigerantes do diretor Wilson Muscari e urinaram nas garrafas. Quando os responsáveis pela traquinagem foram descobertos, o diretor chamou seus pais mas não os expulsou, porque considerou que o ocorrido era uma brincadeira de criança.

Todos os ex-alunos com os quais conversei relembram com muito entusiasmo a época em que estudaram no Ginásio Estadual. A convivência com professores, funcionários e amigos marcou suas vidas. Mas o que eles recordam com maior alegria são mesmo as traquinagens escolares.

Cecília Oliveira, inspetora, era a responsável pelo soar do sino e para isso ficava atenta ao relógio do corredor de entrada da escola. Dentre as traquinagens mais frequentes, destaca-se a seguinte: Samuel, que era o mais alto aluno da escola, carregava Silvinha nos ombros para que ela adiantasse o relógio. A inspetora não percebia e os alunos saíam mais cedo.

Cecília Oliveira sempre foi muito querida pelos alunos que sempre aprontavam com ela. Quando os alunos da primeira turma do Ginásio estavam na quarta série, resolveram esconder o sino da escola. Colocaram-no em uma caixa de presente, esconderam-na embaixo da escada e só o devolveram no final do ano, dizendo ser um presente.

Em sala de aula era frequente alguém desenhar um amigo e passar o desenho para toda a sala, menos para o colega que teria servido de modelo. Essa brincadeira era chamada de “Passe e Tussa”. Pois que recebia o desenho deveria olhar, passar e tossir.

Nas aulas de Canto Orfeônico, enquanto a professora regia os alunos, um aluno ficava atrás da professora, imitando seus gestos; quando ela mandava parar, o aluno dava sinal para que os demais continuassem e a professora sempre ficava muito brava.

Outra brincadeira era chegar mais cedo à escola e ficar na janela do pavimento superior esperando os amigos chegarem e, de lá, ficar cuspidando na cabeça deles.

Os meninos também adoravam espiar as aulas de educação física, que eram no período inverso. O uniforme de educação física, para as meninas, era short azul com elásticos nas pernas e camisa branca. Para não caminhar pelas ruas da cidade apenas de short, elas usavam uma saia por cima, que tiravam quando chegavam à escola. Enquanto as meninas participavam da aula, os meninos roubavam as saias e as amarravam todas juntas. Quando a aula acabava, era o maior alvoroço para encontrar a saia e desatar os nós.

As fotos a seguir registram alunas da primeira turma do Ginásio com uniforme de educação física.



Figura 66: Alunas da primeira turma do Ginásio Estadual em uniforme de Educação Física.

Fonte: arquivo pessoal – Anita Yokiko Iha

Os alunos também gostavam de organizar e participar das atividades cívicas, de concursos e passeios. A seguir fotos que registram algumas dessas atividades.



Figura 67: Desfile de aniversário de emancipação política de Pilar do Sul na década de 60.

Fonte: arquivo – E.E. Vereador Odilon Batista Jordão



Figura 68: Comemoração de 7 de Setembro na década de 60.
Fonte: arquivo pessoal Anita Yokiko Iha



Figura 69: Concurso de miss em 1962 em Pilar do Sul.
Fonte: arquivo – E.E. Vereador Odilon Batista Jordão

Os formandos de 1962 queriam que fosse realizado um baile de formatura, mas o diretor Wilson Muscari não permitiu. Alguns alunos, no entanto, falsificaram a assinatura do diretor autorizando a realização do baile. Os alunos contrataram banda, reservaram salão e se responsabilizaram por toda a organização do evento. O baile foi um sucesso e até contou com a presença do diretor Wilson Muscari, acompanhado de sua esposa, conquanto ele não recordasse de ter assinado a autorização para realização daquele baile de formatura.

5.4.7 A presença dos alunos japoneses e descendentes no Ginásio Estadual de Pilar do Sul

A vida escolar dos alunos japoneses e descendentes no Ginásio Estadual era mais fácil, pois eles tinham frequentado o Grupo Escolar “Padre Anchieta” e já vivenciado, portanto, uma experiência escolar.

Outro ponto que facilitava a adaptação desses alunos era que tinham o repertório um pouco mais amplo em português na linguagem oral, e na escrita eram alfabetizados. Destacavam-se, também, porque a maioria era considerada de alunos concentrados, disciplinados e com bom desempenho em matemática e desenho.

Ser considerado um aluno concentrado, disciplinado e com bom desempenho em matemática e desenho auxiliava na integração com professores e alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul. Os professores enfatizavam a obediência e a disciplina, amenizando a cobrança em nas matérias de português, latim e francês, em que a maioria dos alunos tinha dificuldade. Esses, colegas de série, sempre pediam ajuda para resolver as tarefas de matemática e desenho, o que contribuía para a construção de elos de amizade e diminuía as brincadeiras em relação à aparência dos alunos japoneses ou descendentes.

A maioria dos alunos japoneses e descendentes teve menos problemas de adaptação no ginásio, interagindo melhor no espaço escolar, porém ainda não estavam totalmente integrados, uma vez que preferiam participar das atividades da Escola Japonesa e Internato do que das atividades do ginásio, tais como o grêmio, clubes escolares ou festas que fossem em horários concomitantes com a Escola de Língua Japonesa e Internato.

5.4.8 - Grêmio estudantil do Ginásio Estadual de Pilar do Sul

A primeira referência feita ao grêmio estudantil do Ginásio foi encontrada no livro de Ata de Reuniões de Pais e Mestres. Ele foi aberto em 15 de setembro de 1960 e encerrado em 1º de junho de 1990. Na Ata da 2º Reunião de Pais, dentre os assuntos em pauta, o então diretor do ginásio, professor Alexandre Mazagão, apresenta para discussão a proposta de organização do grêmio estudantil na instituição.

O grêmio deveria ser um órgão estritamente apertidário, de acordo com as diretrizes que então conduziam o ginásio:

{...} referindo-se a orientação geral que deve nortear... acentuou o diretor o caráter estritamente apertidário e livre de injunções política... dizendo que tudo fará para manter essa norma, queiram ou não queiram os políticos da oposição ou da situação (ATA DA 2º REUNIÃO DE PAIS E MESTRES, P. 3).

Não encontramos o primeiro estatuto do grêmio estudantil que vigorou no período de 1960 a 1964, mas encontramos aquele que passou a regê-lo a partir de 1964. Ele previa que o grêmio deveria ser uma entidade representativa dos alunos, sem caráter político e religioso em qualquer uma de suas atividades. Estas deveriam “...servir ao desenvolvimento moral, social,

intelectual e esportivo dos seus sócios”, podendo intervir nos problemas internos entre escola e corpo discente e, sempre que possível, promover a difusão da cultura, reuniões sociais, educativas, esportivas, atos de assistência ao estudante pobre e vendas de livros a preço de custo.

Os sócios do grêmio tinham direito de participação nas festas, de fazer propostas à diretoria, de votarem e serem votados para qualquer cargo e terem uma carteirinha de associado. Tinham, ainda, o dever de aceitar desempenhar cargos e comissões para os quais fossem eleitos, de pagar anuidade, de manter o respeito entre os sócios, e de excluir assuntos políticos e religiosos das atividades do grêmio. Eram responsáveis também por cumprir o estatuto, promover o crescimento do grêmio e estar quites com as contribuições.

A primeira diretoria do grêmio estudantil foi composta, em 1960, pelos seguintes membros:

Presidente de Honra	Júlio Diniz	Professor
Presidente -	José Batista Proença	Aluno do 2º ano
Vice Presidente -	Paulo de Góes	Aluno do 2º ano
Secretário -	Luiz Gomes Ribeiro	Aluno do 2º ano
Tesoureiro -	Deniz Valio	Servente
Conselheiro -	José Luiz Pereira	Aluno do 1º ano
Conselheiro -	Samuel Antunes Neto	Aluno do 2º ano
Conselheiro -	Iracino Rosa Batista	Aluno do 2º ano
Conselheiro -	Gabriel Ferreira do Santos	Aluno do 2º ano
Conselheiro -	Orlando Tavares Rosa	Aluno do 2º ano
Conselheiro -	Elio Rosa Batista	Aluno do 2º ano
Conselheiro -	Anita Yokiko Iha	Aluno do 2º ano
Conselheiro -	Guiomar Perreira Carvalho	Aluno do 2º ano
Diretor Social -	Eloísa Mitsu Iha	Aluno do 2º ano
Diretor Esportivo -	Fernando Celso da Costa	Aluno do 1º ano

Quadro 02: Cargos dos integrantes da primeira diretoria do Grêmio Estadual do Ginásio de Pilar do Sul com as suas respectivas funções ou ano em que está matriculado.

Fonte: Elaboração própria com base no Livro Ata do Grêmio estudantil do Ginásio Estadual de Pilar do Sul

O quadro 2 mostra os integrantes da primeira diretoria do grêmio estudantil, composta por doze homens e três mulheres; duas dessas mulheres são irmãs, filhas de pai japonês e mãe brasileira. Consideramos relevante esse dado, pois o Ginásio Estadual de Pilar do Sul tinha um grande número de alunos japoneses ou descendentes, mas esses alunos davam prioridade para as atividades da escola japonesa. A participação dessas alunas no grêmio provavelmente se explica porque, não sendo filhas de pai e mãe japoneses ou descendentes, a diretoria do Kaikan e da Escola Japonesa não permitiu que elas frequentassem as suas dependências, pelas

razões já registradas anteriormente; desta forma, elas poderiam participar mais ativamente das atividades do Ginásio Estadual de Pilar do Sul.

Nos primeiros anos de funcionamento, o grêmio se reunia no próprio prédio do ginásio. Em 1964, com um número maior de associados, foi alugada uma sede própria.

O prédio em que se instalou a sede pertencia à Associação Rural de Pilar do Sul e ficava localizado na rua Américo Brasileiro, s/nº, no centro da cidade. Com sede própria, o grêmio pôde ficar aberto diariamente e passou a ser um órgão de representação dos alunos, no ambiente escolar e na sociedade pilarense.

O grêmio representava os alunos, organizava bailes, eventos esportivos, shows, concursos de beleza, entre outras atividades.

As verbas arrecadadas eram destinadas à manutenção do grêmio, auxiliavam nas festas de formatura do 4º ano ginásial, na manutenção do Ginásio e na compra de materiais para alunos necessitados.

Os sócios do grêmio estudantil e a população pilarense podiam participar de todas as atividades organizadas por ele, desde que seguissem as regras de moralidade³⁴.

O último registro no livro de atas se refere à Ata da Reunião Extraordinária, ocorrida em 12 de setembro de 1965, que tratou da eleição da diretoria para o período administrativo do ano seguinte.

Não encontramos nenhum documento sobre o fechamento do grêmio, mas consideramos que ele tenha sido fechado durante o período da última diretoria citada em ata. Segunda Anita, ex-aluna, o grêmio fechou por falta de participantes. Ele chegou a ser apelidado de Clube dos Maricas e, por preconceito, principalmente dos rapazes, os alunos deixaram de participar das atividades por ele realizadas.

5.5 - Evidências das transformações no campo escolar e mudanças na cultura escolar interrelacionados com o campo social após a chegada e permanência dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul

Como escrevemos anteriormente, os imigrantes japoneses chegaram a Pilar do Sul com o objetivo de comprar suas próprias terras e se estabeleceram, trabalhando na agricultura. Percorremos neste trabalho um pouco de algumas experiências vivenciadas antes de chegarem a Pilar do Sul, para compreender a bagagem de vida, o *habitus* dos japoneses e descendentes que chegaram à cidade.

³⁴ Não encontrei no estatuto ou em outro documento quais atos poderiam ser considerados “atos de imoralidade”.

Os japoneses e descendentes eram novos agentes no campo social e no campo escolar de Pilar do Sul; compreender seu *habitus* contribui para analisarmos as mudanças no campo social e no campo escolar de Pilar do Sul no período investigado.

À medida que as condições sociais e históricas foram sendo alteradas, o *habitus* dos antigos moradores e dos imigrantes japoneses também se modificou e foram incorporando outros esquemas de percepção e ação, que contribuíram para a conservação ou a transformação do próprio *habitus* e do campo social e escolar .

A consolidação dos campos não se constituiu de forma neutra e aleatória. Eles estavam inseridos num determinado contexto e foram sendo determinados com os agentes sociais envolvidos neste processo: os antigos moradores da cidade, os agentes que compõem e definem a estrutura e organização escolar e os imigrantes japoneses. Por isso é preciso perceber que:

Nos diferentes campos, existe uma correspondência entre as divisões objetivas do mundo social, notadamente entre dominantes e dominados – e os princípios de visão e de divisão que os agentes lhe aplicam. [...] A exposição repetida às condições sociais definidas imprime nos indivíduos um conjunto de disposições duráveis e transferíveis, que são a interiorização da realidade externa, das pressões de seu meio social inscritas no organismo[...] (BOURDIEU, 2002, p. 68).

A partir da constituição de um campo acontece uma interiorização dos indivíduos, uma disposição em aceitar determinadas práticas. Isso não acontece de forma individualizada, mas relacionada às condições sociais vividas.

O campo social de Pilar do Sul como um espaço de lutas e conflitos sofreu modificações com a chegada dos imigrantes japoneses. Essas modificações foram construídas num processo lento e gradual de estranhamento e interação entre os antigos moradores e os recém-chegados, os japoneses e descendentes.

Os imigrantes japoneses, no processo de estranhamento e interação foram se constituindo novos agentes no campo social, que acabou sofrendo modificações na produção agrícola, na organização econômica, nas práticas culturais e no campo escolar.

Uma das primeiras mudanças no campo social foi a introdução do cultivo de novos produtos agrícolas, com técnicas adequadas que favoreciam o aumento da produção, como o uso de fertilizantes, o que gerou maior produtividade e movimentou a economia.

A maioria dos produtos era vendida em cidades maiores, como Sorocaba e São Paulo. A forma de produção e comercialização foi organizada pelo sistema de cooperativas, o que possibilitou maior produção e a comercialização em outras cidades, além de lucro.

Esse sistema de cooperativas influenciou a criação da Casa da Agricultura em 1958 (lei nº 177 de 23 de setembro de 1958), que prestava assistência técnica, distribuía mudas e sementes e incentivou o cultivo de novos produtos, além da criação de gado.

Em 13 de setembro de 1958 foi fundada a Associação Rural de Pilar do Sul com 44 sócios, a qual, em 1962, já contava com 193 sócios. Era uma agremiação que tinha por finalidade contribuir com o aumento da produção e maior comercialização dos produtos agrícolas de seus sócios.

O fortalecimento da economia rural contribuiu para o crescimento do comércio e para melhorias na infraestrutura da cidade.

Em Pilar do Sul, desde sua chegada os japoneses se relacionavam mais com seus pares devido à dificuldade de falar português e também com intuito de manter suas tradições. A população pilarense manteve as comunidades separadas por uma barreira de preconceito e mecanismos de controle por anos. Essa barreira começou a ser dissolvida aos poucos, com o convívio cotidiano, nas brincadeiras entre as crianças, pela relação de trabalho - patrões (imigrantes japoneses) e empregados (os antigos moradores e imigrantes japoneses recém-chegados) e com a fundação da Escola de Língua Japonesa e internato, dentro da legalidade, em 1962.

No final da década de 50 e 60 descendentes japoneses já participavam da vida política da cidade. Foram eleitos vereadores em vários mandatos e houve até mesmo um candidato a vice-prefeito, que não foi eleito.

Nas fotos a seguir podemos observar a participação dos japoneses e descendentes em alguns eventos culturais e políticos da cidade. A 70 retrata mulheres na década de 60 na carroceria de um trator. Elas tinham vindo à cidade para participar da festa de aniversário de emancipação política de Pilar do Sul.



Figura 70: Descendentes nipônicos na carroceria do trator.
Fonte: Arquivo pessoal família Takahashi

Todo ano era comemorado o aniversário de emancipação política da cidade com várias atividades, entre elas, um desfile cívico pelas ruas, que mobilizava o comércio, os órgãos públicos, as associações e principalmente as escolas. Estas desfilavam organizando pelotões com temas, caminhões enfeitados e fanfarras. As figuras a seguir registram a participação da Escola de Língua Japonesa e Internato com pelotões e caminhões enfeitados e a participação da Cooperativa Agrícola Cotia e da Cooperativa Agrícola Sul Brasil nos desfiles.

O movimento de participação nesse evento demonstra o processo de interação por meio das atividades sociais, culturais e econômicas, pois o desfile, além de ser um evento cultural, também é um espaço de demonstração de status e poder econômico. Ele é um meio de as escolas demonstrarem e valorizarem seu trabalho apresentando com pelotões bonitos e disciplinados. Para o comércio e as associações, é um espaço principalmente para demonstrar o crescimento econômico e fazer propaganda dos produtos.

Para a Escola de Língua Japonesa e Internato o desfile era um espaço para apresentar um pouco das tradições culturais japonesas e homenagear a terra que a recebeu. As Cooperativas Agrícolas Cotia e Sul Brasil, além de trazerem um pouco das tradições japonesas e homenagem ao Brasil, demonstravam o crescimento econômico, apresentando sua frota de caminhões e exemplares da produção agrícola.

O fato de a Escola de Língua Japonesa e Internato e as Cooperativas Agrícolas japonesas terem conquistado um espaço nos eventos e principalmente no desfile de aniversário da cidade evidencia o processo de quebra de barreiras e de assimilação desses novos agentes no campo social de Pilar do Sul.



Figura 71: Caminhão da Cooperativa Agrícola Cotia no desfile de aniversário de Pilar do Sul.

Fonte: Arquivo pessoal da professora Miyo Yoshiba



Figura 72: Alunas da Escola de Língua Japonesa e Internato em cima de um caminhão se preparando para participar do desfile de aniversário de Pilar do Sul.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 73: Caminhão da Cooperativa Sul Brasil no desfile de aniversário de Pilar do Sul.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba

A figura 74 retrata um momento do aniversário de emancipação política de Pilar do Sul do ano de 1968, mas, além disso, traz o resultado do concurso de beleza para eleger a rainha da cidade, realizado como parte da programação de aniversário do município. A eleita foi uma descendente de japonês e, segundo relatos de moradores, foi a primeira vez que uma descendente de japonês ganhou um concurso de beleza na cidade.



Figura 74: Rainha e princesa de Pilar do Sul no desfile de aniversário da cidade.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba



Figura 75: Alunas da Escola Japonesa e Internato no desfile de aniversário de Pilar do Sul.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba

Na figura 76 observamos representantes da Associação Desportiva Kaikan em evento político da cidade.



Figura 76: Representantes da colônia japonesa em evento político.

Fonte: Arquivo pessoal Salvador Alves da Silva

As figuras 77, 78 e 79 retratam eventos culturais, com apresentações de dança e artes marciais no Salão PIO X, aberto a toda população pilarense e realizado no final da década de 60.



Figura 77: Dança tipicamente japonesa.
Fonte: Arquivo pessoal família Takahashi



Figura 78: Apresentação de artes marciais.
Fonte: Arquivo pessoal família Takahashi



Figura 79: Grupo de jovens do Kaikan, nos bastidores da apresentação que iria homenagear os Estados brasileiros.

Fonte: Arquivo pessoal professora Miyo Yoshiba

A presença dos imigrantes japoneses modificou o campo social e o campo escolar de Pilar do Sul. As mudanças no campo social repercutiram em mudanças no campo escolar, primeiro com o ingresso dos filhos dos imigrantes nas escolas primárias estaduais e em seguida com a contribuição dos japoneses e descendentes para a fundação do Ginásio Estadual de Pilar do Sul e a criação de uma nova escola para compor o campo escolar: a Escola de Língua Japonesa e Internato.

Entre as diferentes nacionalidades dos imigrantes que chegaram ao Brasil, os japoneses eram o povo que tinha grande preocupação com a valorização da educação. A preocupação dos imigrantes japoneses com a educação dos filhos seria uma continuidade da atitude valorizada no Japão, principalmente por parte daqueles que vivenciaram a Era Meiji que, segundo Miyao (1980:91), foi um período em que a educação foi considerada a coisa mais importante da vida.

Como descrevemos anteriormente, houve um processo gradual de interação dos novos agente no campo social. Essa interação foi impulsionada por vários fatores já descritos, porém é importante destacar que o principal deles foi o fortalecimento econômico das colônias.

Com o fortalecimento econômico das colônias, boa parte dos japoneses e descendentes começaram a deter poder econômico na cidade, modificando as relações econômicas e tendo uma ascensão social, o que os tornava parte da classe dominante pilarense.

A ascensão social dos imigrantes japoneses é um dos fatores que influenciaram a constituição do campo escolar, pois ela auxiliou na fundação do Ginásio Estadual de Pilar do Sul e na legalização da Escola de Língua Japonesa.

Segundo Silva (2007), o Ginásio Estadual de Pilar do Sul foi uma reivindicação da classe dominante local. Na ata da primeira reunião de pais e mestres do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, em 1960, encontramos agradecimentos aos pais dos alunos que arrecadaram fundos para compra dos materiais necessários ao bom funcionamento da escola, dentre eles japoneses e descendentes.

Analisando a lista da primeira classe matriculada em 1959 e o prontuário dos alunos do Ginásio Estadual de Pilar do Sul, concluímos que nesse ano 13% dos alunos eram japoneses ou descendentes, e no período de 1960 a 1971 os japoneses ou descendentes chegaram a 31%. Há um crescimento de alunos japoneses ou descendentes depois de 1962, ano em que a Escola de Língua Japonesa começou a funcionar dentro da legalidade e o internato foi fundado, como podemos observar na Figura 55 apresentada e discutida anteriormente.

A Escola de Língua Japonesa foi criada em 1950, na colônia do Sertão, e foi mantida funcionando na ilegalidade por doze anos, mesmo recebendo avisos do diretor do Grupo Escolar “Padre Anchieta” sobre a não permissão de seu funcionamento, pois, como já vimos, era proibido o ensino em língua estrangeira para crianças menores de doze anos. Mesmo com os constantes avisos e ameaças de que os pais poderiam ser presos se a escola fosse descoberta em funcionamento, ela foi mantida até 1962, quando a Escola de Língua Japonesa e Internato começaram a funcionar dentro da legalidade, no centro da cidade.

A legalização da Escola de Língua Japonesa e Internato, além de modificar a constituição do campo escolar, inseriu nele novos agentes, ou seja, uma nova cultura escolar que interferiu direta ou indiretamente nas práticas das demais escolas que constituíam o campo escolar de Pilar do Sul no período investigado.

A escola primária, desde o início da República, era revestida de um caráter nacionalista, valorizando a formação moral e cívica e tendo em vista o disciplinamento e a

formação do cidadão. O Grupo Escolar “Padre Anchieta” e as escolas isoladas rurais de Pilar do Sul tinham sua organização e suas práticas norteadas por essa política nacionalista, uma vez que eram consideradas como um espaço da cultura, capaz de ser um agente transformador de moralização e civismo.

Com o ingresso dos alunos japoneses e descendentes, as idéias de moralização dos costumes, hábitos de higiene e principalmente de civismo e amor à pátria são assumidos como fundamentais pela organização pedagógica, norteadas as práticas das escolas primárias. Os imigrantes japoneses eram vistos como uma ameaça e eram os principais alvos no ensino da educação moral e cívica, pois eram estrangeiros com costumes e tradições peculiares que enalteciam o Japão.

Tendo em vista as peculiaridades das colônias que faziam questão de manter as tradições japonesas, o preconceito contra os japoneses e o caráter nacionalista que norteara as práticas das escolas primárias, do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e das escolas isoladas há uma reorganização dessas instituições com o objetivo de nacionalizar as colônias.

No conjunto de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e das escolas isoladas rurais observamos a organização dos tempos, dos espaços e das práticas tendo em vista a moralização, o civismo e o patriotismo, com o objetivo de formar o cidadão e principalmente homogeneizar os imigrantes japoneses na sociedade brasileira.

Essa missão de homogeneizar os imigrantes japoneses era realizada durante as lições da língua pátria, pois as atividades de linguagem oral e escrita se constituíam em uma ação que moldava o comportamento. Falar com “moderação no tom de voz e velocidade de razoável pronúncia”, escrever com correção e letra legível são demonstrações de uma cultura erudita. As dificuldades dos imigrantes japoneses em falar o português impuseram aos professores novas práticas, principalmente no processo de alfabetização, pois o aprendizado do oral era fundamental para que a alfabetização acontecesse. Nas Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar e Escolas Isoladas o diretor e professores escrevem sobre a metodologia do ensino da língua pátria, “que está ligada ao ambiente da criança, daí a necessidade do entrelaçamento entre Escola e Família nas reuniões mensais da Associação de Pais e Mestres; que a metodologia da Língua Pátria estava dividida em áreas: Leitura, Linguagem oral e Escrita” (Ata da reunião pedagógica do Grupo Escolar “Padre Anchieta” e Escolas Isoladas, 1964, p.16). O ensino de geografia e história do Brasil, engrandecendo as riquezas, os personagens históricos, conhecendo a cultura, as tradições por meio das festas cívicas e rituais.

As festas e rituais no cotidiano escolar eram práticas que elevavam o caráter da criança, moralizando os costumes e disciplinando as ações. A organização pedagógica dessas escolas era norteadada pela finalidade atribuída a elas como disseminadoras de sentimentos de amor à pátria; visava-se um espaço alfabetizador e nacionalizador do imigrante e do trabalhador rural.

O Ginásio Estadual de Pilar do Sul sofreu interferência da Escola de Língua Japonesa na organização do tempo escolar e em algumas atividades escolares. Nas atas de reunião de pais e mestres encontramos informações sobre a organização do tempo escolar. Os pais dos alunos japoneses e descendentes pressionavam o ginásio para oferecer suas atividades em horário diferente do da escola japonesa. Assim, caso as aulas da escola japonesa fossem no período da manhã, as aulas do ginásio seriam à tarde. Era comum que muitos alunos japoneses ou descendentes dessem prioridade para participação das atividades da escola japonesa; caso acontecessem festas ou comemorações cívicas em horários concomitantes com as atividades da escola japonesa os alunos preferiam as atividades dela. Essa postura dos alunos japoneses ou descendentes gerava conflitos, pois o ginásio sempre exigia a presença dos alunos nas atividades, o que raramente conseguia.

As mudanças na cultura escolar são maiores principalmente nas escolas primárias. Quando a criança ingressava no Ginásio Estadual de Pilar do Sul, ela já havia passado pelo processo de disciplinamento, assumido como tarefa nas escolas primárias.

Analisando os depoimentos de professores e ex-alunos percebemos o movimento de disciplinamento dos alunos. Quando os alunos japoneses ou descendentes ingressavam no primeiro ano tinham mais dificuldades na aprendizagem, na integração e na língua; conforme eles avançavam no ensino primário, as dificuldades iam diminuindo.

Com a chegada dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul houve mudanças no campo social e principalmente um direcionamento na constituição do campo escolar. O campo social, com seus contextos político, econômico e cultural conduziu o campo escolar, estabelecendo a criação de novas escolas – Ginásio Estadual de Pilar do Sul e a Escola de Língua Japonesa e Internato e mudanças em sua cultura escolar.

Compreendendo que a cultura escolar se baseia em um contexto social, político, cultural e econômico que exerce dois tipos de influência. O primeiro, influências abrangentes e difusas, é representado de um lado pelas teorias e tendências educacionais contemporâneas e, de outro, pelas determinações da estrutura econômica, social e política de cada momento histórico. O segundo, as influências específicas e concretas, é exercido de forma direta pelas políticas públicas de educação, pelas normas de organização do sistema de ensino e pela

realidade sócio-econômica e cultural da população atendida. Trouxemos para esse trabalho algumas evidências da constituição do campo escolar interrelacionada com o campo escolar e as mudanças na cultura escolar após a chegada e permanência dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos compreender as transformações do campo escolar e as mudanças na cultura escolar, interrelacionando-os com o campo social de Pilar do Sul. As transformações no campo social e escolar de Pilar do Sul, no período investigado, foram frutos da introdução de novos agentes, os imigrantes japoneses, com formas de viver e pensar diferentes, uma bagagem de vida, *habitus*, que gerou conflitos, um processo de adaptação do *habitus* nesse espaço que é o campo.

Para compreender esse processo de transformação e conflitos no campo social e as mudanças no campo escolar, consideramos relevante compreender o *habitus* dos novos agentes, os japoneses e seus descendentes. Dessa forma, analisamos o processo de imigração japonesa, os motivos que impulsionaram a emigração para o Brasil, o contexto social do Japão, as experiências vivenciadas pelos imigrantes japoneses em terras brasileiras até a chegada a Pilar do Sul.

A elite brasileira não considerava adequada a imigração japonesa, tendo em vista a política de branqueamento do país que, valorizava o imigrante europeu. Os imigrantes nipônicos só foram aceitos devido à necessidade de mão de obra e à escassez de imigrantes europeus, por proibições que estes encontravam nos países de origem ou pela guerra.

Enquanto o Brasil necessitava de mão de obra para trabalhar nas fazendas de café, o Japão vivia uma crise em sua economia. A modernização da Era Meiji concentrou o capital do país nas mãos de poucos, enquanto que a maioria da população sofria com a pobreza e o desemprego. As dificuldades econômicas no Japão, a ilusão de trabalho e enriquecimento no Brasil (sempre com a esperança de regressar ao país de origem) estimularam a imigração japonesa.

A esperança de enriquecer no Brasil e retornar ao Japão foi frustrada com as dificuldades diárias e com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Os primeiros imigrantes chegaram com suas famílias como trabalhadores assalariados nas fazendas do Estado de São Paulo, mas devido às dificuldades de adaptação muitos saíram das fazendas

para trabalhar como arrendatários ou em outras atividades. Em um segundo período da imigração, além dos assalariados nas fazendas de café, iniciou-se a imigração de colonização. As companhias de imigração japonesas compravam vastas extensões de terras e as loteavam. Dessa maneira, os imigrantes chegavam ao país como proprietários de terras. Esse foi o período com maior número de imigrantes, que só começou a diminuir com a política nacionalista e terminou com a Segunda Guerra Mundial. A imigração japonesa só foi retomada alguns anos após o fim da guerra.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses sofreram com as restrições impostas pelo governo: proibição de possuir aparelhos de rádio, impressão de jornais, livros em japonês, falar a língua japonesa em público, fechamento das escolas, entre outras. Eles ficaram sem informações durante e depois da guerra, o que contribuiu para os conflitos entre os que acreditavam na derrota do Japão na guerra (derrotistas) e aqueles que acreditavam na vitória (vitoristas). Os vitoristas se organizavam na seita Shindo Rennei, que realizava ações e atentados contra os imigrantes que acreditavam na derrota do Japão na guerra.

A Shindo Rennei atuou principalmente na região oeste paulista, e devido aos constantes atentados e conflitos, muitas famílias japonesas resolveram mudar para regiões em que os conflitos eram mais amenos ou não acontecessem, e assim pudessem encontrar terras com preço acessível para compra.

Pilar do Sul, assim como outras cidades da região de Sorocaba, este entre algumas das cidades nas quais os imigrantes japoneses encontraram terras acessíveis para compra e distantes das regiões de conflito.

A investigação do processo de imigração japonesa no Brasil e a interação com as experiências vivenciadas pelos imigrantes japoneses nos possibilitaram compreender a bagagem de vida dos recém-chegados em Pilar do Sul e as transformações no campo social e escolar com a chegada e permanência desses novos agentes.

Além de compreender o *habitus* dos imigrantes japoneses, apresentamos o campo social de Pilar do Sul no momento da sua chegada. Analisamos as mudanças ocorridas com a presença desses novos agentes no campo social para compreender a dinâmica de transformações no campo escolar de Pilar do Sul, e procuramos mergulhar no interior da escola buscando processo de mudança da cultura escolar.

O processo de integração entre a população local e os novos agentes gerou transformações no campo social, modificando a organização da produção e comercialização

agrícola, o que repercutiu no fortalecimento da economia, nas práticas culturais, na política e no campo escolar.

A economia da cidade era baseada na agricultura familiar de subsistência. Os imigrantes japoneses introduziram novos produtos, novas formas de cultivo e comercialização por meio das cooperativas, o que contribuiu para o crescimento da produção agrícola e do comércio e aqueceu a economia de Pilar do Sul como um todo.

O fortalecimento econômico contribuiu para o melhoramento da infraestrutura da cidade, para a ampliação da oferta de emprego na agricultura e para a ascensão social dos japoneses e descendentes.

Com o crescimento da produtividade, os japoneses e descendentes se tornaram um dos principais empregadores da cidade. Essa aproximação proporcionada pelas relações de trabalho e pela ascensão social mudou as relações de poder no campo social de Pilar do Sul e contribuiu para o processo de interação.

As relações de trabalho, as brincadeiras e a convivência no cotidiano fizeram com que as pessoas comesçassem a se aproximar, conviver e se integrarem com as formas de viver de culturas diferentes.

Esse processo ficou evidente quando os japoneses e seus descendentes começaram a manifestar suas tradições culturais fora do espaço das colônias japonesas e também quando participaram das atividades tradicionais da cidade, como a festa de aniversário de emancipação política.

Nessa dinâmica de conflitos e interação dos novos agentes no campo social, o campo escolar de Pilar do Sul foi se constituindo, pois as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais impulsionaram a criação de novas escolas no campo escolar – o Ginásio Estadual de Pilar do Sul e a Escola de Língua Japonesa e Internato, que geraram mudanças na cultura escolar.

Os imigrantes japoneses chegaram a Pilar do Sul em 1945. Nesse período, o campo escolar era constituído pelo Grupo Escolar “Padre Anchieta” e as Escolas Isoladas Rurais. Cinco anos após a chegada dos imigrantes japoneses, em 1950, foi fundada a Escola de Língua Japonesa, que permaneceu por doze anos na ilegalidade. Em 1959, com o envolvimento dos japoneses e descendentes, o campo escolar foi reconfigurado, sobretudo a partir da fundação do Ginásio Estadual de Pilar do Sul e em 1962, quando a Escola de Língua Japonesa começou a funcionar dentro da legalidade e foi fundado o internato.

Podemos destacar que após a chegada e permanência dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul, o campo escolar passou por transformações, com a criação de novas escolas para

atender às demandas do campo social e por mudanças na constituição da cultura escolar, com o ingresso dos japoneses e descendentes nessas escolas.

Para investigar as mudanças na cultura escolar após o ingresso dos japoneses nas escolas que constituíam o campo escolar, observamos as práticas escolares, trazendo para análise questões ligadas aos aspectos internos da escola, como a distribuição do tempo, dos espaços escolares, da organização e seu funcionamento interno. No interior da escola são produzidas maneiras de pensar e de agir que oferecem a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas” (VIÑAO FRAGO, 1995).

Consideramos a escola como local onde se produzem e convergem diversas culturas, materializam-se os processos de escolarização e se produzem as sensibilidades. Marta Carvalho adverte que ao se trabalhar com o conceito de cultura escolar

são postas em foco as práticas constitutivas de uma sociabilidade escolar e de um modo, também escolar de transmissão cultural [. . .] são focalizados, a partir desse conceito, os dispositivos que normatizam tais práticas [. . .] os dispositivos de organização do tempo e do espaço escolar; dispositivos de normatização dos saberes a ensinar e condutas a inculcar (CARVALHO, 1998, p.33).

Nesse sentido, a cultura escolar foi sendo constituída por meio das normas e práticas que fixavam os valores e comportamentos a serem seguidos e os conhecimentos a serem ensinados em determinado espaço e tempo (FORQUIN, 1993; FARIA FILHO, 1996; JULIA, 2001; VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 2001; VIÑAO FRAGO, 2000). O estudo dessas práticas escolares nos permitiu compreender o conjunto de normas imposto por determinada sociedade e pela escola.

A organização interna se baseia em um contexto social, político, cultural e econômico que exerce sobre ela influências. As influências das teorias e tendências educacionais, das políticas educacionais, das normas de organização do sistema de ensino e, pela realidade sócio-econômica e cultura da realidade da população atendida reflete na cultura escolar.

Quando analisamos a cultura escolar das escolas que constituem o campo escolar de Pilar do Sul, estamos olhando para diferentes culturas escolares.

As escolas primárias estaduais – Grupo Escolar “Padre Anchieta” e Escolas Isoladas Rurais têm sua cultura escolar influenciada pela política de nacionalização empreendida pelo Governo Federal. As escolas assumem finalidades sociopolíticas e culturais durante todo o período estudado: educação integral, formação do cidadão, a moralização e disciplinamento do povo. Com o ingresso dos alunos japoneses e descendentes essas finalidades sociopolíticas e culturais tomaram uma dimensão maior, pois a presença do estrangeiro forçou a

reorganização escolar, tendo em vista a intenção nacionalizadora e homogeneizadora junto ao estrangeiro.

As escolas primárias assumiram a finalidade de nacionalizar os grupos de imigrantes japoneses que tinham se instalado em Pilar do Sul por meio de normas, regras disciplinares, transmissão de saberes, práticas essas norteadas por noções morais, cívicas e patrióticas.

As mudanças na cultura escolar das escolas primárias – Grupo Escola “Padre Anchieta” e Escolas Isoladas Rurais podem ser observadas nas redefinições das práticas escolares para atender às necessidades dessa nova clientela, na definição dos conteúdos escolares embebidos de civismo e patriotismo e na definição dos rituais e festas escolares.

As mudanças na cultura escolar do Ginásio Estadual de Pilar do Sul são mais singelas e podem ser observadas na organização escolar, na criação do Clube de Latim para auxiliar aos alunos, principalmente japoneses e descendentes, a sanar suas dificuldades, na organização de festas e atividades cívicas com o objetivo de inculcar princípios cívicos e morais e, assim, homogeneizar o japonês e seus descendentes na organização dos tempos escolares, que muitas vezes eram determinados pelos horários da Escola Japonesa e Internato.

Além de analisar a cultura escolar das escolas primárias estaduais e o Ginásio Estadual de Pilar do Sul, analisamos a cultura escolar da Escola Japonesa e Internato. Podemos destacar uma organização, com tempos, espaços e práticas peculiares com o objetivo de possibilitar aos filhos dos imigrantes uma proximidade com a cultura e as tradições japonesas, porém imbuídas da postura disciplinadora muito próxima das escolas primárias estaduais.

Utilizamos a categoria cultura escolar como aporte para entender a organização e o funcionamento interno da escola, bem como as práticas escolares. No interior de cada escola ou instituição escolar existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar à escola mas não está restrita a ela, posto que se relaciona com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí a afirmação de que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa.

Investigar o campo social de Pilar do Sul, buscando as transformações no campo escolar e as mudanças na cultura escolar contribuiriam para compreender a constituição do campo escolar no período investigado, a dinâmica e organização interna das escolas e algumas facetas da história das instituições escolares.

O desenvolvimento da pesquisa e a elaboração desta tese possibilitaram, ainda, a produção de um mapeamento de algumas questões que mereceriam ser aprofundadas por pesquisas posteriores. A primeira delas diz respeito à necessidade de estudos que contribuam

para as políticas de preservação da memória da cidade e das instituições escolares, e que tomem como objeto seus próprios documentos, suportes dessa memória.

Outro ponto que merece um maior aprofundamento seria investigar a presença da imigração japonesa e as diversas escolas japonesas da região. Pilar do Sul está localizada em uma região com forte presença nipônica. Mas podemos destacar a presença japonesa também em Piedade, São Miguel Arcanjo, Tapiraí, até as cidades da região de Registro.

Essa tese buscou contribuir para a discussão em torno da história das instituições sob a perspectiva da análise do cotidiano da escola, mergulhando em suas práticas e compreendendo-as como uma instituição social, política e cultural. Deixamos lacunas durante a pesquisa, mas esperamos ter contribuído para a discussão e esperamos que esta tese enseje outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- A TRIBUNA, Santos, SP, 1908, 19 de jun.
- BARROS, A. M. O tempo da fotografia no espaço da história: poesia, monumento ou documento?, In: Nunes, C. (org). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas - sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus: 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas lingüísticas: o que falar e o que dizer?*. São Paulo: SP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Ed. Perspectiva, 5º Ed. 1998
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, 2ª Ed. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL nihon imin no Kussawake. *Os imigrantes japoneses no Brasil*. Comissão de pesquisa da situação dos nipo-brasileiros, Associação Todai de Publicação, 1946; v. “Dados” e v. “Depoimentos”.
- CAMPOS, Humberto de. *Estatística Experimental Não-Paramétrica*. Piracicaba, 4ª Ed. 1983.
- CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Nacional , 1977.
- CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.
- CARTAZ. Companhia da Imigração Japonesa. São Paulo. Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.
- CARTAZ. Companhia da Imigração Japonesa. São Paulo. Memorial do Imigrante.
- CARVALHO, Marta M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos”. In: SOUSA, C. P. de & CATANI, Denise B. (orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- CATANI, Afrânio Mendes. *Pierre Bourdieu: Um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais*. In: *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Educação e Aprendizagens, 2002.
- CINQUENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM PILAR DO SUL. Pilar do Sul: 1995.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. CEHOAIJB. *Uma epopéia moderna — 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Decreto nº 6448 – Anexa Pilar a cidade de Piedade. 21 de maio de 1934

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, Lei nº 4791, 14 de agosto de 1958 dispõe sobre a criação do Ginásio do Estado em Pilar do Sul

DEMARTINI, Zeila de Brito. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, ano 21, nº 72, p.42, ago. 2000.

ESCOLANO B, Agustín. *Las culturas de La escuela em España*. Três cortes historiográficos. *Pro-Posições*. Campinas, SP, v.16, nº 1, jan./abr. 2005, p. 41-63

ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.., Rio de Janeiro: A. DP&A, 2.ed. 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos -metodológicos de um programa de pesquisa. IN: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. GONÇALVES I. A. História das culturas e das práticas escolares: perspectiva e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONÇALVES, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro. São Paulo. *An. mus. paul.* vol.16 nº.1 São Paulo Jan./June 2008

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: Histórias de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

Inventário de móveis e utensílios das escolas isoladas 1974

- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, nº 01, jan/jun. 2001, p. 9-43.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio. *Rev. Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, nº 15, Sept/Dec. 2000
- KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1995
- Laudo médico dos professores 1945 - 1975
- Laudo médico dos professores 1946 - 1974
- LE GOFF, Jacques. *Historia e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LEITE, M. L. M. *Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente*. In: SAMAIN, E. (org.) *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Padre Anchieta e Escolas Isoladas 1939 – 1942
- Livros das atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1943 – 1947
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar 1951 – 1953
- Livro de atas das reuniões pedagógicas das Escolas Isoladas de Pilar do Sul 1952 – 1955
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1959 – 1963
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1958 – 1963
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1963 – 1966
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1966 – 1969
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1969 - 1971
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar 1969 - 1972
- Livro de atas das reuniões pedagógicas do grupo escolar e das escolas isoladas 1972 - 1979
- Livro de atribuição de classes das escolas isoladas 1959 – 1980
- Livro de correspondência 1959 – 1963
- Livro de correspondência 1963 - 1992
- Livro de chamada do Grupo Escolar Padre Anchieta 1967 – 1969
- Livro de chamada do Grupo Escolar Padre Anchieta 1969
- Livro de Matrículas da Escola Mista Isolada do Pinhalzinho 1953-1964
- Livro de Matrícula da Escola Mista Isolada do Turvo 1946-1956
- Livro de Matrícula da Escola Isolada Bairro da Barra 1953 – 1963
- Livro de Matrícula da Escola Isolada Bairro do Chapadão 1962 - 1974
- Livro de recortes: circulares 1930 – 1946
- Livro de recortes: circulares 1960 – 1961
- Livro de registro de requerimentos, portarias e títulos 1946 – 1948

Livro de registro de requerimentos 1968 - 1971

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1949 - 1951

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1952

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1952 - 1953

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1953

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1953 - 1954

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1954 - 1955

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1955 - 1956

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1956 - 1957

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1958 - 1959

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1960 - 1962

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1962 - 1963

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1965 - 1966

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1966 - 1967

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1968 - 1969

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1972 - 1973

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1973 - 1974

Livro ponto dos funcionários e professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1974 - 1975

Livro de termo de compromisso dos professores do grupo escolar e escolas isoladas 1922 - 1969

Livro de termo de compromisso dos professores do grupo escolar e escolas isoladas 1928 - 1959

Livro de nomeação e posse dos professores do Grupo Escolar Padre Anchieta 1922 - 1960

Livro de docentes nomeados - escolas isoladas 1922 - 1959

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta 1934 - 1937

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta 1938 - 1939

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta 1940 - 1941

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1951 - 1953

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1951 - 1953

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1954 - 1955

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1954 - 1955

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1960 - 1963

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1960 - 1963

Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1963 - 1964

- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1963 - 1964
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1965 - 1967
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1965 - 1967
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1967 - 1969
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1967 - 1969
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1969 - 1971
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1969 - 1971
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1971 - 1972
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1971 - 1972
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1973 - 1974
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1973 - 1974
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta feminino 1975 - 1976
- Livro de matricula dos alunos do Grupo Escolar Padre Anchieta masculino 1975 - 1976
- Livro de visitas do Inspetor escolar 1955 - 1966
- Livro de visitas do Inspetor escolar 1966 – 1977
- Livro de Atas Grêmio Estudantil do Ginásio Estadual de Pilar do Sul 1960 - 1965
- Livro de Atas das Reuniões de Pais e Mestres 1960 – 1970
- Livro de Ofícios escolares recebidos
- Livro de Ofícios escolares expedidos
- Livro de Registro dos Resultados do Exame de Admissão 1960 - 1966
- Livro de Ata de Reunião da Associação Japonesa de Pilar do Sul 1960 – 1972
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP, 2001.
- MAGALHÃES, J. Contributo para História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 19.,1996, Caxambu. *Anais...Caxambu: Anped, 1996. Mimeog.*
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbios: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha, 2ª Ed.* São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.
- Mapas de Movimentação do Grupo Escolar Padre Anchieta e das escolas isoladas 1933 – 1977
- Mapas de Movimentação do Grupo Escolar Padre Anchieta 1940 - 1959
- Mapas de Movimentação das Escolas Isoladas 1940 - 1959
- Mapas de Movimentação das Escolas Isoladas 1960 - 1969

- Mapas de Movimentação do Grupo Escolar Padre Anchieta 1960 - 1969
- Mapas de Movimentação do Grupo Escolar Padre Anchieta 1931 - 1939
- MATOS, Maria Izilda Santos. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d' Água, 1999.
- MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATA, MARIA E ALVES, Nilda (orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social*. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortes, 2004; p. 19-36.
- MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MIYAO, S. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1980.
- NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 78, abr. 2002, p. 15-36.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993
- ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p. 7-37. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).
- Planta original do prédio do Ginásio Estadual de Pilar do Sul
- PASSINI, Elza Yasuko. *Japão, Que país é este*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 1996.
- PILAR DO SUL. Ata da sessão da Câmara Municipal de Pilar do Sul, p. 15, 17 de junho de 1957
- PILAR DO SUL. Lei municipal nº 177 de 23 de setembro de 1958 – Fundação da Casa da Lavoura
- PILAR DO SUL. Ofício Câmara Municipal 43/58 – 10 de novembro de 1958, agradecimentos pela criação do ginásio.
- PILAR DO SUL. Ofício nº 24/57 Câmara Municipal de Pilar do Sul
- PILAR DO SUL. Projeto de Lei 05, Câmara Municipal de Pilar, doação de terrenos, 02 de agosto de 1937
- PETITAT, André. *Produção da escola-produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- Prontuários dos alunos 1960 – 1976
- Prontuário do professor Julio da Silveira Diniz
- Prontuário da professora Ivete Rechinelli
- Prontuário da professora Virma Biaggioni Diniz

Prontuário da professora Dionísia de Mello Mattos

Prontuário da professora Maria Amélia Moreira da Silva

Prontuário do professor Deniz de Paula Araújo

RICCIARDI, Luiz. *Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais*. Vitória: Lineart, 1990.

ROKURO, Koyama. *História dos 40 anos da imigração japonesa*. São Paulo, Editora Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.

SARAPUÍ. Decreto nº 168 – Eleva Pilar a categoria de município. 12 de maio de 1981

SCHWARTZMAN, Simon; BONEMY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Editora FGV, 2000.

SCHWARCZ, Lilis Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SÃO PAULO. Decreto Estadual de 15 de abril de 1922 – Estabelece que as escolas isoladas de Pilar do Sul passem a Escolas Reunidas

SÃO PAULO. Lei Estadual nº 2695 – Eleva Pilar a categoria de município. 5 de novembro de 1937

SÃO PAULO. Resolução nº 7/58 p. 188. autorização para doação do terreno para construção do ginásio do estado ao Instituto de Previdência do Estado.

SILVA, Adriana A. A. *Gênese do Ensino Secundário Estadual em Pilar do Sul (1957 – 1971)*. 2007. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba, Sorocaba.

SILVA, Denise G. *Ilhas de saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo: 1933-1943*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SOBRAL, J. Amândio. A imigração Japonesa no Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 26 de junho de 1908.

SOUZA, Rosa Fátima de. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 -1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 109- 139.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v.2).

_____. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas) .

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius (org.) *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados. 2000.

_____. *Alicerces da Pátria História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. *Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária*. In: *Educar em Revista*, nº 18, 2001, p.75-101.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

TAKEUCHI, Márcia Yumi, *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939 – 1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TOMPSOM, Edward P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: historia oral – Trad. Lolio Lorenço de Oliveira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Trabalho escolar de conclusão da primeira turma do Ginásio Estadual de Pilar do Sul 1962

VALIO, Jairo. *Nascente da Águas*. Itu: Editora Ottoni, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. & ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. : Alfredo Veiga -Neto, 2ª.ed, Rio de Janeiro: A. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. (coord.). El espacio escolar. *Revista historia de la educación*, n. 12-13, Salamanca, 1993/4.

_____. *Culturas Escolares (texto mimeo)* 2000.

_____. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.0, pp.63-82, 1995.

_____. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. Barcelona: Ariel , 1998.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: LEVY, Marcus. (Ed. Org.). *História da educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005, 286 p.

WILLIAMS, Raymond, *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:
<[HTTP://wikipedia.org/wiki/Pilar_do_Sul](http://wikipedia.org/wiki/Pilar_do_Sul) . Acesso em 25 abr. 2012.